

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MARIA LUÍSA MONTEIRO MARTINS

**SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS: DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA
FAMILIAR ALFENENSE**

VARGINHA/MG

2023

MARIA LUÍSA MONTEIRO MARTINS

**SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS: DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA
FAMILIAR ALFENENSE**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade, pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.
Orientador: Everton Rodrigues da Silva
Coorientador: Fernando Batista Pereira

VARGINHA/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Martins, Maria Luísa Monteiro .

Sistemas agroalimentares locais: diagnóstico da agricultura familiar alfenense / Maria Luísa Monteiro Martins. - Varginha, MG, 2023.

136 f. : il. -

Orientador(a): Everton Rodrigues da Silva.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar alfenense. 2. Sistemas curtos de alimentação. 3. PNAE. 4. Soberania alimentar. 5. Políticas públicas. I. Silva, Everton Rodrigues da, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

MARIA LUÍSA MONTEIRO MARTINS

**SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS: DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR
ALFENENSE**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 29 de junho de 2023.

Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva
Presidente da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Everton Rodrigues da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 05/07/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1019590** e o código CRC **71B9AFCA**.

Dedico esta pesquisa ao esforço, cuidado e dedicação empregados para que ela pudesse ser concluída. A Deus, verdadeiro mestre, que sempre mostrou e abriu meus caminhos, além me acompanhar por eles. A Carlo Acutis, quem acredito ter intercedido para que essa caminhada tivesse seu início. A meu esposo Clayton, por todo amor e cuidado que sempre estiveram presentes em nossas vidas. A minha irmã Teresa, que me encoraja, apoia e me ensinou os primeiros passos na pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser meu porto seguro. Aos agricultores familiares do município de Alfenas-MG, especialmente aqueles que compartilharam comigo suas percepções, aspirações e experiências de vida, a vocês não só meu agradecimento, mas minha admiração. Que nunca se esqueçam do papel relevante que desempenham!

Ao meu esposo Clayton por compartilhar dos meus sonhos. Foi ele meu companheiro de visitas à Comunidade Rural do Bárbaras, o que nos permitiu conhecer pessoas com histórias de vida diferentes, com quem aprendemos muito. Também agradeço pelas horas e horas que me ouviu, seja para falarmos sobre a pesquisa, dos artigos, eventos ou por me dar força e amor para enfrentar os momentos de dificuldade.

Aos meus irmãos Marcus e Teresa, sinônimos de uma parceria que em muito perpassa a literalidade do termo. Vocês são exemplos. Cada um a seu modo, e ao mesmo tempo juntos, fizemos do estudo um caminho natural. Tenho muito orgulho disso! Inclusive, não esqueci, Teresa, que me proporcionou os primeiros contatos com a universidade pública e com a pesquisa científica. Aos meu pais, Maria do Rosário e Donizete. À Tia Nega, Tia Maria Célia, Tio Gilmar, Henrique e minhas madrinhas, por estarem sempre presentes, pelas orações e torcida incondicional.

Aos meus professores e orientadores Tom e Fernando, com quem compartilho esta pesquisa, por acreditarem no meu trabalho, por me incentivarem, pela atenção e pelo muito que me ensinaram durante esta caminhada. Aos professores Adriano e Estevan, que gentilmente dividiram conosco seus conhecimentos, ajudaram a construir esta pesquisa e me apresentaram direcionamentos científicos que somaram e, certamente, continuarão a somar. A vocês, professores, meu agradecimento não só por esta conclusão, mas por acreditarem e estarem à disposição para os próximos passos.

Aos meus professores do mestrado, especialmente professora Ana Carolina e professores Dimitri e Fabrício, vocês fazem parte de várias histórias. Na minha, tenham certeza de que muito contribuíram!

Aos colegas do mestrado, pessoas diferentes que comigo conviveram de maneira *online* e amigavelmente foram companheiros de momentos de alegria, de “aperto”, e de encontros presenciais. Tenho certeza que essa caminhada foi mais suave pela presença de vocês.

À Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), por justificar nosso dever de defender a universidade pública e gratuita neste país. Por oportunizar sonhos, especialmente o meu. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo auxílio

financeiro que me permitiu dedicação exclusiva ao mestrado e tudo que obtive através dele. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão [...]
(O CIO ..., 1976)

RESUMO

Esta pesquisa explora a categoria social “agricultura familiar” no município de Alfenas-MG. O objetivo foi compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e sua contribuição para a soberania alimentar no município. O estudo problematiza o impacto causado na dinâmica territorial brasileira pela mundialização da agricultura e, empiricamente, apresenta aspectos socioeconômicos e identifica a percepção dos agricultores sobre temas relevantes para a categoria e para a sociedade como um todo. Esse propósito foi alcançado através de pesquisa documental e de campo, analisadas descritivamente. Na primeira, foram utilizados dados do Censo Agropecuário do IBGE, do Relatório Anual de Atividades da EMATER-MG e da Chamada Pública 001/2022 da Prefeitura de Alfenas-MG. Na segunda, foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e discursivas. O estudo confirmou a hipótese de que a agricultura familiar contribui para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG.

Palavras-chave: agricultura familiar alfenense; sistemas curtos de alimentação; PNAE; soberania alimentar; políticas públicas.

ABSTRACT

This research explores the social category “family farming” in the municipality of Alfenas-MG. The objective was to understand the socioeconomic reality of Alfense family farmers and their contribution to food sovereignty in the municipality. The study problematizes the impact caused on the Brazilian territorial dynamics by the globalization of agriculture, empirically, presents socioeconomic aspects, and identifies the perception of farmers on topics relevant to the category and society as a whole. This purpose was achieved through documentary and field research, and descriptive paths. In the first, data from the IBGE Agricultural Census, the EMATER-MG Annual Activity Report, and Public Call 001/2022 of the Alfenas-MG City Hall were used. In the second, a class with objective and discursive questions was applied. The study confirmed the hypothesis that family farming contributes to food sovereignty in the municipality of Alfenas-MG.

Keywords: Alfense family farming; short feed systems; PNAE; food sovereignty; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 1 - | Representativo dos estabelecimentos rurais familiares e não familiares com pessoal ocupado e área de uso da terra..... | 65 |
| Figura 2 - | Descrição dos alimentos fornecidos ao PNAE e cronograma de entrega..... | 78 |
| Figura 3 - | Discriminação dos alimentos fornecidos ao PNAE e seu padrão de qualidade..... | 80 |
| Quadro 1 - | Algumas das justificativas dadas pelos respondentes que informaram ser ou sentirem-se parte do agronegócio..... | 104 |
| Quadro 2 - | Algumas das justificativas dadas pelos respondentes que informaram não ser parte do agronegócio..... | 105 |
| Quadro 3 - | Compilação de principais conceitos de agronegócio extraídos do referencial bibliográfico e das respostas obtidas no questionário..... | 106 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|--------------|--|-----|
| Gráfico 1 - | Tempo de exercício de trabalho rural por agricultor..... | 83 |
| Gráfico 2 - | Condição do agricultor em relação à terra cultivada..... | 84 |
| Gráfico 3 - | Extensão das propriedades rurais dos agricultores familiares abordados.. | 84 |
| Gráfico 4 - | Manutenção ou alteração dos produtos cultivados pela família no estabelecimento rural..... | 85 |
| Gráfico 5 - | Alteração ou manutenção da forma de se produzir no estabelecimento rural..... | 85 |
| Gráfico 6 - | Percepção quanto a melhora ou piora do processo produtivo no estabelecimento rural..... | 85 |
| Gráfico 7 - | Responsabilidade pela gestão do estabelecimento rural..... | 87 |
| Gráfico 8 - | Idade, em anos, do gestor do estabelecimento rural..... | 87 |
| Gráfico 9 - | Escolaridade do agricultor..... | 88 |
| Gráfico 10 - | Quantitativo de respondentes que possuem filho(s) que trabalham na atividade rural..... | 91 |
| Gráfico 11 - | Interesse dos filhos no trabalho rural..... | 91 |
| Gráfico 12 - | Possibilidade de as vendas provenientes da atividade rural atenderem às necessidades financeiras da família..... | 93 |
| Gráfico 13 - | Perspectiva do produtor para aumento de produção em resposta à demanda..... | 94 |
| Gráfico 14 - | Quantitativo de agricultores tomadores de crédito..... | 95 |
| Gráfico 15 - | Destinação do crédito obtido através do PRONAF..... | 96 |
| Gráfico 16 - | Propriedade de maquinário por respondentes..... | 96 |
| Gráfico 17 - | Formas de comercialização da produção dos estabelecimentos familiares..... | 98 |
| Gráfico 18 - | Representatividade do PNAE no orçamento familiar..... | 99 |
| Gráfico 19 - | Padrão de rendimentos sem o PNAE..... | 99 |
| Gráfico 20 - | Quantidade de produtos produzidos a partir do portfólio do PNAE..... | 101 |
| Gráfico 21 - | Distância percorrida para a entrega dos alimentos no centro de distribuição da merenda escolar..... | 102 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 22 - Condição do respondente em relação à terra cultivada pela agricultura familiar no Brasil, agricultura alfenense e agricultura familiar alfenense..... | 111 |
| Gráfico 23 - Quantitativo de produtores rurais por sexo em Alfenas e na agricultura familiar alfenense..... | 111 |
| Gráfico 24 - Escolaridade do agricultor alfenense e do agricultor familiar alfenense... | 112 |
| Gráfico 25 - Idade do gestor do estabelecimento rural alfenense e da agricultura familiar alfenense..... | 113 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|--|-----|
| Tabela 1 - | Quantitativo em relação ao sexo do produtor..... | 71 |
| Tabela 2 - | Distribuição da população rural por idade..... | 71 |
| Tabela 3 - | Quantitativo de maquinários..... | 72 |
| Tabela 4 - | Quantitativo de lavouras permanentes..... | 72 |
| Tabela 5 - | Quantitativo de lavouras temporárias..... | 72 |
| Tabela 6 - | Quantitativo da atividade de pecuária..... | 73 |
| Tabela 7 - | Demonstrativo de agricultores familiares no município de Alfenas de 2016 a 2021..... | 74 |
| Tabela 8 - | Demonstrativo de agricultores familiares atendidos pela EMATER-MG no município de Alfenas..... | 75 |
| Tabela 9 - | Recursos provenientes de crédito rural (custeio e investimento) em Alfenas – MG..... | 76 |
| Tabela 10 - | Percepção dos agricultores familiares em relação a mudança do processo produtivo..... | 86 |
| Tabela 11 - | Opinião dos agricultores sobre a existência de dificuldades de deslocamento da comunidade rural até a cidade..... | 88 |
| Tabela 12 - | Existência ou não de escolas na comunidade rural e possíveis dificuldades de deslocamento até ela..... | 89 |
| Tabela 13 - | Avaliação do serviço de transporte escolar prestado pelo município..... | 90 |
| Tabela 14 - | Motivos que justificam a falta de interesse dos filhos em exercer a atividade rural..... | 91 |
| Tabela 15 - | Motivos pelos quais os pais gostariam que seus filhos continuassem o trabalho rural..... | 92 |
| Tabela 16 - | Motivos pelos quais os pais não gostariam que seus filhos continuassem o trabalho rural..... | 92 |
| Tabela 17 - | Percepção dos agricultores familiares quanto ao auxílio/incentivo municipal..... | 97 |
| Tabela 18 - | Vantagens identificadas pelos agricultores em fazerem parte de uma associação..... | 103 |
| Tabela 19 - | Significado de ser agricultor na visão dos respondentes..... | 103 |
| Tabela 20 - | Sugestões dos agricultores familiares alfenenses para iniciativas que busquem auxiliar a atividade rural no município..... | 108 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| AAFAR | Associação de Agricultores Familiares de Alfenas e Região |
| ABIA | Associação Brasileira da Indústria de Alimentos |
| AFFLA | Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas |
| AMAACORB | Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs da Comunidade Rural dos Bárbaras |
| ATER | Assistência técnica e extensão rural |
| EMATER-MG | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais |
| FAO | <i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONAMP | Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural |
| RAA | Relatório Anual de Atividades |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1.1 | PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS..... | 18 |
| 1.2 | JUSTIFICATIVA..... | 22 |
| 2 | ESTRUTURA E DESENHO METODOLÓGICO..... | 27 |
| 3 | O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E A HEGEMONIA DO | 32 |
| | AGRONEGÓCIO..... | |
| 3.1 | IMPERIALISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA..... | 33 |
| 3.2 | A PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: A DIFUSÃO DO | 40 |
| | AGRIBUSINESS..... | |
| 4 | O SURGIMENTO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS | 47 |
| | NO BRASIL..... | |
| 4.1 | GÊNESE DA AGRICULTURA MODERNA..... | 48 |
| 4.2 | A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL..... | 51 |
| 4.2.1 | Agronegócio brasileiro..... | 55 |
| 4.2.2 | Agricultura Familiar..... | 60 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 70 |
| 5.1 | PESQUISA DOCUMENTAL..... | 70 |
| 5.1.1 | Identificação da agricultura alfenense segundo dados do IBGE..... | 70 |
| 5.1.2 | Identificação da agricultura familiar alfenense a partir de dados da | 73 |
| | EMATER – MG..... | |
| 5.1.3 | Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no | 76 |
| | município de Alfenas-MG..... | |
| 5.2 | PESQUISA DE CAMPO..... | 83 |
| 5.2.1 | Apresentação e análise dos dados..... | 83 |
| 5.2.2 | Análise comparativa de dados do IBGE, EMATER-MG e resultados da | 110 |
| | pesquisa de campo..... | |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 114 |
| | REFERÊNCIAS..... | 118 |
| | APÊNDICE..... | 126 |

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento da agricultura e das diversas etapas da Revolução Industrial nos séculos XVIII, XIX e XX, houve um crescimento exponencial da população (ARTAXO, 2014). Nas diversas partes do mundo, a agricultura é praticada de forma versátil, levando-se em consideração a época, a necessidade, o clima e a localização geográfica. Desse modo, sabendo que a agricultura pode ser influenciada por circunstâncias históricas e geográficas e que o planeta possui diversos ecossistemas, é possível identificá-la como algo de grande complexidade e quem se ocupa dela é a teoria dos sistemas agrários. Essa área do conhecimento divide a agricultura em dois subsistemas: (I) o ecossistema cultivado, composto por vários subsistemas, como terras cultiváveis, pastagens e florestas e (II) o sistema social produtivo, composto pelos detentores da força de trabalho e do conhecimento, que dão origem à produção agrícola para autoconsumo e para a realização de trocas ou comercialização (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com efeito, partindo-se do pressuposto de que há diferentes formas de se fazer agricultura, no tempo e no espaço, é possível conceber a existência de vários sistemas agroalimentares, já que o termo revela a existência de uma cadeia produtiva que consiste na soma de operações de disponibilização de insumos de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, transformação, distribuição e consumo dos alimentos (CRIBB, 2004; ELIAS; BELIK; ODERICH, 2019; MAZOYER; ROUDART, 2010; SOUZA; FORNAZIER; DELGROSSI, 2020). Aliás, autores como Preiss e Schneider (2020) sinalizam a existência de uma etapa final, qual seja, a de descarte desses alimentos/produtos.

Desse modo, o sistema agroalimentar contempla o processo produtivo e não uma forma específica de se produzir e envolve variações geradas por fatores físicos, econômicos e sociais, tais como diferenças com relação ao solo, clima, duração do dia em diferentes regiões, preços praticados, infraestrutura, sistemas legais, custos de transação, sendo que, algumas dessas características são identificadas desde o período neolítico (EVENSON; WESTPHAL, 1995; MAZOYER; ROUDART, 2010; PREISS; SCHNEIDER, 2020). Enfim, em uma mesma época, podem existir formas e processos diferentes de se produzir alimentos e esses sistemas coexistem, contudo, pode ocorrer a predominância de algum que passa a ser chamado de sistema agroalimentar dominante ou hegemônico (ELIAS; BELIK; ODERICH, 2019).

Com o fortalecimento do sistema capitalista, a economia com foco na alta e especializada produção se coloca como base e centro, retirando o controle da sociedade e do Estado, transformando tudo em mercadoria, até mesmo os elementos mais básicos e essenciais

à vida, como água e alimentos (POLANYI, 2000). De fato, a produção de alimentos circunda fatores físicos, econômicos, sociais e temporais (EVENSON; WESTPHAL, 1995; MAZOYER; ROUDART, 2010) que podem influenciar decisões como o que é produzido, qual sua frequência, o que é necessário produzir. Entretanto, McMichael (2009b) problematiza esse debate e dá um novo enfoque à discussão, desenvolvendo a teoria de regimes alimentares. A produção e a circulação mundial de alimentos não seriam um assunto restrito à alimentação em si, mas as relações que a envolvem, que são as mesmas que produz e reproduz o capitalismo. Este último teria expropriado-se em larga medida da agricultura camponesa em favor de um regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2009a). Assim, o conceito de regimes alimentares¹ prioriza a análise de como as formas de acumulação de capital na agricultura constituem-se arranjos de poder global e evidencia uma grande divisão entre a agroindustrialização, as práticas agroecológicas alternativas e os pequenos produtores. A primeira caracterizada como catastrófica, impulsionando as mudanças climáticas, a desnutrição e o ceticismo sobre seu impacto ecológico e a qualidade dos alimentos industrializados. Além de ter contribuído para a reunião de movimentos de soberania alimentar que buscam reverter o discurso modernista - apoiado em um suposto desenvolvimento e recordes de produção - de que a pequena propriedade rural e sua produção seriam obsoletos (MCMICHAEL, 2009b).

Nesse viés, é relevante destacar o conceito de soberania alimentar, estabelecido em fóruns de movimentos sociais:

A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (DECLARAÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Como se vê, a soberania alimentar representa um conceito macro que abrange a segurança alimentar e nutricional - direito à alimentação adequada e saudável, de forma

¹ Nesta pesquisa a discussão dos regimes alimentares foi realizada considerando a contemporaneidade, mas sua análise emerge, de fato, de uma abordagem histórica.

permanente e sustentável² - garantindo o direito humano à alimentação adequada, que compreende a “autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local” (ABRANDH, 2013, p. 17). Um conceito que ainda está bastante distante da realidade, como demonstrado pelos números do estudo da Rede PENSSAN, pelo controle das multinacionais na ABIA (ABIA, 2022; 2021) ou, ainda, pelos estímulos governamentais ao agronegócio brasileiro (BRASIL, 2022a; 2022b) – questões que serão tratadas adiante -, que incentiva a produção de *commodities* em um mercado internacional dominado por apenas quatro empresas estrangeiras³. Na sequência, serão apresentadas duas seções que determinam os objetivos deste trabalho e a sua justificativa, bem como cinco capítulos que versam sobre seu desenho metodológico, o capitalismo dependente no Brasil e a hegemonia do agronegócio; o surgimento e os desdobramentos da agricultura no país, os resultados obtidos pela pesquisa e sua discussão, seguidos das considerações finais.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

Alfenas está localizada no Sul de Minas Gerais (ALVES, 2021), especificamente na Região Geográfica Intermediária de Varginha. Segundo o IBGE⁴, constitui-se como Região Geográfica Imediata de Alfenas, que é composta por 13 municípios. É considerada uma cidade “que centraliza e polariza os municípios da Região Imediata de Alfenas” (ALVES, 2021, p. 134).

A geografia agrária do Sul de Minas Gerais é marcada por uma grande inversão, onde a agricultura não familiar representa percentual inferior em quantidade de estabelecimentos, mas detêm a maioria da área agrícola total, mesma lógica observada no contexto nacional. Nessa localidade, “a agricultura não familiar corresponde a 24,2% do total de estabelecimentos e ocupa uma área de 61,3% do espaço rural. Já a agricultura familiar tem 75,8% dos estabelecimentos rurais e ocupa uma área correspondente a 38,7% do espaço rural regional” (ALVES, 2021, p. 129).

² <https://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/programa/pt/>.

³ Quatro empresas dominam tanto a importação como a exportação de *commodities* agrícolas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Juntas elas são conhecidas como o “grupo ABCD” ou simplesmente ABCD. [...] Possuem navios oceânicos, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas. Juntas, representam 70% do mercado mundial de *commodities* agrícolas (SANTOS; GLASS, 2018, p. 28).

⁴ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

Inclusive, Alves (2021) denota que de 1988 a 2017 o município de Alfenas sofreu uma intensa transformação, que atinge não só a agricultura familiar, em razão de estar sujeita aos números desiguais da divisão agrária do município, mas a diversidade dos alimentos produzidos e fornecidos à região. O autor identificou que nesse período houve a comoditização do território alfenense, de forma que culturas como o arroz, a batata, o alho, dentre outras que, de fato, são necessárias à dieta do ser humano tiveram encolhimento significativo, enquanto as *commodities* obtiveram um crescimento expressivo. Esse cenário fica caracterizado pelo crescimento da área plantada de café, milho e soja, representados pelos percentuais de 12,4%, 31,5% e mais de 1800%, respectivamente, e o encolhimento de 99% do arroz, 63% da batata e 94% do alho. Restando evidente que:

A área plantada de alimentos que estão na dieta da população e que abastecem os centros urbanos, tem diminuído ao longo das últimas três décadas. Há uma comoditização do espaço rural na Região Imediata de Alfenas, ou seja, da diversificação alimentar à uma monocultura de grãos para exportação e servindo de matéria-prima para rações e outros fins (ALVES, 2021, p. 142).

Esse cenário percebido no Sul de Minas Gerais, especificamente no município de Alfenas, evidencia o quadro denunciado por Peres (2021) de redução da área nacional cultivada para produtos básicos e estímulo da produção de *commodities* para exportação. A região Sul-Mineira produz em torno de 25% do café nacional, sendo a principal produtora de café do Brasil. Alfenas, que é uma cidade média considerada um polo na região, possui universidades pública e privadas, hospitais da rede pública e privada, diversificando a economia local, mas é extremamente centrada no comércio de café. Há a presença de grandes multinacionais do ramo do café que foram se instalando e operando mudanças progressivamente (ALVES, 2021).

Esse processo ocorrido em Alfenas é típico da mundialização da agricultura, que é indissociável da mundialização do capitalismo. Segundo Oliveira (2016, p. 89) “a Geografia do mundo mudou mudando a Geografia do Brasil”. As multinacionais buscam espaços fundiários, mercado e mão de obra baratos e, por isso, têm difundido suas unidades em torno do mundo, ao passo que é possível realizar uma análise de recorte local, e identificar as alterações sinalizadas por Alves (2021).

Oliveira (2016) destaca, o que adiante será explorado à luz da Teoria Marxista da Dependência, que o mercado da empresa mundial ou multinacional não ocorre apenas nos países industrializados:

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O

centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais mundializando-os (OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Essa nova ordem, possivelmente, altera o território alfenense e a vida de seus cidadãos, sejam eles pequenos produtores, que buscam coexistir com a hegemonia do agronegócio ou consumidores, que estão sujeitos à perda da produção local de alimentos e da diversificação de sua alimentação.

Medidas tomadas pelo Estado podem ser determinantes para a sobrevivência da agricultura familiar e para a soberania alimentar do país. Para isso, as políticas públicas são imprescindíveis, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro criado como uma política histórica, exerce função estratégica para permitir ao produtor a realização de investimentos no estabelecimento rural, permitindo, assim, a sobrevivência da agricultura familiar em todo o país (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). O segundo, popularmente chamado de merenda escolar, é uma política pública implantada em 1955 e modificada pela Lei 11.947/2009⁵ – que passou a exigir que ao menos 30% do valor repassado pelo PNAE seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar - com objetivo de atender à determinação da Constituição Federal, que impõe como dever do Estado para com a educação, dentre outros, o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988). Assim, o PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da rede pública de ensino municipal e estadual de todas as etapas da educação básica, assim entendidas como ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA).

Essa política implica no repasse financeiro, de caráter suplementar, do governo federal para estados, municípios e escolas federais, efetuados em pagamentos mensais de fevereiro a novembro. O cálculo do valor repassado leva em consideração a quantidade de alunos matriculados, com base no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (FNDE, 2022a). Tais recursos são geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que recebe, parceladamente, o repasse da União e distribui diretamente aos estados e municípios. Também é o órgão o responsável por

⁵ <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/46891-pnae-62-anos>.

expedir normas relativas a critérios de alocação de recursos e o valor do repasse por aluno (BRASIL, 2009). Vale destacar que em Alfenas a gestão do PNAE em escolas estaduais é realizada por elas mesmas, não ficando a cargo do município, conforme permitido pelo artigo 7º da 11.947/2009. Dessa forma, esta pesquisa analisa o PNAE no município de Alfenas-MG no âmbito das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI's). Essa política pública é importante para agricultura familiar pelo fato de que a lei prevê, em seu artigo 14, que do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao menos 30% deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (FNDE, 2022a). Grisa e Schneider (2014) chamam atenção para a importância do programa como forma de abertura de mercado e para a valorização da produção local:

Em termos práticos, isto significa o acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 139).

Segundo o FNDE, o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar “tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil” (FNDE, 2022b).

O mesmo dispositivo legal que prevê o percentual obrigatório de aquisição de produtos da agricultura familiar também dispõe a possibilidade de dispensa de procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas em normas específicas. Desse modo, a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar poderá ser realizada através de chamada pública (BRASIL, 2009; FNDE, 2022b).

Neste sentido, considerando o contexto desta pesquisa, seus objetivos são:

a) Objetivo geral:

- compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG.

b) Objetivos Específicos:

- descrever criticamente o impacto na dinâmica territorial brasileira da mundialização da agricultura e conceituar o agronegócio como um modo social de produção hegemônico que promove o apagamento da agricultura familiar;
- investigar a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses fornecedores do PNAE e analisar a contribuição desse grupo social para a soberania alimentar em Alfenas-MG;
- discutir os limites e possibilidades do PNAE e sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil é um país de dimensões continentais e rico em recursos naturais e em diversidade cultural, contudo, é tido como um país em desenvolvimento, sendo caracterizado como de capitalismo periférico. Prado Júnior (2014) aborda a realidade brasileira através de dois lados, passado e futuro. O primeiro marcado pela colonização do território brasileiro, uma área geográfica ocupada com a finalidade de extração de produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus. A então colônia de Portugal, através do colonialismo, teve várias de suas riquezas naturais arrancadas e levadas para a metrópole, além da escravização dos povos nativos, que tiveram sua cultura, especialmente sua agricultura, sujeitas a um processo de apagamento (STEDILE, 2011). Como adiante se verá, o colono europeu “viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 27). Aliás, seria “dirigente” de produções em larga escala, de grandes unidades produtoras, em um sistema denominado *plantations* (PRADO JÚNIOR, 2008).

Já o futuro desse território e povo - agora uma miscigenação do branco europeu, do negro africano e do indígena, reunidos pela colonização – agora socialmente integrados e nacionalmente estruturados e com sistema econômico voltado à produção de gêneros tropicais demandados pelo mercado europeu, foi modificado pela criação do mercado interno, oriundo do crescimento quantitativo e qualitativo da população e sua integração como um todo social. Isso determinou, paulatinamente, a modificação das atividades produtivas, vez que a produção e a economia se ocupam das novas solicitações e estímulos da demanda. Assim, esse seria o cerne do desenvolvimento da economia brasileira, que passa a ser direcionada para si mesma,

estruturada econômica e socialmente em razão de necessidades próprias. Fernandes (2008) aponta que a industrialização no Brasil era um processo de ocorrência natural da evolução social.

Comprar certas máquinas, instalá-las no Brasil, importar com elas o elemento humano qualificado, dispor e inverter os recursos financeiros imprescindíveis, e tantas outras coisas, não equivaliam a tornar a empresa industrial possível no Brasil. Era preciso que a própria sociedade brasileira se transformasse, a ponto de converter a industrialização em algo socialmente viável, para que as tendências à imitação construtiva pudessem ser aproveitadas de modo produtivo. Por isso, a industrialização aparece como valor social, na cena histórica brasileira (FERNANDES, 2008, p. 67).

Segundo Prado Júnior (2014, p. 83), quatro etapas principais seriam as responsáveis por esse processo: “a independência política, a supressão do tráfico africano e os dois corolários que daí derivam diretamente, a saber, a imigração de trabalhadores europeus a partir sobretudo do terceiro quartel do século passado [XIX]⁶ e a abolição do trabalho escravo”. No mesmo sentido, em um viés sociológico, Fernandes (2008) expõe que a origem da industrialização brasileira acontece na desagregação da ordem social associada ao regime de castas, ao latifúndio e ao trabalho escravo.

Nesse cenário, o passado brasileiro de ex-colônia não poderia ser totalmente dissociado do presente ou até mesmo do futuro da então nação. “Os fatores de desenvolvimento são calibrados em função das constelações histórico-sociais em que se integram e nas quais operam, dinamicamente, como forças sociais construtivas” (FERNANDES, 2008, p. 73). As bases da economia brasileira surgiram a partir de uma exploração que implica consideração de fatores essenciais, dentre eles a sua essência exportadora e a coletividade socialmente organizada. Desse modo, a função originária do Brasil no período colonial era a produção em larga escala para atendimento de necessidades externas e isso condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, o que em termos relativos é vigente até os dias atuais, pois nos concentramos em abastecer mercados externos e abrimos espaço para o ingresso e permanência da dominação imperialista no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2014). Sobre essa estruturação e dominação Prado Júnior (2014, p. 87) ressalta:

Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui a etapa atual. A expansão internacional do capitalismo europeu, e em seguida norte-americano, encontrou assim preparado o caminho e abertas as portas para a sua penetração no Brasil. E embora aqui não se insinuasse diretamente, em escala apreciável na produção das matérias-primas e gêneros alimentares de exportação, o imperialismo intervém na

⁶ Inserção realizada para que se entenda século XIX, vez que a edição do livro de Prado Júnior é do século XX.

comercialização desses produtos, bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte dos produtos (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima). É nesses setores sobretudo que se realiza a penetração e intervenção do capitalismo estrangeiro na economia brasileira, empolgando o comércio externo do país, comércio esse que constitui a trave mestra daquela economia. Simultaneamente, fica à mercê o mercado interno do país, graças ao fato da especialização da produção brasileira em artigos de exportação.

Essa condição de dependência e de inserção do imperialismo no Brasil será tratada mais adiante. Entretanto, o país deixou de ser colônia há anos e, ainda assim, perpetua a existência das grandes propriedades e da monocultura (LUTZENBERGER, 2001). Agora, está em uma nova roupagem, que não a do colonialismo. Cada vez mais, se empenha em privilegiar grandes empresas e manter sua condição de exportador de alimentos. Inclusive, políticas de governo são criadas, majoritariamente, direcionadas ao incentivo do agronegócio, altamente industrializado e voltado à exportação, como o Plano Nacional de Fertilizantes⁷ e o próprio PRONAF – que é uma política essencial para os pequenos produtores, mas concentra a maior parte do investimento em grandes empresas e cooperativas, como adiante será tratado (BRASIL, 2022a; 2022b).

Em 2021, o país foi o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo e o setor de agrosserviços foi responsável por 27,6% de todo o PIB brasileiro (ABIA, 2022; CEPEA, 2022). Nesse cenário, um dado chama atenção: somente a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) teve participação em 10,6% desse percentual e a referida instituição é direcionada, em sua maioria, por grandes multinacionais.

A maioria dos estabelecimentos agrícolas do Brasil é composta pela agricultura familiar (77%), mas a soma da área ocupada por eles equivale a apenas 23% da área agrícola total do país. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas chegam a ocupar 77% da área agrícola total e somam apenas 23% dos estabelecimentos agrícolas. Com relação ao valor da produção, a agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção, somando 107 bilhões de reais (IBGE, 2019).

Nesse viés, é possível inferir a hegemonia do *agribusiness* tanto na questão territorial, quanto na geração de valor da produção. Contudo, mesmo com menor posse de terras e com valor de produção inferior – em relação ao de *commodities* como soja e milho – a agricultura familiar brasileira é a maior responsável pela diversidade e qualidade dos alimentos que de fato

⁷ Criado no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) estabelece um planejamento entre 2022 e 2050, para que o país aumente sua produção de fertilizantes químicos e, assim, reduza o grau de importação desse tipo de produto, mesmo que a demanda interna seja dobrada.

vão a mesa dos cidadãos. Alguns exemplos são: café e banana (48%), mandioca (80%), abacaxi (69%) e feijão (42%), dados que adiante serão abordados (IBGE, 2019).

A agricultura familiar é indicada como sinônimo de segurança alimentar e nutricional não somente no Brasil. A FAO (2021) calcula que cerca de 80% dos alimentos fornecidos no mundo vem dessa categoria social, que preserva os produtos alimentares tradicionais, ofertam alimentos diversos e resguardam a biodiversidade; além de gerar emprego e renda e promover a integração entre espaço rural e urbano.

As notícias de recordes de produtividade do agronegócio brasileiro são concomitantes àquelas que noticiam a fome no país. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) demonstrou que, em 2021, “do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome” (PENSSAN, 2021, p. 10). Nesse mesmo ano, o país comemorava mais um recorde de exportações do agronegócio, que resultou em um saldo de 120,59 bilhões de dólares, uma alta de quase 20% em relação ao ano anterior⁸. Esse sério contraste entre recordes de produtividade e a fome relaciona-se à situação de desigualdade fundiária brasileira e às perdas de espaço agrícola total para o cultivo de produtos básicos da dieta. Peres (2021) analisou o relatório de projeções do agronegócio, produzido pelo Ministério da Agricultura, desde 2010, e indicou que o órgão prevê que em 2030 dois milhões de hectares de terra deixem de ser cultivados para arroz, feijão e mandioca. Somente o arroz experimentaria uma redução de quase 60% da área cultivada. Esse desmonte seria sustentado pela ideia de um forte aumento na produtividade. Contudo, segundo o autor e a equipe de jornalismo do O Joio e o Trigo, para que essa proporção ocorra seria necessário triplicar a produção, razão pela qual buscaram na pesquisa Produção Agrícola, do IBGE, algum período em que a produção de arroz, de fato, tenha triplicado no Brasil. Como resultado, ficou identificado que apenas entre os períodos de 1994 e 2019 a produção foi três vezes maior, ou seja, uma diferença de 25 anos - período muito superior ao previsto pelo relatório de projeções do agronegócio, que estima uma escalada produtiva em apenas nove anos, considerada a data da reportagem.

É no contexto da fome e de outras críticas ao sistema agroalimentar hegemônico que as pessoas têm voltado a ter interesse pela procedência dos alimentos, seu local de origem. Inclusive, quando se localiza o alimento ou o reterritorializa há um resgate de elementos

⁸ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021>.

culturais envolvidos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Nesses moldes, a justificativa desta pesquisa se encontra na investigação de um caso prático e local que caracteriza a agricultura familiar do município de Alfenas – MG e, principalmente, busca compreender a sua realidade socioeconômica, pois ela é primordial para a manutenção das atividades desempenhadas por estas famílias, que sem possibilidades de se manter do/no meio rural deixariam de exercer um papel fundamental para a soberania alimentar no município.

Quanto à importância da realização de estudos que trabalhem um recorte local Alves (2021, p. 131) expõe que:

São importantes os estudos regionais na medida que se possa entender o desenvolvimento e inserção de uma economia globalizada e como ela influencia a dinâmica local-regional, em outras palavras, quais os impactos gerados na organização do espaço regional na produção agropecuária? Houve uma substituição de culturas agrícolas por commodities ao longo do tempo? Qual o papel da agricultura familiar e como está a estrutura fundiária no contexto regional? Houve uma concentração fundiária com o desenvolvimento de *commodities* no espaço agrário? (ALVES, 2021, p. 131).

Alguns dos questionamentos colocados pelo autor podem ser respondidos no decorrer desta pesquisa e passarão pelo entendimento da inserção e influência da economia globalizada no espaço local⁹.

⁹ A palavra local, empregada nesta pesquisa, tem sentido de municipalidade e faz referência a fatores socioespaciais.

2 ESTRUTURA E DESENHO METODOLÓGICO

Este trabalho foi estruturado em seis capítulos, o primeiro introduz o tema proposto, problematizando-o e trazendo os objetivos geral e específicos, além da sua justificativa. O segundo este desenho metodológico. O terceiro aborda o Imperialismo e a Teoria Marxista da Dependência no contexto da hegemonia do agronegócio brasileiro. O quarto o surgimento da agricultura e seus desdobramentos, tratando de diversas questões, dentre elas a agrária, passando pela abordagem dos conceitos de agronegócio brasileiro e agricultura familiar. O quinto é dedicado aos resultados da pesquisa documental e de campo e sua discussão. Por fim, o sexto apresenta as considerações finais da pesquisa.

Metodologicamente, a fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se dividirá em três etapas:

- a) Etapa 1 - pesquisa documental: Foram buscados e analisados dados secundários disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Relatório Anual de Atividades (RAA) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e na Chamada Pública/Edital 001/2022 da Prefeitura do Município de Alfenas – MG;
- b) Etapa 2 – pesquisa de campo: Os resultados da revisão bibliográfica permitiram a confecção de um questionário, que após a realização de um pré-teste, aplicado a quatro respondentes, chegou a sua versão definitiva. O estudo buscou por 50 agricultores familiares participantes/fornecedores do PNAE no município de Alfenas-MG, já excluídos os respondentes do pré-teste. A pesquisa de campo retornou 25 questionários respondidos presencialmente;
- c) Etapa 3 – análise dos dados: A pesquisa documental realizou uma compilação de dados do IBGE e da EMATER-MG, levando em consideração a apresentação da agricultura alfenense, não familiar e familiar, em números. No mesmo sentido, foi realizada a análise da Chamada Pública do 001/2022 do município de Alfenas. Os resultados da pesquisa de campo foram analisados através de estatística descritiva, o que compreende técnicas e maneiras mais usuais, como gráficos e frequências (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Esta análise foi complementada pela comparação com os dados obtidos na pesquisa documental.

A pesquisa documental baseada nos dados do IBGE refere-se ao censo agropecuário 2017, último realizado no Brasil, e permitiu a identificação, em números, da agricultura de Alfenas como um todo – familiar e não familiar. Os dados da EMATER-MG permitiram uma análise numérica individualizada da agricultura familiar. Já a análise da Chamada Pública 001/2022 permitiu verificar se o município de Alfenas-MG atende aos requisitos estabelecidos no PNAE e como a política pública e os agricultores poderiam contribuir para a soberania alimentar no município.

Tendo em vista o objetivo de compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG, a análise apenas documental se mostraria insuficiente, vez que não transmite a realidade ou a percepção desses agricultores.

Dessa forma, a partir dos resultados da revisão bibliográfica foi elaborado um questionário. Esse instrumento de coleta de dados é constituído por uma série de perguntas ordenadas (LAKATOS; MARCONI, 2003), abertas e fechadas a serem respondidas pelos agricultores familiares participantes/fornecedores do PNAE no município de Alfenas – MG. A aplicação do questionário visa, assim como explorado por Gil (2008, p. 121), “traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. As respostas encontradas visam, assim como apontado pelo autor, descrever “as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa” (GIL, 2008, p. 121).

O recorte proposto, ou seja, a escolha dos agricultores familiares, maiores de dezoito anos, que seriam os respondentes do questionário, ocorreu em razão desta pesquisa classificar o PNAE como uma forma de materialização da soberania alimentar, em razão de ser uma espécie de circuito curto de comercialização, que realiza a conexão entre a produção e o consumo de alimentos e por constituir fonte de renda para o agricultor familiar (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007; DECLARAÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001; FAO, 2022; FNDE, 2022b; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; VAN DER PLOEG, 2008;).

A Chamada Pública da Prefeitura de Alfenas credenciou três associações, são elas: Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs da Comunidade Rural dos Bárbaras (AMAACORB); Associação de Agricultores Familiares de Alfenas e Região (AAFAR) e Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas (AFFLA). Inicialmente, o número de agricultores(as) familiares que faziam parte delas e seriam convidados a participar como respondentes do questionário era de 18; 40 e 14, respectivamente, totalizando 72 agricultores(as). A identificação desses produtores, associados, foi possível em razão da

publicidade do processo resultante da chamada pública realizada pela prefeitura do município (nº 229/2022). Esse documento contém a Declaração de Aptidão (DAP) das três associações credenciadas, que por sua vez menciona a DAP individual de todos os agricultores familiares que as integram.

Desse modo, identificados os agricultores familiares era necessário saber como encontrá-los. Para isso, foi utilizada a amostragem em bola de neve (VINUTO, 2014). O primeiro contato foi com um(a) dos(as) responsáveis da Merenda Escolar, que forneceu o número de telefone dos presidentes das associações. Por sua vez, eles informaram a localização da comunidade rural – para aqueles que moram na zona rural – e que alguns agricultores vendiam seus produtos na feira. Pois bem, os primeiros a serem entrevistados foram localizados na Feira Livre de Alfenas, que ocorre às quartas-feiras. Esses foram os respondentes dos pré-testes e informaram que diversos agricultores estariam na feira de domingo, que é muito maior do que a realizada na quarta. Cada um dos respondentes foi localizado a partir da indicação de seus pares, seja na feira livre, na comunidade rural ou na cidade.

Ultrapassada a fase inicial, de identificação de quais agricultores seriam respondentes do questionário e onde encontrá-los, verificou-se que no decorrer da pesquisa foi publicado novo edital ou chamada pública, de nº 001/2023, que credenciou as mesmas associações. Esse novo certame trouxe uma alteração para esta pesquisa, qual seja, o quantitativo de agricultores familiares participantes das associações e, portanto, fornecedores do PNAE, que antes era de 72 e passou a ser de 64 pessoas. Ainda na fase de identificação ficou evidenciado que 8 agricultores eram cadastrados em mais de uma associação, o que é totalmente possível, e que 2 trabalham com aquicultura e pesca, razão pela qual não entregam os produtos de hortifruti requisitados na chamada pública que deu origem a este recorte. Desse modo, o universo de respondentes do questionário passou a ser de 54 agricultores familiares.

Determinado o universo de respondentes do questionário restou necessário verificar seu procedimento técnico. Segundo Gil (2008) suas etapas são: a constatação de sua eficácia para a verificação dos objetivos; a determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste. Dessa forma, vencida as quatro primeiras foi realizado um pré-teste com quatro agricultores escolhidos aleatoriamente – uma da AMAACORB, um da AFFLA e dois da AAFAR, já que é a associação mais numerosa. As abordagens, assim como na aplicação definitiva do questionário, foram feitas presencialmente e demonstraram a necessidade de pequenos ajustes no questionário para que estivesse apto à realidade das três associações, como a inserção de menores quantidades de terra ou menores extensões das propriedades rurais (pergunta 3) a

inclusão da possibilidade de a gestão do estabelecimento ser feita pelo respondente, mas com ajuda de algum familiar (pergunta 11) a junção de dois questionamentos que culminaram na questão 26 e, por fim, a inclusão da pergunta 30.

Realizadas as adequações do questionário buscou-se 50 respondentes, considerando a exclusão daqueles que responderam o pré-teste. Inicialmente, foi aplicado às agricultoras da AMAACORB na comunidade rural do Bárbaras. Elas foram abordadas gradativamente em um dia em que algumas delas compareceram ao centro comunitário da região. Após, a aplicação ocorreu de forma aleatória entre as outras duas associações, sendo que, os agricultores da AFFLA foram abordados na feira livre de Alfenas e na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), onde um deles compareceu. Já os agricultores(as) da AAFAR foram abordados na feira livre de Alfenas e na comunidade rural dos Bárbaras, no centro comunitário e em domicílio.

As agricultoras da AMAACORB são todas moradoras da comunidade rural dos Bárbaras e a maioria dos integrantes da AAFAR também. Majoritariamente, as pessoas dessas associações guardam laços de parentesco e com o passar das abordagens verifica-se que vários possuem o mesmo sobrenome e quando perguntados se conhecem mais integrantes ou onde localizá-los informam a existência de grau de parentesco. A existência de duas associações distintas na mesma comunidade rural ocorre em razão da data de fundação e da destinação do produto produzido, as mulheres da AMAACORB trabalham unicamente com a polpa de fruta destinada à merenda escolar, colhem a fruta produzida em seu estabelecimento e na fábrica fazem o trabalho manual para depois utilizarem o maquinário para triturar e poder entregar a polpa e a AAFAR, que é composta por homens e mulheres, produz gêneros de hortifrutis - folhas, frutos, verduras e legumes - destinados principalmente à merenda escolar e o seu excedente à Feira Livre de Alfenas.

A AMAACORB é uma associação de mulheres fundada há 19 anos através do esforço de Dona Ede Gabine, uma advogada aposentada que veio do Estado do Rio de Janeiro e aos poucos deu início à montagem de uma pequena fábrica. Com o auxílio da EMATER-MG conseguiu alguns maquinários permitindo que essas mulheres colhessem as frutas produzidas e as embalsassem, inteiras. Com o passar do tempo ganharam um forno e fogão, foi o período em que fabricavam biscoito, bolacha e roscas; depois passaram a produzir conservas de tomate seco e verduras, até retomarem a produção da polpa, mas o trabalho manual passou a ser complementado pelo industrial, através de máquinas que a trituravam. A AAFAR surgiu muito tempo depois e aconteceu pela necessidade dos agricultores, que entregavam seus produtos individualmente, apresentarem aos municípios um CNPJ para a formalização da venda. Até a

sua criação o que existia era uma associação de moradores e um conselho de desenvolvimento comunitário. Logo, a AAFAR surgiu para atender à regulamentação ou determinação dos municípios em adquirir produtos daqueles que possuíam um CNPJ. Aliás, através das entrevistas ficou identificado que a associação pretende criar uma cooperativa de agricultores, com o intuito de serem mais competitivos e aumentarem suas vendas. Já a AFFLA, que é composta apenas por homens, surgiu em 2016, em uma audiência pública, pela necessidade de haver uma associação que gerisse as normativas, as regras da Feira Livre de Alfenas. Também tinha por finalidade criar uma representatividade para produtor, buscar contribuir para a comprovação da atividade para fins previdenciários, tendo em vista que até então existia certa dificuldade e buscar recursos públicos para o investimento nos estabelecimentos rurais e melhoria da feira, para o produtor e para o usuário.

Com o intuito de responder aos objetivos específicos desta pesquisa e mais tarde ao seu objetivo geral, as pesquisas documental e de campo foram analisadas através de estatística descritiva. As questões discursivas do questionário foram incorporadas na mesma análise.

3 O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO

A formação do agronegócio brasileiro ocorre em convergência aos interesses expansionistas de países de capitalismo “avançado”, especialmente dos Estados Unidos. A partir de 1964, com o lançamento do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), foi possível a intensificação da modernização dos processos – com maior estímulo para a utilização de máquinas e insumos - e uma aproximação comercial em relação aos Estados Unidos. O país havia se engajado em uma empreitada identificada como guerra contra a fome, que pregava que países menos desenvolvidos deveriam se modernizar e aumentar suas exportações.

O Brasil, tanto pela política vigente, alinhada ao momento estadunidense, como por sua disponibilidade de produtos primários foi indicado como precursor dessa modernização. As modificações operadas pelo incentivo governamental e a chamada Revolução Verde geraram mudanças que permanecem até os dias atuais, como os incentivos fiscais que despertaram o interesse de multinacionais, que hoje são predominantes no setor de alimentos. Esse processo de inserção das empresas estrangeiras em território brasileiro ocorreu em razão do país ter aberto o caminho para tal e pelo fato de que essas empresas, antigas fornecedoras dos produtos que o país importava, não perderiam sua clientela brasileira, pois cuidariam de se instalar “no Brasil, produzindo e fornecendo aqui mesmo o que anteriormente nos remetiam do exterior” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 88). Desse modo, seria o imperialismo o responsável por intervir na comercialização desses produtos, atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento e transporte (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima). Essa abertura para a instalação de multinacionais voltadas à produção de larga escala denuncia que o agronegócio representa uma continuidade da lógica da economia colonial e do desenvolvimento dependente. No período em que o Brasil foi colônia de Portugal a sua função era produzir em larga escala para atendimento de necessidades externas - o que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento até os dias atuais (PRADO JÚNIOR, 2014). Pois bem, a corrida para o fortalecimento do agronegócio (BRASIL, 2022a) mantém o interesse do país em abastecer mercados externos e abrir espaço para o ingresso e permanência da dominação imperialista no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2014). Este capítulo aborda o Imperialismo e a Teoria Marxista da Dependência, passando pela caracterização do termo *agribusiness*, a empreitada norte-americana da “guerra contra a fome” e o atual panorama do setor de alimentos industrializados.

3.1 IMPERIALISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Para compreender o presente é necessário realizar um resgate histórico, entender uma realidade a partir de uma contextualização. Abordar a agricultura brasileira, ou a forma como ela é construída passa pelo entendimento de que o Brasil está inserido em uma geopolítica bem definida, que o caracteriza como um país “subdesenvolvido” ou “periférico”.

A crítica da economia política construída por Karl Marx - especialmente em sua obra “O Capital” - retrata uma profunda contradição nas bases do capitalismo. Juridicamente, todas as pessoas eram consideradas iguais, independentemente se proletariado ou burguesia, mas essa suposta igualdade de condições não era a mesma no campo social. Isso pelo fato de que a maioria da população era desprovida da propriedade dos meios de produção e era obrigada a vender a sua força de trabalho – mercadoria capaz de produzir a mais valia, ou lucro, apropriado pelo proprietário dos meios de produção. O objeto de sua análise era o mercado mundial capitalista e as formas adotadas por ele para encobrir tais contradições.

O modo de produção era capaz de estruturar as relações sociais e detinha o poder de determinar a organização social (GRESPLAN, 2021; KOHAN, 2022; XAVIER, 2017). Os capitalistas individuais concentravam grandes quantidades de meios de produção, o que dava a eles a condição material para obter a cooperação e a subordinação dos trabalhadores. A reprodução do capital e a sua acumulação se daria justamente diante dessa relação antagônica, travada entre capitalistas e proletariado, em que os primeiros visavam a maior extração de trabalho possível – mais valor – para, posteriormente, transformá-lo em capital (MARX, 2015).

Em sua empreitada, Marx planejava abordar a extensão tendencial das relações de produção capitalistas ao mundo inteiro, mas não há uma teoria de unidade de produção ou uma teoria de unidade de consumo capitalistas, razão pela qual a teoria marxista deveria, nestes pontos, ser completada (ALTHUSSER, 2015; LUXEMBURGO, 1970).

Nesse cenário, surge a teoria do imperialismo que, dentre outros, tem como representantes Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo e David Harvey – todos influenciados pela teoria marxista, sendo que, os dois primeiros produziram conhecimento no início do século XX e o último iniciou suas publicações no final do século XX até os dias atuais. Lênin escreveu a obra Imperialismo, estágio superior do capitalismo e enunciou o fato de que as potências imperialistas teriam dividido o mundo entre elas e que o capitalismo se expandiria através de guerras imperialistas (LENIN, 2011). Esse sistema mundial se expandiria em extensão e em profundidade, em razão de um desenvolvimento desigual e marcado por várias contradições antagônicas. Alguns países, considerados potências imperialistas, tomariam o território de

outros países para garantir a sua expansão (LENIN, 2011). Essa arguição ficou comprovada pelas guerras de proporção mundial presenciadas pelo mundo (KOHAN, 2022; SADER, 2012). Lênin se voltou ao estudo do imperialismo para compreender a situação de rivalidade firmada entre as grandes potências capitalistas, que contribuíam para uma guerra generalizada. O imperialismo seria um problema central na esfera da ciência econômica (LENIN, 2011).

Luxemburgo tinha em seus estudos a finalidade de popularizar a obra de Marx, mas percebeu que havia uma lacuna no processo global da produção capitalista, em seu aspecto concreto e em seus limites históricos. Assim, articulou a reprodução do capital no centro do sistema e sua expansão em escala internacional entendendo o imperialismo como “expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas”. Desse modo, o capital busca encontrar nesses países mercados de consumo para seu excesso de produção e a possibilidade de extração de mais-valia (LUXEMBURGO, 1970, p. 392).

Harvey reconhece o esforço teórico de Luxemburgo e indica que o resultado esperado por práticas imperialistas é a acumulação de capital. O autor faz uma análise da teoria do subconsumo, defendida por Luxemburgo. Argumenta que essa acumulação enfrenta um último obstáculo – fundamental - que é o momento em que a mercadoria entra no mercado na forma de coisa ou de serviço para ser trocada por dinheiro, que deve ser capaz de custear o valor investido, ou original, e ser acrescido de lucro. Assim, para que essa mercadoria seja útil, gerando valor ao capitalista, é cabal a existência de duas situações: que alguém necessite ou deseje aquela mercadoria colocada à disposição e, ainda, que esses consumidores tenham dinheiro suficiente para comprá-la. Nesse contexto, se não há interesse pela mercadoria ou ninguém tem condição financeira para adquiri-la não há venda, não há a realização do lucro e o capital inicial é perdido. Destarte, para que a máquina capitalista continue a funcionar, é imprescindível despertar a necessidade de compra nos consumidores e evitar a crise de subconsumo, que consiste na insuficiência de demanda para a aquisição dos produtos produzidos (HARVEY, 2011).

O ponto de divergência entre eles é a crítica de Harvey ao hiato consumo e demanda, “que pode ser facilmente transposto pelo reinvestimento” (HARVEY, 2005, p. 116) ou consumo capitalista, que acontece “de duas formas: uma parte da mais-valia é consumida como gastos (por exemplo, como bens de base e bens de luxo e serviços), mas a outra parte é reinvestida ou em bens de sobrevivência para que mais trabalhadores sejam empregados ou em meios de produção novos” (HARVEY, 2011). Nesse cenário, “a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a

estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo” (HARVEY, 2005, p. 117). Assim, Harvey expõe a crise da sobreacumulação e demonstra que para estabilizar o sistema capitalista, as barreiras territoriais foram rompidas pelo imperialismo. As formações sociais não capitalistas deveriam ser forçadas ao comércio e a se abrir para que o capital estrangeiro realize investimentos em seu território, vez que a força de trabalho e matérias-primas - dentre outros - seriam mais baratas e, assim, os empreendimentos mais lucrativos (HARVEY, 2005). Um exemplo dessa expansão é a empresa americana Walmart, que possui, em 2022, 5.250 lojas fora dos Estados Unidos, distribuídas em 24 países¹⁰. Sem abandonar por completo a teoria imperialista, que explora a expansão econômica e territorial do capital – até mesmo pelo fato dela ser constituída a partir de bases marxistas – vale retomar a teoria de Marx, especificamente as discussões que versam sobre a lei geral da acumulação capitalista. Um mesmo ramo de produção pode ser composto por capitais individuais diversos, que podem ter composições distintas, ou seja, dentro de um mesmo ramo de atividade pode haver várias empresas ou capitalistas buscando se desenvolver – lucrar – e a forma como produzem pode ser variada, no sentido de maior investimento em meios de produção – capital constante - ou maior presença da força de trabalho – capital variável.

Diante disso, é possível identificar a composição total do capital de um ramo de atividade específico, que seria a média das composições individuais e, em um aspecto macro, identificar a composição do capital social total de um país, vez que seria encontrada através da média de todos os ramos de produção. Assim, a fragmentação do capital social significa o controle desempenhado pelos capitalistas individuais sobre os meios de produção e o trabalho. Eles acumulam e concentram capital limitados ao grau de crescimento da riqueza social e em um processo de contínua concorrência. Essa disputa acontece através do barateamento das mercadorias, um processo que fica sujeito à produtividade do trabalho, que também se submete a uma escala de produção. Por isso, capitalistas maiores – mais produtivos – tendem a contribuir para a ruína dos capitalistas menores (MARX, 2015).

A expansão do capital, assim, realiza a sucumbência dos capitalistas menores e, como demonstrado pela teoria do imperialismo, também não está mais adstrita às fronteiras territoriais, buscando nos países não capitalistas ou – conforme adiante denominados – periféricos, mercado para suas mercadorias e possibilidade de investimentos, para exploração de mão de obra e matérias-primas baratas.

¹⁰ <https://corporate.walmart.com/about/location-facts>.

Inspirada na obra de Marx e intimamente ligada ao arcabouço teórico do imperialismo, surge a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Apontada como um subproduto do imperialismo (KOHAN, 2022) e como a corrente teórica, no âmbito das ciências sociais, que melhor forneceria condições para a investigação da reprodução da dependência econômica das economias latino-americanas (XAVIER, 2017), a TMD parte de um enfoque teórico distinto. Seu objeto de análise não é a expansão dos países centrais – entendidos como de capitalismo avançado - mas a relação de dependência dos países periféricos em relação a eles, especificamente ao que tange a América Latina. Seus principais representantes são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e retratam a dependência econômica do continente latino-americano enquanto inserido em uma integração imposta pelas economias cêntricas (XAVIER, 2018).

A América Latina surge da expansão comercial ocorrida no século XVI. Os países que então eram de capitalismo nascente passam a explorar e dominar o continente que, por sua vez, tem seu “desenvolvimento” relacionado à dinâmica do capitalismo internacional. No século XIX, as colônias latinas se tornaram países independentes, mas ainda guardavam muito de seu passado colonial, tanto demográfica quanto administrativamente. Aliás, mesmo independentes, permaneceram conectados à Inglaterra e a outros países europeus, deixando de estabelecer relações comerciais com os países vizinhos – recentemente declarados independentes – para negociar seus produtos diretamente com sua ex-metrópole, que fixou o interesse em importar produtos primários em troca de manufaturados. Esse é o exato momento em que a dependência econômica se instaura na América Latina, países formalmente independentes se colocam em relação de subordinação frente aos países europeus de capitalismo central. Nesse viés, os latinos estavam inseridos em uma estrutura bem definida que passou a ditar a divisão internacional do trabalho (MARINI, 2017).

Nesse contexto, a América Latina muito contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Primordialmente, como condição para inserção na economia internacional, duas eram as suas funções: abastecer o mundo com seus produtos agrícolas, permitindo aos países centrais a concentração de seus esforços na atividade industrial e ser mercado consumidor das matérias-primas industriais. Assim, os países latino-americanos contribuíram para um fenômeno importante do capitalismo, qual seja, deslocar o eixo da acumulação na economia industrial “da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2017, p. 328).

Os autores da TMD tiveram grande produção e vasta discussão, principalmente, durante a década de 1970. Contudo, o assunto permanece atual (DOS SANTOS, 2011; KOHAN, 2022; XAVIER, 2018), vez que os países de capitalismo central continuam a utilizar de estratégias geopolíticas para inserirem suas multinacionais nos territórios de países periféricos para explorar, especialmente, o setor primário, causando sérios efeitos a essas economias e aos cidadãos que lá residem – tais consequências serão abordadas no próximo capítulo. É de se destacar que o próprio país “subdesenvolvido” fornece subsídios para que isso ocorra, através de isenções fiscais, doações de lotes de terreno para construção de empresas, dentre outros. Essa expansão do capital é algo típico do imperialismo, que se materializa como um conceito marxista construído a partir de um contexto histórico que continua a justificar a utilização do termo (XAVIER, 2018).

Aliás, na dinâmica atual, fala-se em novo imperialismo. Harvey, como marxista, aborda a acumulação primitiva como a expropriação de direitos comuns e básicos pelo capital. Que, dentre outras coisas, opera a mercadificação e a privatização da terra, expulsando violentamente a população camponesa, criando o proletariado. Segundo o autor as características dessa acumulação “permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2005, p. 121), mas aprimorados para ter um papel mais forte do que os anteriores, como o poder especulativo e predatório imposto pelo sistema de crédito e da financeirização. Houve a criação de “mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, p. 123), que visam, dentre outras coisas, a expropriação de material genético de sementes em favor de poucas empresas, a privatização de recursos genéticos para companhias farmacêuticas e empreitadas que tem culminado na degradação do meio ambiente, causando sérios impactos. Até mesmo a cultura é objeto de mercadificação, o que pode ser apontado pelo primeiro exemplo, já que poucas empresas podem influenciar quais e a qualidade dos alimentos consumidos. Outros exemplos dados pelo autor é a indústria da música e a privatização das empresas nacionais (HARVEY, 2005). No caso do Brasil, as apropriações ou espoliações podem ser percebidas através de exemplos como as reformas da legislação trabalhista, em 2017 e da previdência social, em 2019, que retira direitos duramente conquistados pelas classes trabalhadoras (ANTUNES, 2019).

Nos países latino-americanos nunca houve, de fato, uma economia industrial que fosse capaz de promover uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico dos países, permanecendo vinculados a produção e a exportação de produtos primários. Apenas no período entre as duas grandes guerras mundiais, em que o capitalismo internacional viveu tempos de crise econômica, o eixo da acumulação se deslocou para a indústria, permitindo a modernização

da economia industrial latina. Contudo, ainda que mudanças internas tenham ocorrido, elas não romperam a dependência econômica dos países latinos (MARINI, 2017; XAVIER, 2018).

O período pós Segunda Guerra Mundial – momento em que o capitalismo já havia se reorganizado sob o comando estadunidense - foi marcado pelo interesse dos países centrais em realizar investimentos nos países de capitalismo periférico. A intenção seria impulsionar o processo de industrialização nesses países, vez que durante o período de desorganização da economia mundial eles conseguiram desenvolver bases industriais que se mostraram financeiramente atrativas e constituíam-se mercado consumidor para a realização dos bens de capital, produzidos pelas economias centrais. Assim, os países estrangeiros realizavam investimentos no setor secundário das economias subdesenvolvidas, para, ao mesmo tempo, se expandir territorialmente e criar mercado para seus produtos pesados (MARINI, 2017).

Nesse contexto, houve a alteração na composição das importações dos países de economia dependente, que passam a reduzir a aquisição de bens de consumo para buscar matérias-primas destinadas à indústria – produtos semielaborados e maquinário. Vale destacar que a redução dos bens de consumo não significa a sua eliminação, ao passo que o Brasil importa gêneros de subsistência essenciais como o trigo¹¹, que até os dias atuais é largamente utilizado no país e, aproximadamente, metade do consumo é atendida através de importações. Sobre essa questão Prado Júnior (2014, p. 87) sinaliza:

É, aliás, essa insuficiência da capacidade produtiva brasileira que tem suas raízes, como vimos assinalando, na natureza de nossa economia voltada inteiramente para o exterior e estruturada na base do fornecimento de mercados estranhos, é isso aliado às imposições financeiras do imperialismo (remuneração dos capitais aqui aplicados e atividades aqui exercidas por empresas estrangeiras, o que também é fruto das mesmas circunstâncias) que determina o crônico e crescente desequilíbrio de nossas contas externas e graves dificuldades no atendimento dos compromissos financeiros no exterior com o que nos provinha da venda de nossos produtos no estrangeiro – única fonte de recursos internacionais com que contávamos.

Diante do desequilíbrio das contas externas e da depreciação constante da moeda brasileira, o país necessitava diversificar as atividades produtivas, e isso impulsionou a sua industrialização – seria passar a produzir o que não havia recursos financeiros necessários para adquirir. Contudo, isso aconteceu contando com proporção de pelo menos 40% do interesse de grandes trustes internacionais, que implantaram aqui suas subsidiárias e associadas.

¹¹ A produção brasileira é de 6,2 milhões de toneladas, representando 54% do consumo nacional (safra 2020). (https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/636/3/2021_CDS_151.pdf).

Nem por isso as empresas imperialistas, antigas fornecedoras dos produtos que o Brasil importava, perderão sua clientela brasileira, pois cuidarão de se instalarem no Brasil, produzindo e fornecendo aqui mesmo o que anteriormente nos remetiam do exterior (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 88).

Nesse contexto, o país viveu uma grande transformação na economia, mas ao mesmo tempo renovou, sobre outras bases, o embaraço de seu desenvolvimento e sua definitiva libertação. O desenvolvimento foi enquadrado em um sistema imperialista pautado, necessariamente, pelos interesses dos trustes aqui instalados e são eles que vão fixar o ritmo e os limites do desenvolvimento, que serão determinados pelos lucros que a economia brasileira pode proporcionar (PRADO JÚNIOR, 2014), é o que se pode perceber do poderio das multinacionais na Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) – que adiante se verá. A integração ao capital estrangeiro não permitiu um desenvolvimento industrial completo, o cunho imperialista da empreitada dos países centrais previa a sua expansão nos países periféricos e a criação de um mercado consumidor de produtos já obsoletos. Um exemplo citado por Marini (2017) é o início das exportações brasileiras de aço que, apesar de constituir um avanço no setor secundário, demonstra que foram transferidas aos países subdesenvolvidos etapas industriais inferiores e reservadas aos centros imperialistas etapas mais avançadas, ao passo que o Brasil exportava aço enquanto os países desenvolvidos exportavam produtos como computadores e exploravam novas fontes de energia.

Desse modo, fica evidente que, mesmo após o processo de industrialização na América Latina, manteve-se a alta dependência tecnológica em relação aos países centrais e que houve, na verdade, uma nova divisão internacional do trabalho que evidencia uma dependência econômica ainda maior que a anterior (MARINI, 2017; XAVIER, 2017). “A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2017, p. 340). Prado Júnior (2014) em análise ao caso brasileiro indicou uma clara ligação do imperialismo com o sistema colonial, vez que ambos são voltados à exportação para o sustento do lucro externo ao país e ressalta que o desenvolvimento do país não está ligado aos empreendimentos imperialistas.

Isso demonstra a atualidade das políticas imperialistas e da teoria marxista da dependência e a sua aplicação ao caso brasileiro, especificamente à manutenção da hegemonia do agronegócio, que reforça a divisão internacional do trabalho imposta aos países periféricos. Esse cenário contribui para a reafirmação da dependência econômica desses países, vez que as trocas mercantis são desiguais (MARINI, 2017; PRADO JÚNIOR, 2014; XAVIER, 2017, 2018). Inclusive, as grandes corporações multinacionais têm se instalado nesses países com a

finalidade de superexplorar a força de trabalho e os recursos naturais neles presentes, especialmente, através da produção de *commodities* em larga escala.

3.2 A PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA: A DIFUSÃO DO *AGRIBUSINESS*.

É a partir desse contexto de dependência econômica, historicamente enraizada em países dependentes, que passa a analisar a formação do agronegócio e seu desenvolvimento no Brasil. Na mesma década da expansão imperialista de 1950 – que culminou na integração dos países periféricos e do capital estrangeiro - começou nos Estados Unidos - já uma potência da nova configuração da economia internacional capitalista do período pós-guerra (MARINI, 2017) -, um movimento que envolveu a participação da academia, das grandes corporações e do governo americano. Na verdade, a partir dos anos de 1940 já havia sido iniciada a integração da agricultura e o mundo dos negócios, mas a partir de 1955, já com envolvimento claro dos referidos atores, é criado e difundido o termo *agribusiness* (POMPEIA, 2021). Para descrever esse fenômeno e seus desdobramentos será utilizada a obra de Caio Pompéia (2021), fruto das pesquisas de doutorado e pós-doutorado do autor.

Nasce em 1940, na escola de negócios de Harvard, a ideia de se criar uma disciplina que tratasse da relação agricultura e negócios, uma tentativa encabeçada pelo professor Donald K. David – que trabalhou durante anos na indústria alimentícia. A criação dessa área interdisciplinar teve ajuda financeira da Corn Products Refining Company – multinacional que, atualmente, possui sede no Brasil – o que possibilitou a criação de uma nova cadeira em Harvard: *A Agriculture and Business*. Em 1952 - já dentro do período imperialista, pós-guerra – ela, ainda, se desmembrou no *Moffett Program in Agriculture and Business* (Programa Moffett em Agricultura e Negócio) com a intenção de que os discentes de Harvard explorassem as relações que a agricultura tinha com as atividades da indústria, serviços e comércio - setor secundário e terciário - com o objetivo de que eles produzissem pesquisas científicas para qualificar essas relações. Tudo isso foi acompanhado por um comitê que envolvia não só os membros da universidade, mas também lideranças de negócios, da agricultura e do governo.

Em 1955, John H. Davis – economista que ocupou cargos de direção em grandes corporações alimentícias - e Ray A. Goldberg – proprietário de loja de produtos agrícolas, ambos professores da universidade - criaram o termo *agribusiness*. “Para Davis o termo representava a soma total de operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e

fibras” (DAVIS, 1955, p. 5 *apud* POMPEIA)¹². Como será explorado adiante, essa conceituação se assemelha ao conceito que identificamos como sistemas agroalimentares. Contudo, vale ressaltar que um sistema agroalimentar não corresponde a uma forma específica de se produzir (EVENSON; WESTPHAL, 1995; MAZOYER; ROUDART, 2010). Quando Davis e Goldberg chamam de *agribusiness* toda essa cadeia de produção estão, aparentemente, reduzindo todo o processo produtivo agropecuário a uma suposta necessidade de integração campo, indústria e negócios, já que o termo buscava esta finalidade. Além disso, o início de sua utilização faz referência a uma política que - através de dados matemáticos que nunca foram metodologicamente explicados - defendia que o *agribusiness* seria o maior componente da economia dos Estados Unidos, responsável por grande parcela do produto interno bruto americano. Essa afirmação, inclusive, deu força para, mais tarde, legitimar políticas brasileiras do agronegócio.

Quando o professor faz essa afirmação, seria possível formular um questionamento, qual seja: mais uma vez, estão generalizando a agricultura através do termo *agribusiness*, deixando de contemplar os denominados *family farmers*, os agricultores familiares? Davis deixa claro que o desenvolvimento dos mercados não acompanha a produção, de forma que a compensação financeira não acompanharia os custos; haveria um desequilíbrio entre oferta e demanda, razão pela qual se justificaria a tendência de queda na renda dos agricultores. O economista ainda sustentava que as pequenas propriedades agrícolas se tornaram inviáveis, devido a necessidade de maiores unidades produtivas agrícolas (POMPEIA, 2021).

Para ele, os fazendeiros mais inseridos nas atividades comerciais, deveriam ser estimulados gestionalmente e tecnologicamente, o que permitia a inclusão de agricultores familiares, apenas, de renda mais elevada. Os de renda mais baixa, poderiam buscar, junto ao governo, tentar aumentar suas terras ou, em sua grande maioria, buscar trabalhos fora do meio rural. É importante destacar que em outros momentos Davis já havia deixado claro que, para ele, o desenvolvimento rural não aconteceria junto ao governo, mas da relação com a iniciativa privada.

Enfim, para alcançar uma política rural atrelada ao suposto desenvolvimento oferecido pelo *agribusiness* seria necessária uma tripla estratégia – que acirrava uma seleção e segregação histórica, entre grandes e pequenos produtores rurais - a reorganização da produção agrícola com base em grandes unidades corporativas; a promoção de unidades familiares conectadas a

¹² DAVIS, J. Business Responsibility and the Market for Farm Products. **Boston Conference on Distribution**, 17 October 1955, box 1, folder 2, John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

cooperativas e a integração vertical das unidades produtivas, com base na cooperação entre produtores e corporações.

O termo chegou a ser bastante criticado, inclusive por ter nascido em uma escola de negócios e não em torno de estudos a respeito da agricultura. Davis pregava a importância e a capacidade da iniciativa privada para a melhoria da produtividade e do crescimento da agricultura, mas não sistematizava ao certo como isso ocorria ou como deveria acontecer, apenas dava destaque ao papel de comando das corporações - incentivando a participação delas nos processos produtivos -, sem destacar a necessidade dos produtores, incentivando as grandes propriedades de terra e segregando os pequenos agricultores.

Ainda que sob críticas de segregação dos *family farmers* e de favorecimento às grandes corporações, o termo *agribusiness* passou a ter destaque em cenário mundial. Essa proposta de aglutinar a agricultura aos negócios, especificamente a criação de uma indissociabilidade entre agricultura e indústria – as grandes corporações – passou a ser útil política e economicamente para dar embasamento às empreitadas geopolíticas dos Estados Unidos. Como trazido anteriormente, a partir de 1950, o país já figurava como potência mundial e, através de políticas imperialistas, já tinha interesse em realizar investimentos nos países de capitalismo periférico ou subdesenvolvidos, vez que viam nesses países mercado consumidor para seus produtos industriais e as multinacionais poderiam se instalar nesses locais para desfrutar de mão de obra barata, dos recursos naturais existentes e, inclusive, da cooperação deles através de isenções fiscais e doações (MARINI, 2017; POMPEIA, 2021).

Para justificar o interesse geopolítico e para modificar a política de exportação de alimentos estadunidense - que figurava como contrabalanço das exportações de alimentos a nível mundial, em um período em que se consumia mais do se produzia e os Estados Unidos era quem liberava os estoques para equilibrar essa diferença – a difusão do termo *agribusiness* seria conveniente para dar destaque às corporações e permitir que elas se inserissem em outros países para explorar um mercado lucrativo. Ao mesmo tempo em que seria possível permitir aos países desenvolvidos a especialização industrial em setores mais complexos, vez que poderiam fazer isso enquanto os países subdesenvolvidos passam a ser estoque de alimentos - garantindo-o, especialmente, à classe operária dos países desenvolvidos – também manteriam a alta dependência tecnológica desses últimos, eis que exportariam alimentos e importariam produtos de maior valor agregado (MARINI, 2017; POMPEIA, 2021).

Pensando nisso, o presidente americano Lyndon B. Johnson propõe, em 1966, a chamada guerra contra a fome, estabelecendo que países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, bem como os que tivessem algum grau de insegurança alimentar,

modernizasse suas estruturas para aumentar a produção de alimentos. Apoiados na noção de *agribusiness* e em uma suposta preocupação com a segurança alimentar do mundo, os Estados Unidos passam a apoiar fortemente, inclusive através da disponibilidade de recursos públicos, as multinacionais – que desde o início patrocinaram a noção de *agribusiness*.

Deve-se ressaltar que esse suposto engajamento na missão de acabar com a fome, que, na verdade encobre a expansão imperialista do capitalismo, em direção aos países subdesenvolvidos ou emergentes, ocorre no período denominado segundo regime alimentar e em um contexto em que o país vivia um conflito contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma disputa de poder que ficou denominada como Guerra Fria - um conflito ideológico que tornou o mundo bipolar, através de duas ideologias completamente distintas (DOS SANTOS, 2011). Para os Estados Unidos essa expansão traria os benefícios já citados e contribuiria para o aumento de sua hegemonia. O programa que previa “essa ajuda alimentar” foi mapeado por Friedmann (1982) que analisou sua ascensão e fim e o identificou como uma arma geopolítica utilizada na Guerra Fria. McMichael (2009a, p. 141) identifica essa empreitada como “segundo regime alimentar”, de forma que os EUA incentivavam a industrialização seletiva no chamado terceiro mundo e assegurava a lealdade desses países frente ao comunismo.

Para cumprir a determinação de Johnson, de que os países subdesenvolvidos aumentassem sua produção de alimentos – e, não declaradamente, necessitassem importar produtos industriais, gerando mercado e abrindo caminho para os países desenvolvidos se especializarem tecnologicamente – seria necessário colocar em prática o significado contido na palavra *agribusiness*, estabelecendo uma forte integração indústria e agropecuária também nos países periféricos. Para tanto, as inovações tecnológicas da Revolução Verde seriam de grande valia. A mecanização e a “modernização” ocorridas nesse período permitiria a esperada integração negócios e agropecuária, abrindo caminho para o aumento da produtividade.

Esse processo de industrialização ocorrido no campo a partir da década de 1960 teve sua ascensão em países desenvolvidos e se expandiu para os chamados países emergentes ou subdesenvolvidos. Foi chamado por William Gaud¹³ de Revolução Verde - conceito que será tratado adiante - que *a priori* significa “os ganhos de produtividade, em países em desenvolvimento, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, entre outras tecnologias” (POMPEIA, 2021, p. 66). Essa nova maneira de produzir

¹³ William Gaud foi administrador da Usaid – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - e criador do termo Revolução Verde, utilizado pela primeira vez na Sociedade para o desenvolvimento internacional.

criou uma dependência das tecnologias ou insumos, o que permitiu a disseminação de transnacionais na Ásia e na América Latina (SANTOS; GLASS, 2018).

No Brasil, a veiculação do termo *agribusiness* também ocorreu em um ambiente acadêmico de negócios, a escola de administração da Universidade de São Paulo (USP). Na esfera pública, começou a ter veiculação através de entidades controladas pela agricultura patronal – ressalte-se que algumas delas também atendiam interesses da agricultura familiar, especialmente, as famílias mais bem inseridos na cadeia de *commodities* (POMPEIA, 2021).

As discussões e avanços que envolviam, nos Estados Unidos, o termo *agribusiness* ocorreram em um período em que o Brasil vivia um debate interno a respeito das questões agrária – relações de produção que tratam de como se produz, de que forma se produz - e agrícola – que versa sobre a produção em si, o que se produz, onde se produz e quanto se produz (SILVA, 1998). Após a renúncia de Jânio Quadros, ascendeu a presidência da república, em 1961, João Goulart que, conhecido como Jango, era defensor da reforma agrária. Propunha a realização da desapropriação de latifúndios improdutivos através de uma mudança constitucional que permitisse ao governo realizar desapropriações e realizasse os pagamentos a longo prazo, através de títulos da dívida agrária. Entretanto, apesar da intenção do governo e de haverem crescido as movimentações pela realização dessa reforma, essa proposta não foi aprovada pelo congresso nacional, que exigia o pagamento antecipado e em dinheiro aos desapropriados. Desse modo, a implantação de um amplo programa de reforma agrária seria inviável devido ao alto custo (GONÇALVES JÚNIOR, 2014; WESTIN, 2021).

Nesse contexto, as forças armadas brasileiras, mais identificadas com a ideologia de direita, deram o golpe militar de março de 1964, com a justificativa de que haveria fundado medo de que o país se tornasse “comunista” (WESTIN, 2021). Contudo, se sabe que uma de suas razões era, especificamente, conter os esforços da sociedade civil e do governo na realização da reforma agrária (POMPEIA, 2021).

Em pouco mais de três anos de regime militar, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), uma forma de estimular o fortalecimento do crédito rural e da intensificação do uso de insumos e maquinário agrícola, além da modernização em processos de armazenamento, transporte, agroindustrialização e comercialização – o que, assim como nos Estados Unidos, acirrava as desigualdades no campo. As diretrizes estabelecidas no programa brasileiro atendiam aos interesses estadunidenses, vez que nesse período identificado como “segundo regime alimentar” a hegemonia estadunidense fornecia seus excedentes tecnológicos, oriundos do período da Revolução Verde, aos demais países, assim como financiava tais aquisições (MCMICHAEL, 2009a) em uma suposta guerra contra fome que impunha aos países

em desenvolvimento a “modernização” e intensificação da produção agrícola (POMPEIA, 2021).

Assim, o programa surge três meses após o encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorrido em abril de 1967 - presidido pelo presidente americano Lyndon Johnson – estabelecendo que os países deveriam melhorar o sistema de crédito, apoiar a criação da indústria de fertilizantes, pesticidas e máquinas, além de promover melhorias nos processos da cadeia produtiva. Através do acolhimento dessas diretrizes e em razão de incentivos fiscais, dados pelo governo brasileiro, várias corporações americanas e de outros países instalaram filiais no país, sendo a maioria do setor agropecuário. O *Agribusiness Council* – órgão público-privado dos Estados Unidos, que visava introduzir a noção de *agribusiness* em países em desenvolvimento e organizar a atuação das corporações no exterior - chegou a elencar o Brasil como um dos países com maior potencial para o enfrentamento da suposta “guerra contra a fome”. A partir daí, o conceito de *agribusiness* teve ainda maior frequência no país e seus promotores eram o governo a iniciativa privada e universidades americanas (POMPEIA, 2021). Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010, p. 159) o regime militar promoveu uma política de “modernização da agricultura” que deu ensejo à existência de uma “agricultura moderna” ou “agricultura capitalista no Brasil”, empresas ou empresários rurais. O crescimento econômico acelerado no país ficou conhecido como “milagre brasileiro” e durante esse período pouco se falava a respeito da questão agrária, isso em razão do aumento de produção ocorrido no período e pela repressão política que cerceava a liberdade de expressão. Era visível que esse aumento beneficiava produtos de exportação e não produtos alimentícios, mas os argumentos utilizados, na época, eram de que seria um desajuste passageiro ou que a exportação da soja, por ser mais lucrativa, permitiria importar produtos básicos da alimentação. Entretanto, “muitos começaram a se dar conta de que os frutos do crescimento acelerado do período 1967/73 tinham beneficiado apenas uma minoria privilegiada. E, entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral, e, de modo particular, os trabalhadores rurais” (SILVA, 1998b, p. 4).

Fato é que essa “modernização” foi responsável por profundas modificações no campo, vez que devido à capitalização e a especialização dos sistemas de produção houve a substituição de grande parte da mão de obra braçal por máquinas e, por tanto, desemprego e barateamento dos produtos, causando prejuízos aos sistemas considerados mais “antigos”, o que culminou no deslocamento de grande parte dos pequenos produtores do campo para a cidade – como será visto na próxima seção (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesse cenário, os estabelecimentos mais industrializados passam a dominar o meio rural e surge a predominância de uma forma específica de produção – uma hegemonia -, voltada à

exportação, à especialização. Essa forma hegemônica de sistema agroalimentar, que produz em larga escala uma variedade inferior de culturas, é entendida como agricultura moderna (MAZOYER; ROUDART, 2010) ou agronegócio, a representação corpórea do termo *agribusiness*, que, de fato, interliga o mundo dos negócios, a agropecuária e a indústria.

Esse termo que foi amplamente difundido através de estímulos das grandes corporações e hoje, - assim como esperado por Davis - representa a predominância dos grandes proprietários de terra e das grandes indústrias, principalmente, multinacionais. O Brasil, em 2021, foi o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo e o setor de agrosserviços foi responsável por 27,6% de todo o PIB brasileiro - soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano¹⁴ - (ABIA, 2022; CEPEA, 2022). Assim, é relevante destacar que a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) - a maior representante das indústrias de alimento no Brasil - foi a responsável, no mesmo período, por 10,6% do PIB.

Essa associação reúne mais de 37 mil empresas de pequeno, médio e grande porte, produtoras de alimentos, bebidas, tecnologias e ingredientes. Algumas delas são associadas e, por isso, participam ativamente da construção da agenda do setor, levando suas demandas para serem representadas pela ABIA nos debates junto às organizações do governo e da sociedade civil¹⁵.

Pois bem, as empresas associadas que, como dito, são as mesmas que constroem a agenda do setor têm suas demandas defendidas pela associação, representam apenas 0,3% das empresas reunidas, ou seja, apenas 111 das 37 mil empresas são associadas e elas sozinhas representam 80% do setor em valor de produção (ABIA, 2022; 2021). Um monopólio que demonstra o controle da agropecuária brasileira pelos países estrangeiros.

¹⁴ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

¹⁵ <https://www.abia.org.br/associe-se>.

4 O SURGIMENTO DA AGRICULTURA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

Como abordado, as multinacionais buscavam desfrutar de mão de obra barata e dos recursos naturais existentes nos países periféricos, o que determinou a divisão internacional do trabalho. Inclusive, contam com a cooperação deles através de isenções fiscais e doações (MARINI, 2017). As mudanças sociais ocorridas no Brasil são advindas de um processo histórico-social que, por sua vez, influenciou a industrialização brasileira. De forma que ela não pode ser caracterizada em si mesma, mas de maneira vinculada ao desenvolvimento da sociedade. “As potencialidades da industrialização são selecionadas, incentivadas ou destruídas através de influências devidas à estrutura e à dinâmica do sistema social” (FERNANDES, 2008, p. 74). O processo brasileiro de industrialização teve início com a independência política do Brasil, a supressão do tráfico africano, a imigração de trabalhadores europeus e a abolição do trabalho escravo, fatores que possibilitaram a criação de um mercado interno (PRADO JÚNIOR, 2014). Aliás, também o interesse das empresas estrangeiras contribuiu para esse processo (MARINI, 2017).

Nesse cenário, foi sendo construída uma forma hegemônica de produção, que envolve, cada vez mais, a mecanização dos processos e a produção em larga escala. Assim, é importante realizar um resgate da agricultura, ainda em seus primórdios, para investigar os processos que culminaram na supremacia de uma forma específica de produção, além identificar a pluralidade, ainda existente, contida na teoria dos sistemas agroalimentares.

Aliás, a organização fundiária brasileira também pode ser indicada como fruto desse processo histórico-social, em razão de ter sido estabelecida desde o período colonial. Toda a terra do Brasil pertencia a coroa portuguesa, que durante vários anos, através de institutos como as sesmarias, passou a institucionalizar a desigualdade da distribuição da terra, criando um imenso número de grandes propriedades. Ainda hoje, o Brasil vive em um cenário de completa desigualdade, entretanto, mesmo com percentual de posse da terra agrícola expressivamente inferior ao das grandes empresas e indústrias do setor de alimentos a agricultura familiar tem enfrentado vários desafios para continuar a produzir.

Os agricultores familiares representam segurança alimentar, geração de renda e manutenção da conexão da produção e do consumo, através de sistemas curtos de alimentação (FAO, 2022; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; VAN DER PLOEG, 2008) e tem participação significativa na diversidade da dieta dos brasileiros (FAO, 2022; IBGE, 2017). Dessa forma, a representatividade desses agricultores é evidente, contudo, ainda que desempenhem um papel

fundamental, muitas vezes, vivem em situação de pobreza e de insegurança alimentar (FAO, 2022). Essa situação é abordada por Aquino e Schneider (2015, p. 53):

A agricultura familiar constitui uma forma de produção e trabalho que foi historicamente marginalizada no Brasil. Tal situação é fruto tanto da herança colonial do país, como do processo de “modernização desigual” da agricultura nacional, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 1960. Esse processo social resultou na configuração de uma estrutura agrária marcada por significativas desigualdades socioespaciais. Na verdade, os principais beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural, nesta fase, foram os grandes e médios produtores ligados ao setor exportador, localizados fundamentalmente nas regiões sul e sudeste.

Nesse viés, este capítulo aborda o surgimento e as modificações da agricultura, o processo histórico da organização fundiária, a questão agrária, o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil, sendo que a última é abordada também em um cenário latino.

4.1 GÊNESE DA AGRICULTURA MODERNA

Há diversas espécies no planeta e o homem “moderno”, intitulado *homo sapiens sapiens*, é uma espécie recente. Surgiu apenas há 50.000 ou 200.000 anos, frente a uma evolução de 3,5 milhões de anos. Essa espécie se multiplicou pelos continentes e em busca de sua sobrevivência, há aproximadamente dez mil anos, descobriu a prática de cultivo e criação, modificando os ecossistemas do planeta. O homem, em uma época intitulada como período neolítico, marcado pelo polimento da pedra, que permitiu a criação e utilização de instrumentos como machados e enxadas, começou a cultivar plantas e manter animais em cativeiro. Isso caracterizou, através do trabalho humano, a modificação dos ecossistemas originais, naturais, para ecossistemas cultivados, artificializados. Assim, o homem não nasceu agricultor, ele criou instrumentos de trabalho e domesticou espécies, as organizando e desenvolvendo formas de cultivo que variam de acordo com suas necessidades e ferramentas disponíveis (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com o desenvolvimento da agricultura e das diversas etapas da Revolução Industrial nos séculos XVIII, XIX e XX, houve um crescimento exponencial da população humana (ARTAXO, 2014). Nas diversas partes do mundo, a agricultura é praticada de forma versátil, levando-se em consideração a época, a necessidade, o clima e a localização geográfica. Desse modo, sabendo que a agricultura pode ser influenciada por circunstâncias históricas e geográficas e que o planeta possui diversos ecossistemas, é possível identificá-la como algo de grande complexidade e quem se ocupa em explorá-la é a teoria dos sistemas agrários. Essa área

do conhecimento divide a agricultura em dois subsistemas, quais sejam, o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo. O primeiro seria composto por vários subsistemas, como terras cultiváveis, campos de ceifa, pastagens, florestas, contribuindo, cada um, para a satisfação dos animais e dos homens. Já o segundo, também chamado de sistema técnico, econômico e social é composto por homens e mulheres, detentores da força de trabalho e do conhecimento, que aliados aos instrumentos de produção e da própria matéria viva, constituída de plantas cultivadas e animais domésticos, dá origem à produção agrícola para a satisfação de necessidades diretas, para autoconsumo, ou indireta, para realização de trocas ou comercialização (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com efeito, partindo-se do pressuposto de que há diferentes formas de se fazer agricultura, no tempo e no espaço, é possível conceber a existência de vários sistemas agroalimentares, já que o termo revela a existência de uma cadeia produtiva que consiste na soma de operações de disponibilização de insumos de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, transformação, distribuição, consumo e descarte dos alimentos (CRIBB, 2004; ELIAS, BELIK, ODERICH, 2019; MAZOYER; ROUDART, 2010; PREISS; SCHNEIDER, 2020; SOUZA; FORNAZIER; DELGROSSI, 2020).

Desse modo, o sistema agroalimentar contempla o processo produtivo e não uma forma específica de se produzir e envolve variações geradas por fatores físicos, econômicos e sociais, tais como diferenças com relação ao solo, clima, duração do dia em diferentes regiões, preços praticados, infraestrutura, sistemas legais, custos de transação, sendo que, algumas dessas características são identificadas desde o período neolítico (EVENSON; WESTPHAL, 1995; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Enfim, em uma mesma época, podem existir formas e processos diferentes de se produzir alimentos – o que corrobora com as teses dos vários críticos da teoria do *agribusiness*, que prega que as pequenas propriedades se tornaram inviáveis, sendo necessária maiores unidades agrícolas produtivas (DAVIS, 1956 *apud* POMPEIA, 2021)¹⁶ - e esses sistemas coexistem, contudo, pode ocorrer a predominância de algum que passa a ser chamado de sistema agroalimentar dominante ou hegemônico (ELIAS; BELIK; ODERICH, 2019).

Com o fortalecimento do sistema capitalista, a economia com foco na alta produção se coloca como base e centro, retirando o controle da sociedade e do Estado, transformando tudo em mercadoria, até mesmo os elementos mais básicos e essenciais à vida, como água e

¹⁶ Davis, J. From Agriculture to Agribusiness. *Harvard Business Review*, n. 34, p. 107-115, jan. 1956.

alimentos (POLANYI, 2000). Isso foi transformado em “uma questão política e econômica que nem sempre é ética e equitativa” (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 58).

Assim, nasceu a chamada agricultura moderna, que teve sua ascensão em países desenvolvidos, intensivos em capital e relativamente escassos em mão de obra (MAZOYER; ROUDART, 2010). Essa maneira de se fazer agricultura parece estar estruturada de forma a abarcar toda a sociedade, contudo, em países em desenvolvimento a grande maioria dos produtores não tem poder aquisitivo para a compra de maquinário pesado e grandes quantidades de insumo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Na segunda metade do século XX, esse sistema agroalimentar passou a ser internacionalizado, voltado à exportação e, por consequência, cada vez mais, a uma produção em maior escala. Nesse período, mais especificamente a partir da década de 1960, ocorreu a chamada segunda revolução agrícola - ou Revolução Verde, como denominada por William Gaud (POMPEIA, 2021) - que trouxe profundas mudanças ecológicas, sociais, culturais e políticas (GONÇALVES, 2004) e apoiada às inovações da segunda revolução industrial, ampliou os meios de produção agrícola, passando a contar com a motorização, a grande mecanização e a quimificação, o que permitiu a utilização de motores a explosão ou elétricos, tratores, equipamentos e implementos agrícolas mais complexos, além da utilização de adubos minerais e produtos de tratamento de lavoura. Para a otimização da produção, ainda havia a seleção de plantas e animais que seriam adaptados a esses novos meios de produção industrial (MAZOYER; ROUDART, 2010). As modificações operadas pelo capital tinham o objetivo de aumentar a produção e, para isso, a necessidade de utilização dos produtos da sua indústria, industrializando a agricultura (SILVA, 1998). Desse modo, o componente técnico-científico passou a se tornar parte de destaque no processo produtivo e quanto mais isso ocorre maior é o poder das indústrias de alta tecnologia, que passam a dominar os processos e próprio mercado (GONÇALVES, 2004) - é possível identificar essa dominação quando se avalia o setor de alimentos e a forte presença das multinacionais na ABIA.

Os pequenos estabelecimentos agrícolas não possuíam renda compatível para se “renovar”, investindo em maquinário e presenciavam a mecanização dos grandes estabelecimentos agrícolas, o que fez com que o valor dos produtos rurais baixasse significativamente e, com isso, também a renda dos estabelecimentos não mecanizados. Desse modo, os pequenos produtores também não possuíam capacidade de remunerar a força de trabalho pelos mesmos valores oferecidos pelo mercado. A segunda revolução industrial, que subsidiou a Revolução Verde, criava, concomitantemente, vários postos de trabalho nos setores da indústria e de serviços, com remunerações relativamente mais elevadas que aquelas

custeadas pelos camponeses. Assim, o pequeno agricultor que viu sua renda baixar substancialmente não tinha possibilidade financeira para equiparar os salários pagos pelo capital, pois até mesmo a sua subsistência no campo estava prejudicada (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com efeito, em busca de renda, algumas famílias se dividiam entre o trabalho no campo e a busca por empregos temporários e permanentes no mercado capitalista, porém a perda da mão de obra familiar enfraquecia a capacidade de produção e os forçava ao êxodo para as periferias da cidade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Além de causar a marginalização dos pequenos produtores, a agricultura moderna possui um sério problema, qual seja, que os recursos são finitos e essa forma mecanizada de produção, voltada à exportação, não possui características sustentáveis (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; LUTZENBERGER, 2001; MAZOYER; ROUDART, 2010). Para acompanhar a velocidade e a quantidade da produção, justificada em uma suposta segurança alimentar do planeta, a monocultura tem se mostrado hegemônica.

4.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Analisar a questão agrária, de uma maneira geral, é interpretá-la sob várias perspectivas ou paradigmas. Diversas áreas do conhecimento se ocupam de seu estudo, imprimindo enfoques da economia política, histórico, de classes sociais, desenvolvimento de forças produtivas, lutas e movimentos sociais (FERNANDES, 2004; STEDILE, 2011). Neste trabalho, esse tema é trazido com enfoque histórico e político para explorar as relações sociais e de produção em um Brasil que vive uma polarização – entre pequenos e grandes proprietários de terra/grandes corporações da indústria alimentícia - que acontece desde seu “descobrimento” e que encontrou uma reafirmação nos processos da chamada Revolução Verde, nas empreitadas imperialistas - principalmente dos Estados Unidos - e na relação de dependência econômica dos países latinos, em especial o Brasil, que se demonstra inserido em uma estrutura bem definida de divisão internacional do trabalho (MARINI, 2017).

A questão agrária é o “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2011, p. 15-16). Por um recurso analítico, há a conceituação da questão agrária e agrícola, que na prática se misturam:

A primeira trata de “aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; Qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a progressividade das pessoas ocupadas no campo etc. (SILVA, 1998, p. 5).

Historicamente, a organização fundiária brasileira é definida pelo fato de que a concentração de terras no país constitui-se herança de um passado colonial (PRADO JÚNIOR, 2014, 2008; STEDILE, 2011).

Assim, os portugueses “descobriram” o Brasil e, com seu poderio militar e econômico, dominaram os povos nativos, impondo seu modo de produção, suas leis e sua cultura (STEDILE, 2011). O intuito era a extração de toda riqueza para envio à metrópole e, diante do clima propício para a produção de produtos como algodão, pimenta, açúcar, tabaco, dentre outros – escassos em uma Europa de tempo frio - passaram a produzir em larga escala (PRADO JÚNIOR, 2008). Essa forma de produzir, voltada a exploração agrícola e mineral, destinada à satisfação do interesse capitalista português ficou identificada por historiadores como modelo agroexportador e, em meados do século XIX – período marcado pela escravidão - o Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido no território (STEDILE, 2011).

Prado Júnior (2014) realiza uma crítica quanto a análise da realidade agrária e econômica do Brasil. Para o autor há uma errônea inversão:

Inverte-se o processo metodológico adequado, e em vez de partir da análise dos fatos a fim de derivar daí os conceitos com que se estruturará a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo da teoria e dos conceitos, que se buscam em textos consagrados e clássicos, para em seguida procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teoria (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 77).

Quando o autor realiza esse questionamento refere-se à assimilação da economia agrária brasileira e o modelo dos países europeus, o que não poderia ocorrer pelo fato de suas raízes serem completamente distintas:

Transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário. Essa economia camponesa dos países europeus se encontrou até os tempos modernos oprimida, explorada e sufocada pela grande propriedade fundiária de origem feudal (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 78).

Como se vê a Europa parte de pequenas propriedades que abrem caminho para uma economia mercantil, de produção voltada para o mercado. Diferente do Brasil, tanto na formação histórica da economia quanto em sua situação atual, que ocorre em consequência. A economia agrária brasileira foi estruturada na exploração voltada para o mercado e não na produção familiar ou individual. Aqui, a mão de obra era escrava e mesmo com a abolição da escravatura, que apenas substituiu o trabalho escravo pelo livre – como se verá adiante – a natureza estrutural da exploração permaneceu a mesma, tanto com relação ao trabalho como à produção.

Assim, a perspectiva abordada a partir do período colonial, é relevante pelo fato de demonstrar a origem da organização fundiária brasileira. Nesse período, a propriedade da terra era um monopólio da coroa portuguesa que, com interesse de fixar um modelo agroexportador, passou a fazer concessões de uso da terra. Desse modo, portugueses que demonstrassem interesse em vir para o Brasil, poderiam - através de recursos próprios – receber uma extensão de terra para cultivar, defender e, claro, produzir para exportação (PRADO JÚNIOR, 2008; STEDILE, 2011). Essa concessão não dava a propriedade da terra, mas permitia o direito de usufruir dela. As extensões territoriais “doadas” representavam grandes lotes de terra, denominados como sesmarias (SILVA, 1998).

Com uma legislação incongruente e dificuldades administrativas, houve o surgimento de extensas propriedades territoriais e alta concentração fundiária no Brasil (NOZOE *et al.*, 2006; WESTIN, 2020). Em 1850, devido as pressões inglesas para a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, foi criada a Lei de Terras, que transformou e regulamentou o uso da terra em propriedade privada. Dessa forma, mediante pagamento, qualquer um poderia adquirir a propriedade de uma extensão territorial – assim como aqueles que tinham concessão de uso poderiam transformá-la em propriedade. A lei foi importante para impedir que uma futura abolição da escravatura permitisse que os ex-escravos tivessem acesso à propriedade de terras, forçando-os a ingressar em um mercado de trabalho precarizado (STEDILE, 2011; WESTIN, 2020).

Assim, com a precificação da terra e a impossibilidade de pagamento por parte dos trabalhadores negros – recém-libertos -, esses foram forçados a ir de encontro aos postos de trabalho, que se localizavam em regiões litorâneas – para maior facilidade de escoamento de produção. Devido às concessões de uso, convertidas em propriedade privada, essas regiões já eram ocupadas por capitalistas, o que forçou esses trabalhadores a se alocarem em regiões não valorizadas, como morros e manguezais - o que segundo Stedile (2011, p. 24), seria o início das favelas brasileiras.

Outra questão que determinou a divisão de terras brasileiras é a chegada dos imigrantes vindos da Europa, em especial da Itália, Alemanha e Espanha. Os camponeses pobres desses lugares, excluídos do avanço do capital, vinham para o Brasil em razão da promessa de que encontrariam terras férteis e baratas, o que culminou na chegada de mais de 1,6 milhão de estrangeiros, que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste. Sendo que, a maioria deles e os escravos, sem recursos para aquisição terras, se transformaram em mão de obra barata para os latifúndios (STEDILE, 2011; WESTIN, 2020).

Nesse contexto, surge o campesinato¹⁷, uma mistura dos camponeses europeus que vieram para o Brasil e a população mestiça oriunda do período de colonização, uma miscigenação de brancos, negros e índios (PRADO JÚNIOR, 2014; STEDILE, 2011) “que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Wanderley (2014, p. 26) aponta que de forma geral:

O campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Em função da mercantilização das terras brasileiras, operada pela Lei de Terras de 1850, grande parte deles deixaram a região litorânea brasileira para ir ao interior do país, um local não valorizado, onde não tinham acesso à propriedade da terra, mas a cultivavam para subsistência (STEDILE, 2011). A referida lei regularizou juridicamente o surgimento da propriedade privada, mas também foi “o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2011, p. 23).

Politicamente, a questão agrária faz referência aos problemas causados por uma estrutura fundiária concentrada – composta por grandes diferenças de quantidade ou tamanho das propriedades (STEDILE, 2011; PRADO JÚNIOR, 2014). Isso é extremamente grave, vez

¹⁷ No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequente mente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985 (WANDERLEY, 2014, p. 30).

que “acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do país - da utilização da terra” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 291). Aliás, essa concentração fica evidenciada em estudos como o censo agropecuário do IBGE (2017) que aponta uma discrepância imensa entre a quantidade de estabelecimentos agrícolas e os detentores da área agrícola total do país. Como abordado por Prado Júnior (2014, p. 291)

por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais.

Essa conflitualidade é própria do capitalismo agrário, uma contradição estrutural que coloca em choque a concentração de riqueza e a expansão da pobreza e miséria no campo, uma desigualdade construída por fatores políticos e econômicos (FERNANDES, 2004). Como dito anteriormente, a questão agrária envolve inúmeras discussões, passando por várias perspectivas ou paradigmas. Alguns debates versam a respeito do conflito por terra e o desenvolvimento rural, questionando que a resistência camponesa não impede o desenvolvimento, mas sim contribui para ele (FERNANDES, 2004), outros - na mesma linha - sinalizam uma forte ligação do termo ao debate da reforma agrária (DELGADO, 2005) e, dentre outros, há as discussões sobre Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

O PQA, posicionamento de Fernandes (2004) e vertente adotada por esta pesquisa, defende que o campesinato não é parte do capitalismo sendo consequência do seu desenvolvimento conflituoso e que, por meio da ocupação da terra, essa classe social tem, historicamente, enfrentado a lógica do capital. Já o PCA, tem como um de seus representantes Abramovay (2007) e sustenta que os camponeses são parte integrante do capitalismo e que com sua expansão esse caráter local e tradicional tende a não sobreviver.

4.2.1 Agronegócio brasileiro

Nomenclaturas como agricultura moderna, complexos agroindustriais (CAI) e agronegócio são termos que passaram a coexistir e muitas vezes foram utilizados como sinônimos, mas apesar de possuírem certas semelhanças, são distintos. A chamada

“modernização” impressa no ambiente rural - a partir da inserção e modificação do processo produtivo com a utilização de máquinas e produtos químicos – e a presença da grande propriedade territorial está presente nas três categorias. A diferença reside na ênfase de cada uma delas: a primeira – que foi construída por várias décadas e se acentuou após a década de 60 – tem a Revolução Verde como uma marca de mudança no campo, a inserção da mecanização, do grande aumento da produção e do êxodo rural, mas sem um interesse direcionado e fixado na integração agricultura e indústria, o que veio a acontecer mais tarde e com maior predominância no agronegócio (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA, 1998).

A segunda – datada de 1970 - passa a ter uma nova dinâmica permeada por uma maior intervenção do Estado. O objetivo é o desenvolvimento dos complexos agroindustriais e seu papel é o de incentivo à modernização da agricultura, gerando a infraestrutura capaz de dar sustentação à expansão do conjunto do setor. Assim, a integração indústria e agricultura tem um novo circuito produtivo, que conta com a participação dos pequenos produtores, mas é liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SILVA 1998).

Os complexos agroindustriais constituem-se “na integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras” (SILVA, 1998, p. 31). As atividades desenvolvidas por eles são integradas ao capital, havendo a interligação da agricultura e do sistema financeiro. Os complexos se consolidaram basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), vez que necessitavam de financiamento para internalizar a produção de máquinas e insumos para agricultura - o que era necessidade técnica para a integração da agricultura e a indústria processadora. Os capitais industriais, bancários, agrários, dentre outros se integraram e grandes empresas se transformaram em conglomerados empresariais, oriundos de fusões, cartéis, holdings, dando origem a grandes grupos econômicos.

O Agronegócio, terceira categoria elencada, tem vocação para exportação em grau superior às duas primeiras (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Esse termo se popularizou a partir de 1990, em uma adesão política, para referenciar a integração do mundo dos negócios à agricultura e pecuária, uma tradução literal do termo estadunidense: *agribusiness*. Representa atividades agropecuárias em grande escala e grandes extensões de terra, sendo identificado como sinônimo de eficiência, ganhos de produção e produtividade (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SAUER, 2008). A difusão e materialização do termo – e com ele seus possíveis benefícios – ocorreu por iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários que, inclusive,

advém da própria modernização/mecanização da agropecuária brasileira. Uma grande propulsora da ideia do agronegócio, no Brasil, foi a Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag) formada por grandes empresas multinacionais e cooperativas agropecuárias de grande porte (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; POMPÉIA, 2021; SAUER, 2008).

Assim, o agro simbolizava as atividades agropecuárias que utilizavam técnicas de produção intensiva e larga escala - possíveis em razão da quimificação e da mecanização dos processos - o que resultava no aumento da produção e da produtividade. Se distanciava da noção de latifúndio e da pequena propriedade, uma vez que a primeira consiste em grandes extensões de terras improdutivas - utilizadas como reservas de valor - e a segunda a atividades de menor escala e com menos capital investido, óticas distintas da inserção importada do *agribusiness* (SAUER, 2008).

A inserção tecnológica no campo e o desenvolvimento do agronegócio aconteceu não apenas em razão da lógica de mercado, através de processos econômicos e financeiros de sucesso, mas também pelo fundamental apoio estatal, dado através de incentivos fiscais, subsídios, políticas públicas em geral (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; MAZOYER; ROUDART, 2010; POMPÉIA, 2021; SAUER, 2008) e de imposições ideológicas impostas à maioria da população rural. Sauer (2008) analisou essa introjeção a partir da obra de Marcuse (1999) e identificou que ela acontece não somente pela utilização de maquinários e processos “mais modernos”, mas em razão da maior produtividade. A Revolução Verde - que possibilitou a afirmação e perpetuação do agronegócio - passou a significar também a imposição de um novo modo social de produção, uma nova realidade em que a maneira de se produzir passa a ser ditada por uma forma hegemônica e altamente industrializada, que determina uma nova cultura e que, apesar de representar um locus à disposição do pequeno produtor o segrega pelo fato de que a modernização implica em custos geralmente distantes de seus horizontes (MAZOYER; ROUDART, 2010; SAUER, 2008; SILVA, 1998). Nesse mesmo sentido, Silva (1998, p. 18) sustenta que a modernização é uma expressão que possui grande amplitude “referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente”.

No *agribusiness*, ou agronegócio, haveria a junção da agricultura e da indústria (POMPÉIA, 2021), mas essa versão radicalizou seu lado industrial, deixando o agrícola em segundo plano. Esse binômio, que na verdade tem prevalência no mundo dos negócios, não tem como referência uma unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que o controla (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Segundo Van Der Ploeg (2008, p. 20) trata-se de um modelo fortemente centralizado “constituído por grandes empresas de processamento

e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial”. O autor intitula essas grandes corporações como “impérios” e aponta que elas são responsáveis por criar e manter uma desconexão entre a produção e o consumo de alimentos, além de afastar a produção agrícola dos ecossistemas locais e das sociedades regionais. Triches e Schineider (2015) também chamam atenção para as consequências impostas por essa maneira hegemônica de produção e salientam que há a necessidade de privilegiar cadeias curtas de abastecimento alimentar – como a atividade da agricultura familiar, que se verá adiante – já que essa desconexão representa fato social relevante para a sociologia, podendo influenciar até mesmo a dieta alimentar das pessoas. Os autores, ainda, questionam a durabilidade dos alimentos produzidos, já que uma produção em larga escala exige também uma distribuição equivalente, o que é alcançado através da utilização de aditivos químicos que podem influenciar na qualidade dos alimentos.

Aliás, vale destacar que a agricultura moderna realiza a seleção de sementes e plantas. Diante da mecanização dos processos, seria necessário que elas sejam capazes de absorver e rentabilizar as quantidades acrescidas de minerais, oriundas dos fertilizantes – em grande maioria químicos. Assim, em razão da adaptação ao uso de meios mecânicos de colheita, acontece a seleção de grãos homogêneos quanto à data de maturação e facilidade para debulhar no campo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Essa seleção de grãos não é vantajosa, pois não impede o acontecimento de pragas (PRIMAVESI, 2016), “o que é menos abundante nas policulturas do que nas monoculturas” (CAMPANHOLA; BETTIOL, 2003, p. 83). Inclusive, essa seleção, aliada à criação dos transgênicos, pode comprometer a biodiversidade, causando a perda de um gene ou um grupo de genes de uma espécie ou população, que pode perder a sua essência a médio e longo prazo, culminando no processo denominado como erosão genética. O mercado pode selecionar de tal maneira que uma espécie pode simplesmente desaparecer. O surgimento dos transgênicos pode ocasionar na substituição das variedades genéticas tradicionais por outras geneticamente modificadas (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Apesar do termo *agribusiness* ter sido utilizado, no Brasil, como exata reprodução da versão estadunidense – que integrava a agricultura ao mundo dos negócios e operava mudanças na base técnica rural - a mídia e, inclusive, autoridades políticas deslocaram o sentido original da palavra criando uma dupla utilidade, em que a segunda consistia na identificação ou nomeação das corporações da indústria alimentícia (POMPEIA, 2021). Isso, provavelmente, em razão do cenário construído ao longo de anos. As empreitadas imperialistas, especialmente dos Estados Unidos, apoiadas em uma suposta guerra contra a fome, contribuíram para que

várias multinacionais se deslocassem para o Brasil e, como identificado no item 2.2 deste trabalho, são elas que controlam o setor, constituindo maioria na Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), participando da formulação da agenda do setor e tendo suas demandas defendidas junto às organizações do governo e da sociedade civil.

As multinacionais de alimentos se utilizaram de uma estratégia comum e efetiva para conquistar o mercado brasileiro: adquiriram várias companhias nacionais e empresas públicas, o que fez com que os custos de implementação fossem reduzidos e, concomitantemente, eliminava parte da concorrência (AFIUNE, 2020; SCHMITT, 2011). Aliás, o cenário que até 1980 era composto de multinacionais, mas com predominância de pequenas e grandes empresas nacionais foi, a partir de 1990 – período em que o termo agronegócio já estava popularizado e o país buscava se recuperar da crise econômica dos anos 80, adotando políticas de abertura da economia e maior integração na globalização –, sendo modificado para dar espaço ao capital estrangeiro e as grandes corporações. Houve um imenso número de fusões e aquisições no setor alimentício, como a compra pela suíça Nestlé das brasileiras Tostines (1993) e da Garoto (2002) (AFIUNE, 2020). Em 2017, o mercado internacional de sementes era controlado, em percentual de 55%, por apenas três empresas (Monsanto – comprada pela Bayer -, DuPont e Syngenta). Outra situação é a de agrotóxicos, utilizados pelos agricultores industriais. O segmento era controlado, em 51% das vendas globais, por três empresas (Syngenta, BASF e Bayer) (ETC GROUP, 2017).

Essas fusões e aquisições – ocorridas em um período em que os países latinos, em especial o Brasil, adotaram políticas de desregulamentação de mercados, privatizações e reformas-, voltadas a uma maior produção, tem como vantagens a possibilidade de produzir em escala e reduzir custos, através de maior poder de negociação para com os locais onde os produtos serão vendidos, como supermercados, farmácias, dentre outros (AFIUNE, 2020). Tudo isso corroborou para a formação de modos de organização distintos que implicam em antagonismos econômicos, sociais, culturais e espaciais e, apesar de não poderem ser interpretadas apenas como “global versus local, convencional versus alternativo, mercado de massa versus mercado de nicho, liberalização versus regulamentação” (SCHMITT, 2011, p. 5), neste primeiro momento essa é dicotomia destacada.

Assim, com a prevalência desse modelo hegemônico, verifica-se também grandes desigualdades – da renda do trabalho e da divisão fundiária - entre estabelecimentos, regiões e dentro da própria região (FERNANDES, 2004; MAZOYER; ROUDART, 2010; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; VEIGA, 2000). Nesse contexto, Mazoyer e Roudart (2010, p. 423) sinalizam que são consequências desse processo de expansão: a eliminação de vários

estabelecimentos rurais; as enormes desigualdades nas densidades de população agrícola e rural; o abandono de regiões inteiras, pela concentração excessiva de atividades em algumas regiões, desequilíbrio entre oferta e demanda de produtos e grandes flutuações no preço dos produtos agrícolas.

Outra vertente a ser explorada que pode ser indicativa de desigualdade no campo é a política de crédito estatal (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). O Plano Safra 2022/2023¹⁸ disponibilizou R\$ 340,88 bilhões de reais para o setor agropecuário, sendo que, desse valor R\$ 246,28 bilhões são para custeio e comercialização e 94,6 bilhões para investimentos. O montante previsto para pequenos produtores rurais é R\$ 53,61 bilhões através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e para médios produtores R\$ 43,75 bilhões, através do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) – em ambas as situações há divisão de valores destinados a investimentos e custeio e comercialização. Logo, o total disponibilizado aos pequenos e médios produtores é de R\$ 97,36 bilhões. Em contrapartida, ficou disponibilizado “aos demais produtores”, que por exclusão representam as grandes empresas e cooperativas, o montante total de R\$ 243,40 bilhões de reais (BRASIL, 2022c).

Esse cenário deixa evidente a influência das grandes empresas, bem como o direcionamento dado pelo Estado à agropecuária brasileira, já que os recursos destinados aos pequenos e médios produtores não chega a 30% do valor total previsto na política pública. Segundo Barbosa Júnior e Coca (2015, p. 20) para se compreender como as diferentes classes sociais e grupos de interesse impulsionam a ação do Estado, um importante indicador é a maneira como alocam os recursos públicos.

4.2.2 Agricultura Familiar

Como explorado no capítulo dois, o sistema agroalimentar constitui-se de uma cadeia produtiva, uma soma de processos que se inicia nos procedimentos de cultivo até o consumo e descarte dos alimentos. Dessa forma, havendo a pluralidade de ecossistemas, culturas, clima e até mesmo de desigualdade de recursos, é possível identificar formas distintas de se produzir. Assim, também são plurais as interligações entre campo e sociedade.

Segundo Van Der Ploeg (2008) essas interações acontecem através de dois modelos que ligam a produção e o consumo de alimentos, através de relações sociais distintas: os circuitos

¹⁸ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/>.

curtos e descentralizados, voltados ao atendimento das demandas de uma sociedade regional e que traz proximidade entre a produção e consumo e os circuitos longos ou fortemente centralizados, que são compostos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, com foco na produção voltada para uma escala mundial.

Grande parte da agricultura familiar (AF) constitui forma de interligação com a sociedade, através de sistemas curtos de alimentação. Ela é apontada como forma de revitalizar uma comunidade ou região por meio do desenvolvimento de uma economia alimentar local (FEENSTRA, 1997) e, ainda, como alternativa para a geração de trabalho e renda. Seu significado abrange várias vertentes, mas conforme classificado por Altafin (2007), duas são de destaque: a que a considera uma nova categoria forjada pelas transformações do mundo capitalista e outra que defende que o conceito é uma constante construção, mas baseado em suas raízes históricas.

A agricultura familiar se reproduz na sociedade moderna adaptando-se ao contexto socioeconômico e, para isso, realiza modificações significativas em sua forma de produzir e na vida social tradicional, contudo, sem estabelecer uma ruptura completa com suas tradições (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 1996). Possui uma forma particular de organização do trabalho e de produção e tem sua reprodução social condicionada a fatores internos - relacionados à gestão de seus recursos, como terra, capital e tecnologia - e externos - como o contexto social e econômico, como demanda, inovações tecnológicas (SCHNEIDER, 2016).

A agricultura familiar é identificada pelo fato de que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção também assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É uma categoria social que possui conceito genérico (WANDERLEY, 1996), abrangendo mais de uma vertente, esta pesquisa adota o sentido trazido por Altafin (2007) e Wanderley (1996), além de se aproximar de Fernandes (2004), quando discutindo o paradigma da questão agrária aborda o campesinato como consequência do desenvolvimento conflituoso do capitalismo.

Por volta de 1990 o termo agricultura familiar se consolidou no Brasil. Fatores como movimentos sociais representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag) e a criação do PRONAF foram determinantes para isso. O sindicalismo exercia pressão política e social para defender os interesses da categoria-síntese denominada agricultura familiar, que buscava enfrentar os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda de preços dos produtos, implicações da popularização e ascensão do agronegócio. Assim, diante de tais pressões, o governo federal criou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se tornou uma forma de afirmação para a categoria social,

que passou a ter apoio institucional e acesso ao crédito para manutenção da atividade (SCHNEIDER, 2003).

Disposições do PRONAF (1996) e a Lei da Agricultura Familiar (11.326/06) reconheceram a AF como uma categoria social destinatária de políticas públicas. A Lei definiu o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, os seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior a quatro módulos fiscais¹⁹, ressalvada as hipóteses de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse quatro módulos fiscais; utilize mão de obra predominantemente familiar; tenha 50%, no mínimo, da renda familiar originada de atividades econômicas da exploração agropecuária e não agropecuária do seu estabelecimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também estendeu essa classificação, com requisitos específicos, para silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas rurais e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

O PRONAF ainda estabelece, para elegibilidade para a obtenção de crédito, que o agricultor explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas; que resida no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; que, em caso de mão de obra de terceiros, o número de empregados permanentes seja menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas no empreendimento familiar (BRASIL, 2022b)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma política pública histórica e essencial para a manutenção e desenvolvimento dos pequenos produtores, permitindo a realização de investimentos, geração de renda e melhores condições de vida na área rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Como já abordado, o Plano Safra 2022/2023 prevê a disponibilização de R\$ 340,88 bilhões de reais para o crédito rural e deste total a quantia direcionada ao PRONAF é de R\$ 53,61 bilhões, percentual inferior a 16% do total disponibilizado. É certo que o programa exerce fundamental apoio ao desenvolvimento da AF, disponibilizando recursos financeiros essenciais e que o total reservado aos pequenos produtores é, inclusive, maior que para os médios – proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que tenham, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade

¹⁹ O módulo fiscal em Alfenas é de 26 hectares. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.esteleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em: 04 jul. 2023.

agropecuária ou extrativa vegetal e possuam renda bruta anual de até R\$ 2,4 milhões²⁰ -, mas se comparado ao valor total previsto no Plano Safra 2022/2023 estamos falando de percentual evidentemente pequeno frente aos mais de 70% disponibilizados aos grandes produtores e as indústrias.

Nesse contexto, cumpre destacar o papel estratégico que a agricultura familiar desempenha. Além de contribuir com a reconexão da produção e do consumo e para geração de trabalho e renda (FAO, 2022; FEENSTRA, 1997; TRICHES; SCHINEIDER, 2015; VAN DER PLOEG, 2008), “constitui-se uma multifuncionalidade, um conjunto integrado de funções espaciais, ambientais, sociais, político-institucionais e culturais essenciais para o funcionamento e o desenvolvimento da sociedade” (FAO, 2022, p. 13). Esse caráter multifuncional, ressaltado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) ocorre em razão do espaço rural ser amplamente relacionado às populações e dinâmicas urbanas, vez que representa uma forma territorial de vida social que apresenta concomitantemente as características de um espaço de vida e produção e as que surgem das relações com o meio ambiente e o entorno imediato (FAO, 2022).

Nesse viés, é reconhecida como maneira de superação da pobreza, como forma de desenvolvimento rural e como peça fundamental para a garantia da segurança alimentar. É determinante para a defesa de aspectos sociais e demográficos, permitindo a permanência das famílias no meio rural e, principalmente, apresenta melhores indicadores econômicos e sociais – a partir de políticas públicas (FAO, 2022; SCHINEIDER, 2016). “As comunidades rurais em que se verifica a presença da agricultura familiar possuem vida social ativa, que, muitas vezes, reflete-se em dinâmicas locais virtuosas” (SCHINEIDER, 2016, p. 17).

Estudos da FAO que versam a respeito da agricultura familiar na América Latina e Caribe (ALC) apontam que essa categoria social tem importância indiscutível, já que “representa cerca de 81% de explorações agrícolas na ALC; fornece, em nível de país, entre 27% e 67% da produção total de alimentos; ocupa entre 12% e 67% das terras agrícolas; e gera entre 57% e 77% dos empregos agrícolas na região” (FAO, 2012, p. 18), sendo que, em 14 dos 17 países que a compõe é responsável por mais 50% do emprego no setor agrícola. Contudo, apesar da significância multifuncional dessa categoria social, esses agricultores, muitas vezes são pobres e vivem em situação de insegurança alimentar (FAO, 2022).

Nesse contexto, a FAO identificou duas questões peculiares, quais sejam, que os agricultores familiares da ALC detêm apenas 23% das terras agrícolas e, através do estudo de

²⁰ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronamp-investimento>.

Salcedo *et al.* (2014), que em todos os países da região os chefes de fazendas possuíam cerca de 50 anos de idade, o que indica uma baixa rotatividade geracional e uma tendência do envelhecimento da população rural (FAO, 2022).

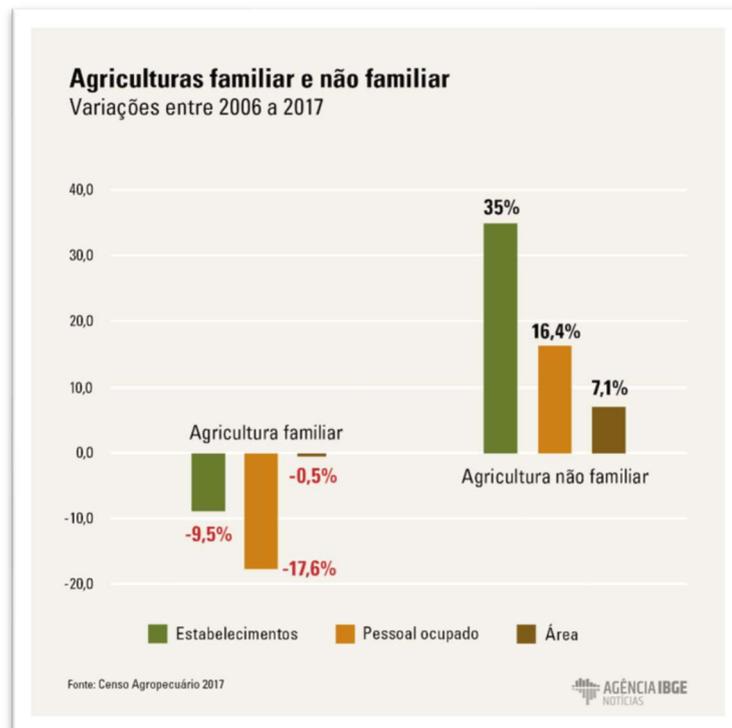
Essas perspectivas envoltas do contexto delineado neste trabalho, que passa pela condição brasileira de ex-colônia, a expansão capitalista, principalmente dos países de capital central para os periféricos; da inserção tecnológica no campo; o surgimento e fortalecimento do *agribusiness*, são necessárias para entender o deslinde da agricultura familiar no Brasil e em seus municípios – para esta pesquisa, especificamente, o município de Alfenas, Minas Gerais.

O censo agropecuário brasileiro é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sua última edição é de 2017. A publicação é a principal e mais completa investigação estatística sobre a estrutura e produção agropecuária no Brasil. Dentre outras coisas, demonstra que a extensão territorial brasileira em hectares é de 851.487.659 e que a área ocupada por estabelecimentos agropecuários é de 351.289.816 (ha), ou seja, quase 42% da terra brasileira. Do total, o estado de Minas Gerais ocupa 58.652.829 (ha) e tem cerca de 65% ocupado por estabelecimentos agropecuários, somando 38.168.688 ha. (IBGE, 2017).

O estudo demonstrou que, em 2017, a agricultura familiar representava 77% dos estabelecimentos levantados pelo censo, com cerca de 3,9 milhões e foi responsável por 23% do valor total da produção agropecuária brasileira. Contudo, quando realizado o comparativo com os dados encontrados no censo anterior, realizado em 2006²¹, verifica-se que os números de estabelecimentos representativos da agricultura familiar encolheram 9,5% e que o segmento perdeu 2,2 milhões de trabalhadores, enquanto os estabelecimentos não familiares registraram aumento de mão de obra, gerando 702 mil postos de trabalho; conforme se verifica do gráfico abaixo:

²¹ Para que a comparação entre os censos pudesse ser realizada foram feitas adequações, visto que a comparação direta não seria possível em razão da Lei 11.326/06 ter atualizado informações ao que tange a AF.

Figura 1 - Representativo dos estabelecimentos rurais familiares e não familiares com pessoal ocupado e área de uso da terra



Fonte: IBGE (2017).

Essa redução dos estabelecimentos caracterizados como familiares está associada a dois fatores ressaltados por representantes do censo 2017 – gerente técnico do censo agropecuário e seu substituto. Inicialmente, após dez anos da Lei 11.326/06, verificou-se que a configuração do trabalho familiar foi modificada, visto que o produtor está buscando trabalho fora, diminuindo a mão de obra da família e, conseqüentemente, a média de pessoas ocupadas, provocando o desenquadramento em relação aos critérios caracterizadores estabelecidos no dispositivo legal. Em segundo lugar, observou-se o envelhecimento dos chefes das famílias, pois muitos dos filhos não continuam a atividade rural, deixando de constituir mão de obra, que também fica prejudicada pelo fato de que aqueles que permanecem, em razão da idade, têm sua força de trabalho reduzida ou inviabilizada, o que também implica em redução do número de ocupados no estabelecimento familiar e, novamente, sua descaracterização (IBGE, 2019).

Como já abordado, a Lei 11.326/06 estabelece os critérios de caracterização da agricultura familiar e dispõe a respeito do crédito destinado a ela. A situação observada pelos pesquisadores do IBGE evidencia sérios riscos à existência da agricultura familiar, de forma que a lei surgiu exatamente em razão das pressões da categoria para que pudesse se manter viva no mercado e, hoje, o próprio dispositivo legal oferece risco a essa existência, vez que esses

estabelecimentos podem ser desenquadrados, como já tem sido demonstrado – através do último censo - e podem não ter acesso ao crédito rural.

Justamente em razão de sua subsistência encontram-se em disputa com grandes empresas e como delineado por Mazoyer e Roudart (2010) a “modernização” no campo operou profundas modificações substituindo a mão de obra braçal por máquinas, estabelecendo concorrência tanto para remuneração da mão de obra, que passou a se movimentar em direção às cidades, quanto em relação ao preço dos produtos, que entraram em um processo de barateamento. Aliás, Marx (2015) demonstra que essa disputa, ocorrida pelo barateamento das mercadorias - processo que fica sujeito à produtividade do trabalho – tende a contribuir para a ruína dos capitalistas menores, menos produtivos – aqui não se busca tratar a discussão abordada nos Paradigmas da Questão Agrária e Capitalismo Agrário, mas simplesmente explorar a relação de subordinação dos pequenos produtores frente ao capital.

Nesse viés, diante da possibilidade de que jovens nascidos de famílias rurais deixem de vislumbrar futuro no campo, inclusive, porque parte da agricultura familiar já não consegue extrair da atividade renda suficiente para subsistência, há claro risco de desenquadramento da atividade como familiar, pois para tal é necessário que a mão de obra utilizada seja predominantemente familiar e que tenha 50%, no mínimo, da renda familiar originada de atividades econômicas da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento rural. Isso já foi verificado entre os censos de 2006 e 2017 e esse cenário pode ser ainda mais preocupante, já que o intervalo entre as pesquisas é grande. Dessa forma, não havendo enquadramento não há possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), prejudicando o potencial da categoria, que pode, cada vez mais, estar ameaçada. Aliás, o envelhecimento destacado pelos pesquisadores também foi identificado pela FAO (2022) em todos os países da América Latina²².

O censo identificou que no ano de 2017 dos 4,6 milhões de estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser enquadrados como de agricultura familiar, somente 3,9 atendiam a todos os critérios. A partir da interpretação dos dados listados acima, é possível deduzir que parte ou a totalidade dessas famílias tenham se desenquadrado em razão desses fatores. Uma mudança legislativa seria uma alternativa para trazer de volta 700.000 estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser enquadrados como de agricultura familiar. Contudo, pode não ser a solução, vez que socorreria essas famílias, mas não resolveria o cerne da questão, que está na impossibilidade de subsistência a partir das atividades dos estabelecimentos.

²² Tanto a questão da renda rural quanto o envelhecimento e a rotatividade geracional da agricultura familiar será tratada nos resultados da pesquisa.

Ações para apoiar ou, até mesmo, proteger a existência da agricultura familiar não passa apenas por um dever ético e social, mas significa assegurar a segurança alimentar e a conexão entre produção e consumo. Segundo a FAO (2021) ela é responsável: por fornecer a maior parte dos alimentos do mundo, cerca de 80%; por preservar os produtos alimentares tradicionais, ofertando alimentos diversos e resguardando a biodiversidade; por gerar emprego e renda e promover a integração entre espaço rural e urbano. Por isso, ressalta que é imprescindível manter o interesse dos jovens na agricultura familiar para assegurar futura segurança alimentar. Estabelecendo uma forte relação entre os conhecimentos tradicionais e ideias e tecnologias inovadoras.

O IBGE, através do censo agropecuário 2017, demonstrou essa representatividade da AF no Brasil. De posse de apenas 23% da área agrícola total (80,89 milhões de hectares) é a maior responsável pela diversidade e qualidade da alimentação dos brasileiros. Segundo dados do referido estudo, a categoria gera menor valor de produção que grandes estabelecimentos produtores de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho. Contudo, tem participação expressiva no abastecimento dos alimentos que de fato vão a mesa dos brasileiros, como café e banana (48%) mandioca (80%), abacaxi (69%), feijão (42%) – percentuais levam em consideração o valor de produção (IBGE, 2019). Esses dados ajudam a reforçar a representatividade da AF, especificamente no Brasil.

Como já abordado, a categoria contribui para a reconexão da produção e do consumo (FAO, 2022; FEENSTRA, 1997; TRICHES; SCHNEIDER, 2015; VAN DER PLOEG, 2008). O movimento ocorrido a partir de 1960 e impulsionado pelo governo militar, a partir de 1964, atendendo à empreitada imperialista dos Estados Unidos da “guerra contra a fome”, proposta – ou imposta - pelo presidente americano Lyndon B. Johnson, difundiu os complexos agroindustriais e o agronegócio – reprodução literal do termo americano *agribusiness*. Esse sistema agroalimentar especializado, altamente tecnológico e internacionalizado, sustentado pela utilização de insumos agrícolas, majoritariamente químicos, evidencia “uma hegemonia do sistema agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos” (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 59).

Os autores sinalizam que esse tema não pertence a uma área específica do saber. Estudiosos da área saúde chamam atenção para os problemas nutricionais causados, não propriamente pela escassez de alimento, mas pelo excesso alimentar e a má qualidade nutricional das dietas. O consumo de alimentos baratos e de alta densidade calórica, promovidos pela indústria alimentícia e pela mídia, tem sido apontado como causa de sobrepeso e obesidade. Implicações socioeconômicas ao mundo rural são apontadas em razão da concentração de

terras, de capital e da exploração e exclusão dos pequenos proprietários de terra – questão tratada na seção 4.1. Aliás, “preocupações éticas relativas à produção, ao consumo e ao transporte de alimentos permeiam as discussões sobre a localização, a promoção de justiça social, culminando na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável” (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 61).

Diante da hegemonia do sistema alimentar global, os pequenos agricultores têm alguns caminhos para escoar a sua produção. Alguns se tornaram fornecedores de matérias-primas dos complexos agroindustriais e cooperativas outros construíram iniciativas individuais e coletivas, estratégias empreendedoras, almejando maior autonomia e faturamento. Buscando inserção no mercado os produtores se organizam coletivamente através de associações e cooperativas, onde são responsáveis e destinatários das decisões e individualmente ou coletivamente através da venda direta (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Esse tipo de venda é considerada por Gazolla e Schneider (2017) como sinônimo de cadeia curta de produção. Uma venda direta, sem intermediários, em que o produtor encurta distâncias físicas, sociais, culturais e econômicas entre o mundo da produção e do consumo, vendendo diretamente ao consumidor ou interlocutores, como restaurantes. Uma característica chave das cadeias curtas é a sua capacidade de ressocializar ou reespecializar os alimentos, permitindo que o consumidor faça suas escolhas ou julgamentos a partir de seu conhecimento ou experiência. Quanto à organização, ou classificação, os circuitos curtos podem ser de 3 categorias: interação face a face, cadeias de proximidade ou cadeias estendidas. A primeira é constituída de mercados de agricultores, vendas de estrada, entregas em domicílio, comércio eletrônico. A segunda por lojas agrícolas, marcas regionais, cooperativas, feiras, lojas locais e a terceira pela criação de rótulos ou códigos de certificação de qualidade (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Gazolla e Schneider (2017) ressaltam que essa tipologia permanece atual e a utilizando sistematizam que as cadeias curtas face a face são aquelas em que agricultores interagem diretamente com consumidores e que, para isso, é necessária a existência de aspectos sociais como confiança e autenticidade. Cadeias de proximidade espacial são aquelas em que os produtos são produzidos e distribuídos em uma determinada região de produção e, geralmente, os consumidores buscam estes alimentos no local de produção ou de comercialização. Já as cadeias espacialmente estendidas são identificadas pela necessária transmissão e tradução de valores e informações em torno dos produtos e do local de produção aos consumidores que estão fora da região produtora.

A discussão que envolve as cadeias curtas de produção passou por etapas distintas. No início, foi caracterizada como parte das estratégias de resistência dos pequenos produtores, diante da internacionalização do sistema agroalimentar, mas através de estudos pautados na investigação de interesses de alguns consumidores, passou a se fortalecer e a ser vista como forma de suprir a necessidade daqueles que buscavam por alimentos mais frescos ou até mesmo sem aditivos químicos e, ainda, pela valorização de questões culturais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Este trabalho analisa a atividade de agricultores familiares que comercializam seus produtos através de cadeias alternativas ou curtas de abastecimento, especificamente, através do fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo identifica a agricultura alfenense, segundo dados do IBGE e a agricultura familiar alfenense, segundo dados da EMATER-MG. Tais resultados foram comparados à medida em que havia elementos de ambas as fontes, com a intenção de delinear o cenário da agricultura não familiar e familiar do município de Alfenas-MG. As informações não constantes nos dois estudos e, por isso, não comparadas em um primeiro momento foram analisadas a partir dos dados obtidos na aplicação do questionário e apresentadas posteriormente.

Ademais, foi abordado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), suas regras e diretrizes, para então ser realizada uma análise específica de sua aplicação e implicações no âmbito do município de Alfenas – MG. Para tanto, a Chamada Pública 001/2022 foi analisada de maneira que fosse verificado o cumprimento das exigências contidas no programa, além de identificar sua representatividade para a soberania alimentar no município. Por fim, foram apresentados e analisados os dados obtidos pela pesquisa de campo.

5.1 PESQUISA DOCUMENTAL

Esta seção apresenta a compilação de dados do IBGE, EMATER-MG e Chamada Pública/Edital 001/2022 da Prefeitura de Alfenas-MG, com a finalidade de, em um primeiro momento, caracterizar genericamente a agricultura no município, depois com enfoque na agricultura familiar, bem como avaliar se os requisitos estabelecidos no PNAE têm sido atendidos e como os agricultores poderiam contribuir para a soberania alimentar no município.

5.1.1 Identificação da agricultura alfenense segundo dados do IBGE

O município de Alfenas está localizado no sul do Estado de Minas Gerais, sua população, em 2022, é de 78.970 habitantes²³. Como explorado anteriormente, o censo agropecuário realizado pelo IBGE, em 2017, constatou que o Estado de Minas tem cerca de 65% de seu território ocupado por estabelecimentos agropecuários, somando 38.168.688 hectares (IBGE, 2017). Desse total, Alfenas representa 0,15%, com 57.313 hectares ocupados por 972 estabelecimentos agropecuários. A grande maioria deles é composta por produtores individuais (751) e condomínio, consórcio, ou união de pessoas (191). As terras,

²³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas>.

majoritariamente, são exploradas por proprietários(as) ou coproprietários(as) (794) e arrendatários (109) (IBGE, 2017b). A Tabela 1, a seguir, demonstra a distribuição dos agricultores por sexo:

Tabela 1 - Quantitativo em relação ao sexo do produtor

| Sexo do produtor | Quantidade/percentual |
|-------------------------|------------------------------|
| Masculino | 881 (90,6%) |
| Feminino | 77 (7,9%) |
| Não se aplica | 14 (1,44%) |

Fonte: IBGE (2017b).

A partir disso, fica evidente a existência de um abismo entre homens e mulheres responsáveis pelos estabelecimentos rurais – 881 e 77, respectivamente. A escolaridade também é um fator que apresenta uma predominância e demonstra um cenário preocupante, já que menos da metade deles possui ensino médio ou 2º grau (IBGE, 2017b). A idade é apresentada na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 - Distribuição da população rural por idade

| Idade do produtor | Quant./percentual | Idade do produtor | Quant./percentual |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Menor que 25 anos | 5 (0,5%) | De 55 a menos de 65 anos | 274 (28,19%) |
| De 25 a menos de 35 anos | 54 (5,55%) | De 65 a menos de 75 anos | 177 (18,20%) |
| De 35 a menos de 45 anos | 143 (14,71%) | De 75 anos e mais | 100 (10,28%) |
| De 45 a menos de 55 anos | 205 (21,1%) | Não se aplica | 14 (1,4%) |

Fonte: IBGE (2017b).

Desses dados é possível observar que a maioria dos produtores possuem de 45 a 65 anos. Com a ressalva de que tais dados representam a agricultura de Alfenas como um todo e não somente a agricultura familiar, essa situação também foi verificada no contexto brasileiro e na América Latina e Caribe (FAO, 2022).

Os estabelecimentos agropecuários empregam 5.837 pessoas – quase 25% do número de ocupados do município. Desse total, 1.712 tem algum laço de parentesco com o produtor e 4.125 correspondem a não parentes.

Maquinários como tratores, semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras, adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário, que favorecem a produção, são escassos, conforme apresentado adiante, na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantitativo de maquinários

| Máquinas | Quantidade |
|---|-------------------|
| Tratores | 383 |
| Semeadeiras/plantadeiras | 120 |
| Colheitadeiras | 105 |
| Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário | 246 |

Fonte: IBGE (2017b).

Aliás, o estudo não faz menção quanto ao estado de conservação dos equipamentos. Essa realidade pode ser associada aos números que se referem ao crédito tomado por eles. Enquanto 810 produtores/estabelecimentos não obtiveram crédito, 162 informaram ter tomado algum tipo de empréstimo ou financiamento (IBGE, 2017b). Esse dado pode refletir uma escolha ou preferência entre esses produtores, mas também pode simbolizar dificuldade ou exclusão em relação ao crédito.

Quanto à produção, verifica-se que 478 estabelecimentos utilizam agrotóxico em suas lavouras e 493 não fazem uso do produto (IBGE, 2017b). As lavouras permanentes, temporárias e a quantidade de estabelecimentos que as cultivam estão apresentadas nas Tabelas 4 e 5, conforme abaixo:

Tabela 4 - Quantitativo de lavouras permanentes

| Lavouras permanentes | | | | | |
|-----------------------------|-----|---------------|---|----------|---|
| Abacate | 2 | Café canéfora | 1 | Manga | 1 |
| Banana | 9 | Goiaba | 2 | Mamão | 1 |
| Café arábica | 328 | Laranja | 1 | Maracujá | 4 |

Fonte: IBGE (2017b).

Tabela 5 - Quantitativo de lavouras temporárias

| Lavouras temporárias | | | | | |
|-----------------------------|----|---------------------------------------|----|------------------|-----|
| Abacaxi | 1 | Cana de Açúcar | 7 | Milho | 230 |
| Abobora, Moranga, Jerimum | 23 | Cana de Açúcar Forrageira | 9 | Milho forrageiro | 92 |
| Alho | 2 | Fava | 6 | Soja | 24 |
| Amendoim com casca | 1 | Feijão (Cor, Fradinho, Preto e Verde) | 64 | Sorgo | 2 |
| Aveia Branca | 6 | Mandioca | 33 | Sorgo forrageiro | 3 |
| Batata Inglesa | 3 | Melancia | 1 | Trigo | 2 |

Fonte: IBGE (2017b).

A pecuária também é uma atividade desenvolvida no município. Há criações de bovinos, suínos, galinhas, equinos, dentre outros, conforme distribuído a seguir na Tabela 6:

Tabela 6 - Quantitativo da atividade de pecuária

| Número de estabelecimentos ligados à pecuária | | | |
|---|-----|---|-----|
| Asininos | 9 | Galináceos (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) | 434 |
| Bovinos | 602 | Muareis | 26 |
| Bubalinos | 1 | Ovinos | 12 |
| Caprinos | 12 | Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões | 47 |
| Codornas | 1 | Perus | 16 |
| Equinos | 222 | Suínos | 210 |

Fonte: IBGE (2017b).

Das Tabelas acima (TABELAS 4, 5 e 6) é possível identificar o cenário de comoditização do território alfenense, descrito por Alves (2021). Dentre as lavouras permanentes (TABELA 4), seria esperado verificar certa predominância do café, já que a região do Sul de Minas Gerais, onde o município de Alfenas está localizado, é responsável por grande parte da produção nacional da *commodity* – 25% do café nacional (ALVES, 2021). Entretanto, o cenário é de flagrante discrepância. Quando comparado com as demais culturas permanentes - frutas amplamente consumidas - verifica-se que a *commodity* representa cerca 94% dessas lavouras. A Tabela 5, de lavouras temporárias, em menor escala reflete o mesmo contexto, demonstrando que o milho, também uma *commodity*, representa maioria das lavouras (45% sem considerar o milho forrageiro). Já a Tabela 6, que demonstra o quantitativo da pecuária, indica que a criação de bovinos é a predominante.

5.1.2 Identificação da agricultura familiar alfenense a partir de dados da EMATER – MG

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) foi fundada em 1948 e está presente em 800 municípios do Estado. É vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do governo do Estado de Minas Gerais. Seu público-alvo são agricultores familiares, silvicultores, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos, dentre outros. Esses destinatários são definidos com base na Lei nº 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e na Lei nº 12.188/10, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)²⁴.

²⁴ https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=3.

A empresa começou suas atividades em Alfenas em 1956 e possui uma parceria com o município, firmada a partir de um convênio de ATER (assistência técnica e extensão rural), para prestação de serviços de educação não formal, de caráter continuado, para assistência técnica e extensão rural. Esse serviço abrange ações produtivas e de formação, para os destinatários já informados. Assim, auxilia na realização de projetos administrativos, na orientação para a tomada de crédito, na administração do estabelecimento e no trabalho de campo, como na escolha de sementes, colheita, dentre outros.

Em razão de estar próximo ao produtor e por realizar o Relatório Anual de Atividades (RAA), que consolida os principais resultados do exercício, sendo direcionado ao município, a EMATER-MG, que está presente no município de Alfenas, possui dados relevantes a serem explorados por esta pesquisa. As informações relacionadas abaixo foram obtidas através dos relatórios anuais de ações dos anos 2016 a 2021.

O serviço de consultoria oferecido pela EMATER-MG está disponível a todos os agricultores familiares e, por se tratar de empresa estatal e possuir convênio com o município, essa prestação de serviço é gratuita.

O total de agricultores familiares existentes em Alfenas de 2016 a 2021 está relacionado a seguir:

Tabela 7 - Demonstrativo de agricultores familiares no município de Alfenas de 2016 a 2021

| 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------|------|------|------|------|------|
| 960 | 1008 | 960 | 960 | 960 | 960 |

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da EMATER-MG, 2022.

Os dados do IBGE, citados anteriormente (p. 70), demonstram que em 2016/2017 a quantidade total de estabelecimentos agropecuários em Alfenas era de 972. Os dados trazidos na tabela acima (TABELA 7) demonstram um levantamento realizado pela EMATER-MG em que o quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar seria, no mesmo período, de 960, ou seja, 98,76% dos estabelecimentos agropecuários alfenenses²⁵.

Esses dados demonstram que o município de Alfenas repete a lógica nacional, já que a maioria dos estabelecimentos agrícolas também é composta pela agricultura familiar – que a nível Brasil representa percentual de 77% (IBGE, 2019). Igualmente, reproduz a sistemática

²⁵ Essa informação foi retirada de dados oficiais contidos nos Relatórios Anuais de Atividades da EMATER-MG (2016/2021). Tendo em vista o alto percentual encontrado e a possibilidade da existência de algum equívoco, essa informação foi verificada, novamente, junto à pessoa responsável, no escritório local da EMATER-MG, e foi ratificada. Dessa forma, os dados foram registrados conforme extraídos, mas com a ressalva de que o percentual parece superestimado.

apontada por Alves (2021), quando aborda a Região Imediata de Alfenas, apontando que 75,8% dos estabelecimentos são de Agricultura Familiar. A Tabela 8 traz o quantitativo de agricultores familiares atendidos pela EMATER – MG:

Tabela 8 - Demonstrativo de agricultores familiares atendidos pela EMATER-MG no município de Alfenas

| 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| 656 (68,33%) | 645 (64%) | 584 (60,83%) | 625 (65,10%) | 354 (36,87%) | 312 (32,5%) |

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da EMATER-MG, 2022.

O atendimento dispensado por ela é realizado por profissionais especializados, que em razão do convênio firmado com o município oferece serviços estratégicos e variados, de forma gratuita para o agricultor. Desse modo, sabendo que esses serviços passam desde a lida no campo à consultoria para crédito rural, é possível classificá-los como de grande valia, como será visto adiante. Entretanto, os números deixam evidente que os atendimentos foram sendo reduzidos gradualmente, chegando a menos da metade em 2021.

Outra função importantíssima da empresa é a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A partir de 31 de outubro de 2022, após a publicação da Portaria 174 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a DAP foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Na prática, somente o agricultor que tiver a DAP (vigente até seu vencimento) ou a CAF poderá acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PRONAF – apesar de alguns adendos quanto ao grupo que mais favorece – é uma política pública histórica que permite que a agricultura familiar tenha acesso ao crédito e que, específico para o meio rural, obtenha melhores taxas. Os recursos provenientes de crédito rural (custeio e investimento) em Alfenas foram, conforme Tabela 9:

Tabela 9 - Recursos provenientes de crédito rural (custeio e investimento) em Alfenas – MG

| 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------|------------------|---------------------------------|
| R\$ 8.959.429,00 | R\$ 9.033.662,29 | R\$ 99.235.885,51 ²⁶ |
| 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ 1.329.140,00 | R\$ 3.356.496,10 | R\$ 3.084.240,00 |

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da EMATER-MG, 2022.

5.1.3 Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Alfenas-MG

A Prefeitura de Alfenas adquire alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através de processos intitulados como de alimentos secos, carnes e de hortifruti - o processo de secos compreende a aquisição de arroz, farinha, açúcar, massa de tomate etc. Essas contratações ocorrem através de licitações, na modalidade pregão ou através de chamadas públicas realizadas em razão de dispensa do procedimento licitatório, conforme permitido pela Lei do PNAE (BRASIL, 2009; FNDE, 2022b). O valor total de recursos disponibilizados pelo FNDE ao município, em 2022, foi de R\$ 694.650,00²⁷ e foi dividido entre as contratações já referidas.

Tendo em vista que a dispensa de licitação pode ocorrer para privilegiar a agricultura familiar e que para isso deve ser observado o requisito de que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, a prefeitura realiza as chamadas públicas pelo período de seis meses (podendo ser prorrogadas). Através delas os interessados se candidatam ao fornecimento de gêneros alimentícios para o PNAE. Podem participar desse processo de contratação os fornecedores individuais, detentores de DAP física, agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações) detentores de DAP jurídica e agricultores familiares organizados em grupos informais detentores de DAP física de cada agricultor (ALFENAS, 2022).

A chamada/edital realizada no município e analisada por esta pesquisa foi a de nº 001 de 2022, que previa prazo de seis meses e pagamento da importância de R\$ 265.039,50. Vale destacar que no decorrer da pesquisa foi publicado novo edital ou chamada pública, de nº

²⁶ O dado referente à liberação de crédito rural em Alfenas no ano de 2018 foi transcrito conforme RAA emitido pela EMATER-MG, entretanto, tendo em vista o cenário bastante atípico apresentado nesse período vale destacar que algum erro (como de digitação) pode ter ocorrido.

²⁷https://www.fn.de.gov.br/pls/simad/internet_fn.de.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2022&p_programa=C7&p_uf=MG&p_municipio=120170.

001/2023, que credenciou as mesmas associações e modificou apenas o quantitativo de agricultores familiares fornecedores.

Como abordado na seção de problematização e objetivos (p. 20), o PNAE é regido pela lei 11.947/2009, que estabelece que do total de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao menos 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. A intenção do município de Alfenas é que o abastecimento de gêneros de hortifruti seja realizado, a partir de 2023, com a aquisição integral de produtos da agricultura familiar. Em 2022, o valor adquirido em produtos da agricultura familiar alfenense foi de R\$ 548.801,62 (considerando a prorrogação da contratação), um percentual de 79% dos recursos destinados pelo governo federal²⁸.

A exigência de percentual mínimo de contratação se transforma em mercado para a agricultura familiar, gerando emprego e renda, beneficiando os alunos das escolas públicas, que terão em sua dieta alimentos diversificados e frescos, além de estimular o desenvolvimento da agricultura local e a conexão da produção e do consumo, através de sistemas curtos de alimentação (GRISA; SCHNEIDER, 2014; TRICHES; SCHNEIDER, 2015). Segundo o FNDE, o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar “tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil” (FNDE, 2022b).

É possível apontar que o município ultrapassa a exigência legal que determina a aquisição dos produtos em percentual mínimo de 30%, o que gera uma gama de benefícios para diversos destinatários. Aos produtores que tem o programa como fonte de trabalho e renda e aos alunos da educação básica alfenense que têm acesso a alimentos frescos, já que a produção é local – reitera que esse conceito é utilizado na pesquisa com significado de municipalidade – e à alimentação diversificada, tendo em vista os produtos listados abaixo, na Figura 2.

A escolha de quais alimentos serão adquiridos pelo PNAE também é regulada pela Lei 11.947/09:

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei (BRASIL, 2009).

²⁸ <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>.

Assim, o que será adquirido da agricultura familiar é determinado previamente, desde o edital do procedimento licitatório ou da chamada pública – como é o caso de Alfenas. No anexo III da chamada pública 001/2022, a Prefeitura de Alfenas especifica os alimentos e estima as quantidades a serem adquiridas durante seis meses, bem como estipula um cronograma de entrega semanal, que ocorre no Setor de Alimentação Escolar (Merenda Escolar), todas as terças-feiras.

Figura 2 - Descrição dos alimentos fornecidos ao PNAE e cronograma de entrega



Prefeitura do Município de Alfenas
 CNPJ 18.243.220/0001-01
 SETOR DE LICITAÇÕES
 Rua João Luiz Alves, n.º 181, centro – CEP 37.130-000 – Alfenas(MG)
 Fone: (35)3698-1360-1359 Fax:(35) 3698 – 2110
 Site: www.alfenas.mg.gov.br – e-mail: licitacoes.contratos@alfenas.mg.gov.br

| | |
|-----|--|
| FL. | |
| | |

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 Anexo solicitação nº 150/2022
ANEXO III-
CRONOGRAMA DE ENTREGA – CHAMADA PÚBLICA 2022/2

| Item | Quant. total (6 meses) | Quant. por entrega | 1 | 2 | 3 | 0 | 1 | 2 | 2 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 1 | 2 |
|------------------|------------------------|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 6 | 3 | 0 | 6 | 3 | 0 | 7 | 4 | 8 | 5 | 7 | 2 | 9 | 3 | 4 |
| | | | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / | / |
| | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| | | | 8 | 8 | 8 | 9 | 9 | 9 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | |
| Abóbora madura | 2250 | 150 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Abobrinha | 2250 | 150 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Açafrão | 410 | 410 | x | | | | | | | | | | | | | | |
| Acelga | 250 | 50 | x | x | x | x | x | | | | | | | | | | |
| Agrião | 250 | 50 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Alface | 2250 | 150 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Almeirão | 250 | 50 | | | | | | | | | | | x | x | x | x | x |
| Banana prata | 16500 | 1100 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Batata doce | 300 | 60 | | | | | | | | | | | x | x | x | x | x |
| Beterraba | 2100 | 140 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Brócolis japonês | 300 | 60 | x | x | x | x | x | | | | | | | | | | |
| Cebola | 250 | 50 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Cenoura | 2250 | 150 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Cheiro-verde | 1800 | 120 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Chicória | 250 | 50 | | | | | | | | | | | x | x | x | x | x |
| Chuchu | 1800 | 120 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Colorau | 410 | 410 | x | | | | | | | | | | | | | | |
| Couve | 1650 | 110 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Couve-flor | 300 | 60 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Espinafre | 250 | 50 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Inhame | 1500 | 150 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | | | |
| Limão cravo | 450 | 30 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Limão tahiti | 450 | 30 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Mandioca | 2100 | 140 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Maracujá | 250 | 50 | x | x | x | x | x | | | | | | | | | | |
| Melancia | 400 | 80 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Milho verde | 300 | 60 | | | | | | x | x | x | x | x | | | | | |
| Polpa de frutas | 1500 | 100 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Repolho | 1200 | 120 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Tomate | 3750 | 250 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Vagem | 600 | 60 | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | | | |

Local de entrega: Setor de Alimentação Escolar, situado a Avenida Governador Valadares nº1272, Jardim São Carlos.
 Horário: 7:00 às 13:00 horas.
 Observação: Cronograma sujeito à alterações.

24

Secretaria Municipal de Suprimentos e Contratos
 Rua João Luiz Alves, n.º 181, centro – CEP 37.130-143 – Alfenas(MG)
 Fone: (35)3698-1360/65 - Compras: (35) 3698 – 2110 - Cont@ps: (35) 3698 1359/65
 Site: www.alfenas.mg.gov.br – e-mail: licitacoes.contratos@alfenas.mg.gov.br
 Horário de funcionamento: das 12h às 18h

Da Figura 2, acima, é possível identificar que a agricultura familiar fornece 31 tipos de alimentos à merenda escolar, todos produtos de hortifruti e extremamente necessários à boa alimentação. Vale destacar, diante da temática abordada nesta pesquisa, que os produtos de hortifruti são perecíveis o que dificulta sua estocagem e sujeita o produtor a maiores riscos do que aquele que produz *commodities* como café, milho e soja. Feita essa consideração, é de se ressaltar que por semana os alunos da rede municipal de Alfenas-MG têm acesso a 31 tipos de gêneros alimentícios, como frutas, legumes e verduras, o que de fato corrobora com várias teses: (I) de que a agricultura familiar é indicada como sinônimo de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2022b); (II) de que essa categoria estabelece relações sociais, interações que ocorrem através da produção e do consumo de alimentos, realizando-se a partir de circuitos curtos e descentralizados voltados ao atendimento das demandas de uma sociedade regional, trazendo proximidade entre a produção e consumo (VAN DER PLOEG, 2008) e, ainda, (III) de que o PNAE contribui para a valorização da produção local, ressignificando os produtos da agricultura familiar, promovendo justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O programa não prevê apenas a quantidade dos produtos, mas a necessidade de que atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (art. 14, § 1º, da Lei do PNAE) e o responsável por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo é o Conselho de Alimentação Escolar (FNDE, 2022a) instituído pelo artigo 18 da Lei do PNAE como órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento (BRASIL, 2009).

No mesmo sentido, a Prefeitura de Alfenas estabeleceu na Chamada 001/2022 critérios para a realização do controle de qualidade, é o que consta no item 4:

Os produtos adquiridos através desta Chamada Pública serão submetidos a controle prévio de qualidade que irá apurar sua adequação aos padrões de qualidade especificados nesse edital à legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou outro órgão regulamentador (ALFENAS, 2022, p. 4).

Os citados padrões especificados no edital são encontrados em seu anexo I que aborda cada produto, individualmente, explicitando o padrão exigido:

Figura 3 - Discriminação dos alimentos fornecidos ao PNAE e seu padrão de qualidade.



Prefeitura do Município de Alfenas
 CNPJ 18.243.220/0001-01
 SETOR DE LICITAÇÕES
 Rua João Luiz Alves, n.º 181, centro – CEP 37.130-000 – Alfenas(MG)
 Fone: (35)3698-1360-1359 Fax:(35) 3698 – 2110
 Site: www.alfenas.mg.gov.br – e-mail: licitacoes.contratos@alfenas.mg.gov.br

FL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 Anexo solicitação nº 150/2022
 ANEXO I

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UN. | QUANT. |
|------|--|-----|--------|
| 01 | Abóbora Madura: de primeira qualidade, inteira deve apresentar-se firme, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não conter corpos estranhos aderentes à superfície externa; estar isenta de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Deve apresentar tamanho e coloração uniformes, firme e compacta. Isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sinais de podridão ou mofo, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Kg | 2250 |
| 02 | Abobrinha Brasileira: de primeira qualidade, deve apresentar-se firme, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não conter corpos estranhos aderentes à superfície externa; estar isenta de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Deve apresentar tamanho e coloração uniformes, firme e compacta. Isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sinais de podridão ou mofo, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte; casca com brilho e sem rachaduras, de tamanho médio. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Kg | 2250 |
| 03 | Açafrão da Terra: em pó, puro, sem aditivos, embalagem de no mínimo 50g, plástica, atóxica, com dados do fabricante, data de fabricação e validade. Rotulada conforme legislação vigente. Devidamente regulamentado junto a vigilância sanitária. Validade mínima de 5 meses a partir da data de entrega. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Pt | 390 |
| 04 | Acelga: de primeira qualidade, tamanho médio, peso mínimo de 300g, aspecto fresco, firme, sem folhas escuras ou amarelas ou pequenos buracos. As hastes devem ser frescas. Tamanho e coloração uniformes, firme e compacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. | Und | 250 |
| 05 | Agrião: de primeira qualidade, tamanho médio, peso mínimo de 150g, com folhas tenras e coloração verde escuro; não deve apresentar defeitos tais como folhas amareladas e/ou murchas. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Und | 250 |
| 06 | Alface crespa ou lisa: de primeira qualidade, tamanho médio, peso mínimo de 250g, aspecto fresco, firmes sem folhas escuras ou amarelas. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Und | 2250 |
| 07 | Almeirão: de primeira qualidade, tamanho médio, peso mínimo de 150g, aspecto fresco, firmes sem folhas escuras ou amarelas. Acondicionado em caixas plásticas próprias devidamente higienizadas. | Und | 250 |

19

Secretaria Municipal de Suprimentos e Contratos
 Rua João Luiz Alves, n.º 181, centro – CEP 37.130-143 – Alfenas(MG)
 Fone: (35)3698-1360/65 - Compras: (35) 3698 – 2110 - Cont@ps: (35) 3698 1359/65
 Site: www.alfenas.mg.gov.br – e-mail: licitacoes.contratos@alfenas.mg.gov.br
 Horário de funcionamento: das 12h às 18h

Fonte: Alfenas (2022).

Dessa forma, é possível inferir que o município atende a determinação legal estabelecida na Lei do PNAE e prioriza uma dieta de qualidade aos alunos destinatários do programa. Principalmente, é possível afirmar que os agricultores familiares e o PNAE são instrumentos para a construção da soberania alimentar, visto que além de garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos das escolas municipais e dos centros municipais de educação infantil do

município de Alfenas, há o efetivo exercício do direito à definição das políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos o que, de fato, tem garantido o direito à alimentação – nesse caso especificamente ao público destinatário do programa, limitação de análise proposta pela pesquisa.

Dal Soglio e Kubo (2017) questionam se a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional seriam uma utopia para o século XXI. Os autores fazem essa indagação pelo fato de, na atualidade, a produção mundial de alimentos ser “controlada por uma mesma matriz de produção e comércio de produtos alimentícios, em que poucas empresas detêm o controle do mercado, atuando em âmbito internacional” (DAL SOGLIO; KUBO, 2017, p. 128). Próximo disso, este estudo demonstrou que a indústria de alimentos representada pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), é marcada por um monopólio de empresas estrangeiras que detêm o controle da indústria brasileira de alimentos.

Os autores definem como marco analítico da soberania alimentar a luta dos movimentos sociais. Isso em razão da busca por mercados alternativos, cadeias curtas que tem desafiado, ainda que apenas local e regionalmente, a lógica da hegemonia dos mercados e da globalização capitalista.

Estabelece-se, assim, uma resistência às cadeias agroalimentares convencionais, na busca de novas lógicas de organização da produção, do processamento e da distribuição de alimentos, a exemplo do que ocorre nas cadeias agroalimentares agroecológicas. Essas experiências agroecológicas visam à (re)conexão entre agricultores familiares e consumidores nos mercados locais. Promovem, assim, alternativas de circulação de mercadorias na perspectiva da Soberania Alimentar, contrapondo-se à lógica de um modelo agrícola que privilegia a produção voltada para o mercado de *commodities* (DAL SOGLIO; KUBO, 2017, p. 133).

Assim, para Dal Soglio e Kubo (2017) circuitos curtos de produção agem na perspectiva da Soberania Alimentar. Este estudo analisa o PNAE no município de Alfenas-MG e o indica como uma espécie do gênero cadeias curtas, na categoria face a face, pelo fato dos agricultores interagirem diretamente com consumidores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Além do fato da produção local ser direcionada ao consumo local, os agricultores fazem a entrega pessoalmente no horário e local designados no edital da chamada pública 001/2022, onde é atestada a qualidade e quantidade dos produtos adquiridos.

Desse modo, como já abordado, a pesquisa demonstra que os agricultores familiares fornecedores de alimentos ao programa e ele próprio são instrumentos para a construção da soberania alimentar, de forma que deixam de condicionar a alimentação dos alunos da educação básica alfenense ao total consumo de alimentos industrializados costumeiramente vendidos pelas grandes multinacionais.

Aliás, a realização da soberania alimentar ocorre também no enfoque daquele que produz e distribui os alimentos (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007) a “autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local” (ABRANDH, 2013, p. 17). Dessa forma, o PNAE abre mercado para agricultura familiar no município de Alfenas – MG e constitui uma forma de circuito curto que conjuntamente ao trabalho do agricultor familiar se transforma em meio hábil para a concretização da soberania alimentar.

Resta ainda a dizer que a chamada pública 001/2022 do município de Alfenas-MG credenciou três associações para o fornecimento de gêneros alimentícios ao PNAE (cujas histórias foram abordadas no capítulo 2): (I) a Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs da Comunidade Rural dos Bárbaras (AMAACORB) – que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, composta por 13 mulheres, fundada em 2005, com sede/fábrica localizada próxima à capela de Santa Bárbara, na comunidade rural dos Bárbaras. Sua finalidade é a fabricação de conservas e frutas, sucos concentrados de fruta, hortaliças e legumes, fabricação de biscoitos e bolachas. (II) Associação de Agricultores Familiares de Alfenas e Região (AAFAR) que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, composta por 37 integrantes, de ambos os sexos, fundada em 2011 e com sede na comunidade rural dos Bárbaras. Tem por finalidade exercer a atividade agropecuária. (III) Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas (AFFLA) – que é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2021, composta por 14 integrantes, de ambos os sexos, sendo que 1 é agricultor e 1 é pescador - não sendo considerados nesta pesquisa – com sede na Avenida Afonso Pena, 936, Centro de Alfenas-MG.

A AMAACORB é a única a fornecer o item polpa de fruta sabores variados, inclusive é o único item fornecido por ela. A estimativa da quantidade de polpas adquiridas pelo PNAE (Ata de reunião de julgamento das propostas) foi de 1500 polpas pelo valor unitário de R\$ 24,95, o que totalizaria um crédito final de R\$ 37.425,00 pelo período de seis meses. A AAFAR vende 24 dos 31 itens requisitados pelo PNAE e somou estimativa de crédito a receber de R\$ 95.301,00. Já a AFFLA vende 14 dos 31 itens requisitados pelo PNAE e somava expectativa de crédito a receber na importância de R\$ 132.313,50 (ALFENAS, 2022).

Logo, o total estimado de gastos do PNAE pelo período de 6 meses era de 265.039,50. Com a prorrogação de mais 6 meses de abastecimento, através da mesma chamada pública, o valor efetivamente gasto foi de R\$ 548.801,62, sendo R\$ 176.937,50 pago a AAMACORB, R\$ 119.048,05 pago a AAFAR e R\$ 252.816,07 pago a AFFLA. Essa informação é relevante em razão de constituir perspectiva da soberania alimentar, quanto ao viés que leva em

consideração quem produz e distribui os alimentos (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007) e a sua autonomia e condições de vida e de trabalho (ABRANDH, 2013).

5.2 PESQUISA DE CAMPO

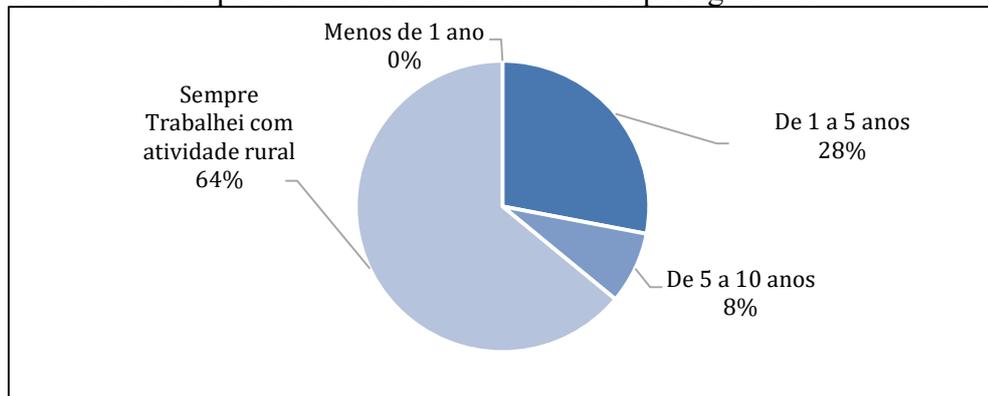
Realizada a identificação da agricultura, especialmente a familiar, no município de Alfenas – MG e feita a análise da chamada pública do PNAE no município, esta seção apresenta os resultados da pesquisa de campo, que foram comparados aos dados obtidos pela pesquisa documental permitindo conhecer a realidade dos agricultores familiares alfenenses e a sua percepção em relação a temas diversos, além de propor medidas que visam o desenvolvimento da categoria. A pesquisa de campo alcançou a metade dos respondentes, retornando 25 questionários respondidos.

5.2.1 Apresentação e análise dos dados

Todas as perguntas do questionário foram elaboradas com base na revisão de literatura realizada e buscando alcançar os objetivos propostos. A organização da apresentação e a análise dos dados trazidos a seguir não segue exatamente a ordem das perguntas do questionário aplicado, os temas foram agrupados em razão da investigação da realidade socioeconômica dos(as) agricultores(as) e para identificação da representatividade do PNAE para essa categoria.

Para investigar a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses, este estudo, inicialmente, procurou compreender aspectos referentes à rotatividade geral no campo. O Gráfico 1 demonstra há quanto tempo os respondentes se intitulam agricultores(as) familiares:

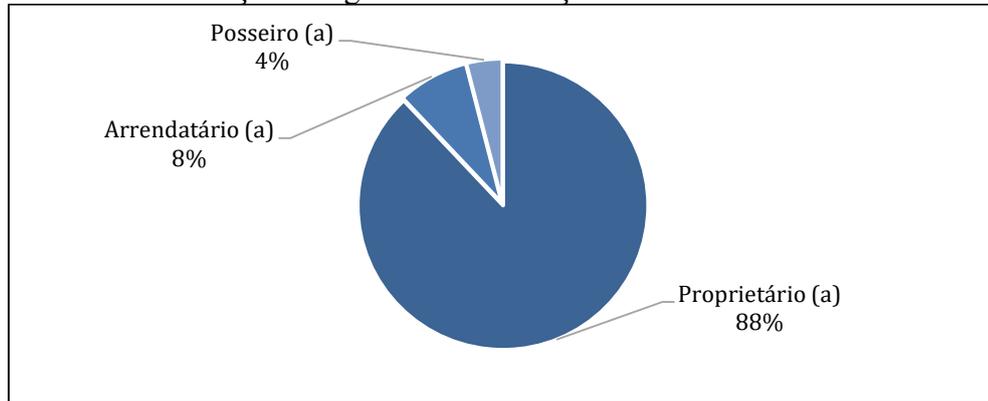
Gráfico 1 - Tempo de exercício de trabalho rural por agricultor



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Pode-se concluir que a maioria dos agricultores familiares sempre trabalharam no meio rural (64%), o restante exerce a atividade de 1 a 10 anos (36%). Isso pode explicar a situação demonstrada pelo Gráfico 2, que explora a condição do agricultor em relação à terra cultivada:

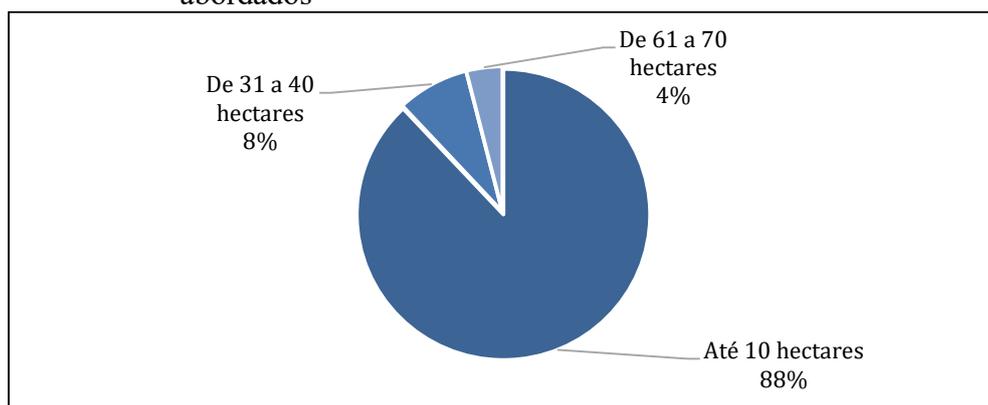
Gráfico 2 - Condição do agricultor em relação à terra cultivada



Fonte: elaborado pela autora (2023).

O fato da maioria sempre ter trabalhado na atividade rural (GRÁFICO 1), poderia demonstrar o motivo pelo qual são, majoritariamente, proprietários das terras onde residem ou trabalham (88% - GRÁFICO 2), já que podem ser herdeiros da propriedade. Com relação à extensão da propriedade ou posse de terra o Gráfico 3, abaixo, demonstra a extensão das propriedades rurais dos respondentes.

Gráfico 3 - Extensão das propriedades rurais dos agricultores familiares abordados

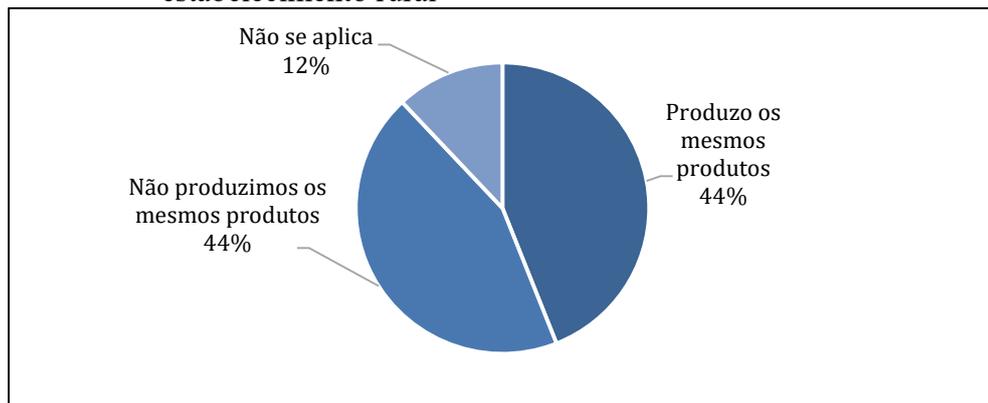


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Conforme se verifica do gráfico acima (GRÁFICO 3), a maioria deles (88%) possuem propriedades de até 10 hectares. Essa situação é verificada especialmente na comunidade rural dos Bárbaras (AMAACORB e AAFAR) em que isso ocorre em 100% dos casos. Na AFFLA esse número corresponde a 40%.

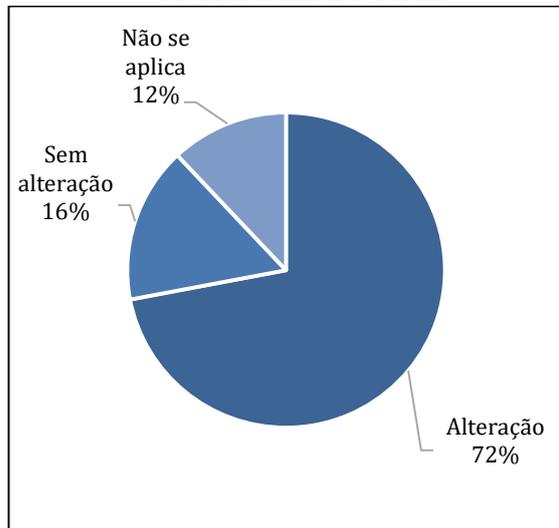
Também a maioria (88%) informou que dá continuidade ao trabalho rural iniciado por sua família. Por isso, foram questionados se os produtos cultivados permaneciam os mesmos, se houve alteração na forma de se produzir e, ainda, havendo alteração, se seria para melhor ou pior. As respostas para esses questionamentos podem ser verificadas nos Gráficos 4, 5 e 6, abaixo:

Gráfico 4 - Manutenção ou alteração dos produtos cultivados pela família no estabelecimento rural



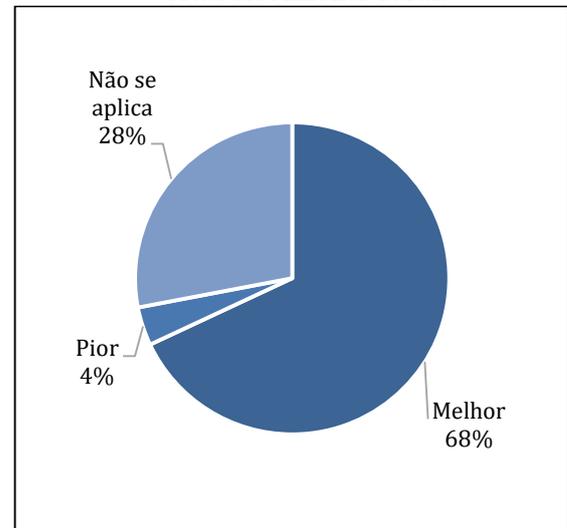
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Gráfico 5 - Alteração ou manutenção da forma de se produzir no estabelecimento rural.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Gráfico 6 - Percepção quanto a melhora ou piora do processo produtivo no estabelecimento rural.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como resultado, identificou-se que metade dos respondentes mantiveram os produtos cultivados pela família e a outra metade não (GRÁFICO 4). Apesar das questões serem fechadas, a abordagem presencial permite maior interação com o entrevistado, que realiza comentários a respeito delas. Nesse caso, identificou-se que alguns aumentaram o quantitativo

de produtos cultivados e outros deixaram de plantar alimentos como mandioca e alho para cultivar apenas folhas.

Com relação à forma de se produzir observa-se, através do Gráfico 5, que a maioria sinalizou alteração (72%) e, conforme Gráfico 6, a melhora no processo produtivo (68%). Outros, que não tiveram a atividade iniciada por sua família, responderam que tais questões não se aplicam a eles.

Diante disso, era importante compreender o que, de fato, mudou no cultivo dos alimentos. A Tabela 10 traz a percepção dos agricultores familiares em relação a mudança do processo produtivo:

Tabela 10 - Percepção dos agricultores familiares em relação a mudança do processo produtivo

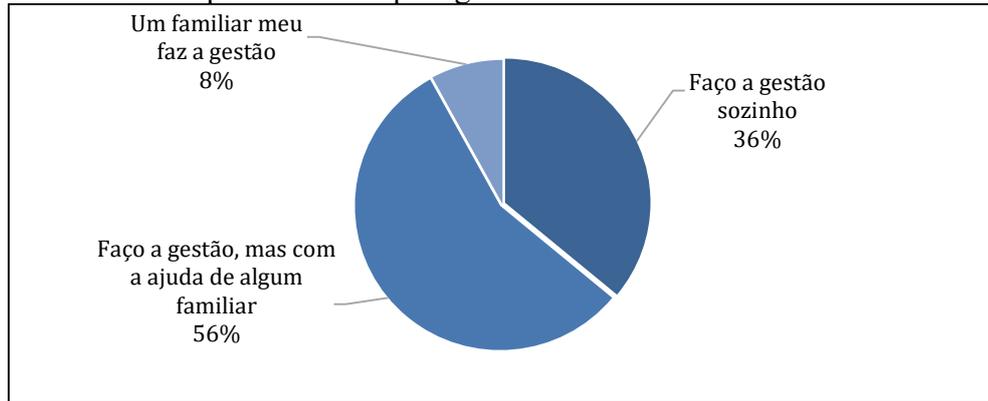
| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Diversificação da produção | 1 (4%) |
| Tecnologia | 13 (52%) |
| Condição da terra | 3 (12%) |
| Vivência das pessoas | 1 (4%) |
| Não se aplica ou não souberam responder | 7 (28%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O agrupamento em temas, realizado na Tabela acima (TABELA 10), demonstra que a modificação do processo produtivo também pode representar um indicador para a rotatividade geracional e para a manutenção da atividade desses agricultores. Ficou identificado que a tecnologia foi o que mais mudou e, em ambos os casos, pode ser determinante. O primeiro pode ser verificado na fala de um(a) respondente que disse: “A atividade anterior era mais pesada. Hoje é mais fácil” (RESPONDENTE 1). Isso pode ser estímulo para que as próximas gerações se aventurem a continuar a atividade rural, já que os processos têm melhorado. Ademais, pode contribuir para o segundo, pois pode permitir aos agricultores a otimização da sua produção. Vale destacar que respostas como utilização de adubos e agrotóxicos incorporam a categoria “tecnologia” e que a segunda categoria com maior frequência é a condição da terra que contemplou respostas como: “as terras eram mais descansadas, hoje usa mais agrotóxico, era mais natural. Tem que usar o agrotóxico porque hoje dá muito problema de doença” (RESPONDENTE 2) e “deixou de cultivar porque a terra está cansada” (RESPONDENTE 3).

Com relação a comercialização do que é produzido, apenas um agricultor(a) disse não trabalhar no cultivo e na comercialização dos produtos. A seguir, o Gráfico 7 investiga a administração do estabelecimento rural, ou seja, quem é o responsável por sua gestão.

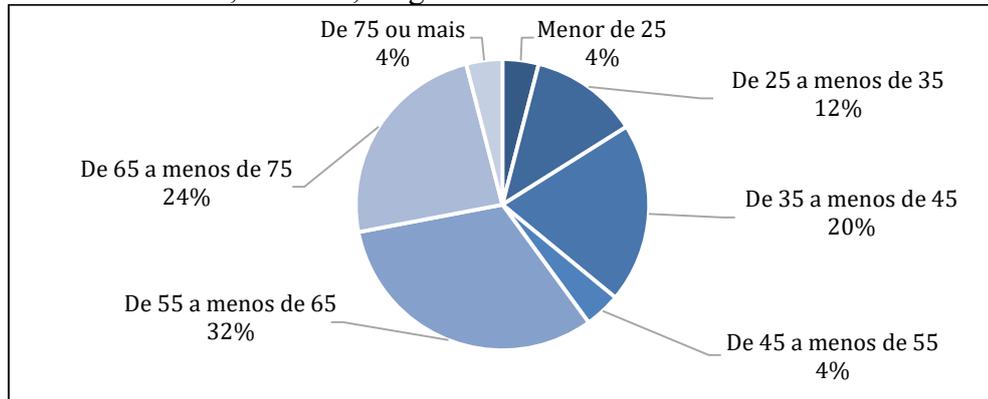
Gráfico 7 - Responsabilidade pela gestão do estabelecimento rural



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como se percebe, em sua maioria, a gestão do estabelecimento rural é realizada pelo respondente com a ajuda de algum familiar (56%). Mas, com a ajuda ou não o respondente faz a administração em 92% dos casos. Nesse cenário, este estudo permite a identificação da idade do gestor do estabelecimento rural, que é apresentada a seguir pelo Gráfico 8:

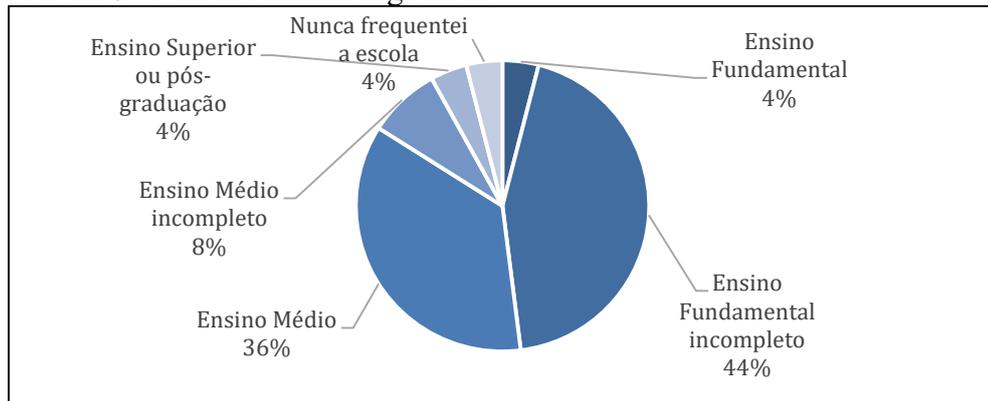
Gráfico 8 - Idade, em anos, do gestor do estabelecimento rural



Fonte: elaborado pela autora (2023).

É possível identificar que a idade do gestor é bastante diversificada, ficando mais concentrada entre 55 e 75 anos, o que corrobora com as teses do IBGE (2017) e da FAO (2022), de que há uma tendência de envelhecimento da população rural e baixa rotatividade geracional. A escolaridade do produtor também é um assunto importante a ser explorado. Inicialmente, por eles próprios, mas também para buscar investigar se o cenário permanece o mesmo em relação aos seus descendentes, fator que pode ser determinante não só para uma possível qualidade e progressão de vida, mas para que a educação, entendida como o acesso ao ensino, não seja o motivo pelo qual seus descendentes tenham que buscar a vida na cidade. O Gráfico 9 traz a escolaridade do produtor ou respondente:

Gráfico 9 - Escolaridade do agricultor



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Percebe-se que a escolaridade também é um fator que demonstra-se diversificado, mas sua concentração é maior em ensino fundamental incompleto e médio. Já quanto ao local onde moram, a maioria reside no estabelecimento rural (84%) e, por isso, a Tabela 11 investiga as opiniões sobre haver ou não dificuldades para o deslocamento até a cidade.

Tabela 11 - Opinião dos agricultores sobre a existência de dificuldades de deslocamento da comunidade rural até a cidade

| Tema | Frequência/percentual |
|---|-----------------------|
| Há dificuldade, a estrada é ruim/péssima | 9 (36%) |
| Não há dificuldades | 14 (56%) |
| Tenho dificuldade porque não possuo veículo próprio | 2 (8%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ficou evidenciado que a maioria não enfrenta dificuldades para, quando necessário, deslocar-se até a cidade, mas vale destacar que 36% julgam que a estrada constitui um empecilho classificado como ruim ou péssimo. Também é relevante a informação de que os respondentes da AAMACORB e AAFAR moram 100 e 92%, respectivamente, no estabelecimento rural e, ainda, que os respondentes da AFFLA residem majoritariamente fora.

Quanto à existência de descendentes, verifica-se que a maioria dos agricultores familiares possuem filhos (80%). A partir dessa informação e sabendo que residem, em sua maioria, na zona rural é importante retornar à questão da escolaridade da nova geração. O estudo buscou descobrir se os filhos estudam ou não, vez que além da educação ser de suma importância poderia ser um dos indicadores capazes de influenciar a decisão dos pais em se manterem no campo. O questionário retornou que a maioria dos filhos não estuda (60%), contudo, mesmo após a realização do pré-teste, essa pergunta restou prejudicada, de forma que é válida, mas não considera que muitos dos filhos já se formaram ou não estão em idade escolar. Logo, quanto ao assunto escolaridade da nova geração é imperioso destacar que através dos

comentários trazidos nas questões abertas e pelo contato, inclusive visual, proporcionado pela pesquisa de campo ficou identificado que, principalmente os(as) associados(as) AAMACORB e AAFAR - que quase unicamente residem em local comum e rural – estão próximos de vários serviços tidos como essenciais, como posto de saúde, igreja, centro comunitário e escola. Desse modo, ainda que a investigação sobre a quantidade de descendentes estudantes não tenha alcançado a sua finalidade, por meio de outros questionamentos foi possível explorar o tema. A Tabela 12, a seguir, mostra a existência ou não de escolas na comunidade rural e se há dificuldade de deslocamento para os estudantes.

Tabela 12 - Existência ou não de escolas na comunidade rural e possíveis dificuldades de deslocamento até ela.

| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Minha comunidade não possui escolas | 2 (8%) |
| Não há crianças na minha comunidade | 1 (4%) |
| Há escola e não há dificuldades | 16 (64%) |
| Há escola, mas meu filho estuda na cidade | 1 (4%) |
| Há escola e há dificuldades | 1 (4%) |
| Não sei responder | 4 (16%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Vários respondentes, até mesmo aqueles que não possuem filhos ou que possuem, mas fora da idade escolar, elogiaram a escola rural e deram a sua opinião sobre os referidos assuntos. A maioria informa que há escola na comunidade e que não há dificuldades de deslocamento até ela. Isso foi justificado pela existência de transporte escolar que apanha as crianças em casa e as leva até a escola. Diversos agricultores disseram que isso é uma melhora muito grande, pois quando estudavam precisavam percorrer grandes distâncias a pé para conseguir chegar até a escola. Apenas um(a) respondente mora na comunidade rural e envia seu (s) filho (s) para estudar na cidade. Também apenas um(a) respondente disse haver escola e dificuldades, o que foi defendido pelo fato de que reconhece a existência da facilidade do transporte escolar, mas que como a van busca as crianças em casa e a estrada é muito ruim acaba ficando complicado. “Várias vezes precisou de puxar a van de trator por causa dos buracos” (RESPONDENTE 2).

Como se vê, a estrada foi indicada, mais uma vez, como um problema. A pesquisa de campo permitiu compreender um pouco sobre este argumento, citado nas Tabelas 11 e 12. Quando da realização de algumas abordagens feitas na comunidade rural do Bárbaras foi necessário o deslocamento até lá, o que permitiu vivenciar, em ínfima escala, a realidade dos(as) respondentes. Isso permitiu perceber que do perímetro urbano até a entrada da comunidade rural a estrada é de asfalto. A partir daí até o centro comunitário, lugar das primeiras conversas, a estrada é de terra, mas é batida e cascalhada, consideravelmente boa. Até então não havia

dimensão do motivo pelo qual os agricultores viam problemas nas estradas, mas a partir do momento em que foi necessário ir até uma residência ficou claro que das casas até a estrada principal há grandes buracos, inclusive apresentando riscos para os veículos que trafegam. Também os agricultores da AFFLA, que majoritariamente não residem na zona rural, questionaram a qualidade das estradas, pois no mínimo passam por ela para ir trabalhar e para vender seus produtos. Mas, tendo em vista que todos vendem seus produtos na feira livre não foi necessário o deslocamento até essas propriedades e, por isso, não é possível trazer impressões da pesquisa de campo.

As respostas contidas Tabela 12 já permitem identificar que o município fornece o transporte escolar. Logo, além dessa informação, seria importante verificar a qualidade desse serviço. A Tabela 13 identifica a qualidade do serviço de transporte escolar prestado pela Prefeitura de Alfenas:

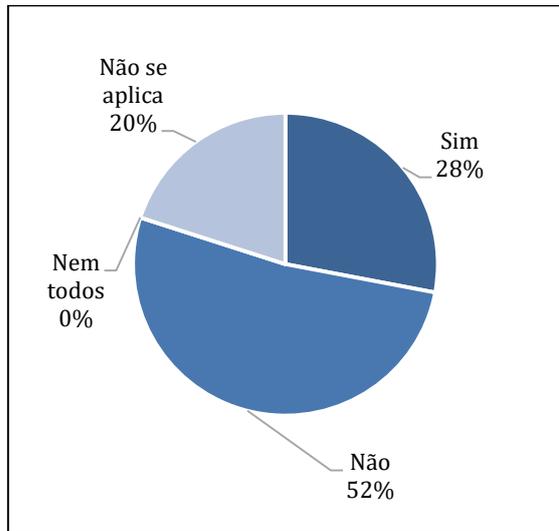
Tabela 13 - Avaliação do serviço de transporte escolar prestado pelo município

| Tema | Frequência/percentual |
|--|------------------------------|
| O transporte é bom/ótimo | 16 (64%) |
| O transporte é bom/ótimo, mas a estrada é ruim | 3 (12%) |
| Não sei responder | 4 (16%) |
| Não se aplica | 2 (8%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

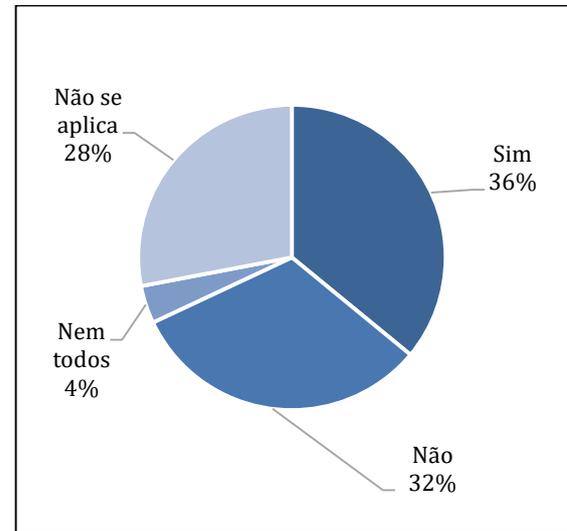
A maioria dos respondentes julgam o transporte como bom ou ótimo e alguns, além de o classificarem dessa maneira, ressaltam a questão, já abordada, da condição das estradas rurais. Ainda com o intuito de verificar a rotatividade geracional, a fixação do homem no campo, foi investigado se os filhos dos agricultores trabalham de forma conjunta aos pais ou se possuem interesse de fazê-lo. O Gráfico 10 traz o quantitativo de respondentes que possuem filho(s) que já exercem a atividade rural e o Gráfico 11 demonstra o interesse dos filhos que ainda não atuam na atividade, mas que possuem interesse:

Gráfico 10 - Quantitativo de respondentes que possuem filho(s) que trabalham na atividade rural



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Gráfico 11 - Interesse dos filhos no trabalho rural



Fonte: elaborado pela autora (2023).

O resultado demonstra a materialização da preocupação da FAO (2022), pois indica que a maioria dos filhos não trabalham com os pais na atividade rural (GRÁFICO 10), mas sinaliza uma tendência de renovação dessa população (GRÁFICO 11). Os agricultores que mencionaram que os filhos não têm interesse em continuar a atividade (32%) relacionaram os motivos. A Tabela 14 elenca quais seriam:

Tabela 14 - Motivos que justificam a falta de interesse dos filhos em exercer a atividade rural

| Tema | Frequência/percentual |
|---|-----------------------|
| Falta de auxílio ou assistência governamental | 1 (12,5%) |
| Interesse natural por outra atividade | 3 (37,5%) |
| Natureza braçal do trabalho | 3 (37,5%) |
| Baixo retorno financeiro | 1 (12,5%) |
| Ausência de convívio com pai/mãe (pais divorciados) | 1 (12,5%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A resposta de um(a) agricultor(a) gerou duas categorias distintas e o total delas deixou demonstrado que a maioria dos motivos dos descendentes não terem interesse em prosseguir na atividade rural está relacionada às dificuldades que a circundam. Dentre elas foram elencadas o trabalho braçal, que pode ser penoso tendo em vista a exposição ao solo e o esforço físico, o intitulado baixo retorno financeiro e a falta de investimentos do governo.

O Gráfico 11, ainda, demonstra que o número de filhos que possuem interesse em continuar a atividade rural é maior do que o número dos que não têm essa vontade. Aliás, quando são analisados criticamente fica evidenciado que a opção não se aplica faz referência

não só a quem não tem filho(s), mas também às crianças que não possuem idade para o trabalho e nem para escolher em continuar ou não a atividade rural. Nesse sentido, a vontade de prosseguir pode ser influenciada pelos próprios pais que por motivos variados gostariam (48%) ou não (32%) que seus filhos continuassem a atividade, sem considerar aqueles que devido à pouca idade dos filhos não gostariam de opinar, para que isso fique a critério da criança (20%).

A seguir, a Tabela 15 enumera os motivos pelos quais os pais gostariam que seus filhos continuassem o trabalho rural.

Tabela 15 - Motivos pelos quais os pais gostariam que seus filhos continuassem o trabalho rural.

| Tema | Frequência |
|------------------------------------|-------------------|
| Tradição/Herança | 5 (41,67%) |
| Eu gosto muito e recomendo | 3 (25%) |
| Meu(s) filho(s) gostam muito | 2 (16,67%) |
| Os ganhos são iguais aos da cidade | 1 (8,33%) |
| Não respondeu | 1 (8,33%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Um dos(as) respondentes manifestou interesse na continuidade dos filhos na atividade, mas não precisou o motivo. Para aqueles que possuem essa vontade e especificaram o motivo, a maioria justifica seu desejo pelo fato de ser uma tradição ou herança. A Tabela 16 elenca as razões daqueles que não gostariam que os filhos continuassem o trabalho rural.

Tabela 16 - Motivos pelos quais os pais não gostariam que seus filhos continuassem o trabalho rural.

| Tema | Frequência |
|---|-------------------|
| Dificuldades de hoje | 1 (12,5%) |
| Que sigam o que têm vontade | 1 (12,5%) |
| Possibilidade de dificuldades financeiras | 1 (12,5%) |
| Dificuldades do trabalho rural | 5 (62,5%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

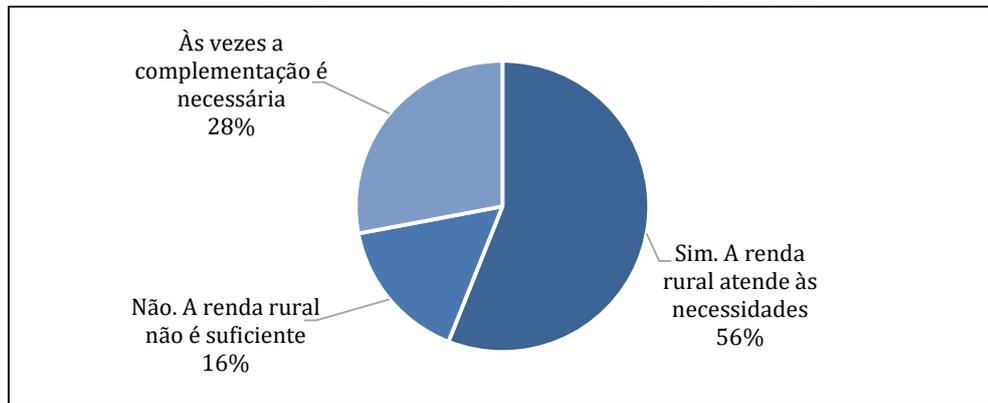
A maioria deles indicam que devido às dificuldades do trabalho rural preferem que os filhos sigam outros caminhos. Alguns(as) disseram: “Procurar condições melhores para os filhos. Não quero que sofram igual eu sofri” (RESPONDENTE 4) ou “Para estudarem. Porque na roça é sofrido, sol quente. Você planta e fica à mercê do tempo, como a geadá” (RESPONDENTE 5).

Para que a vontade desses pais se concretize e os filhos decidam por permanecer no campo, é necessário verificar se eles conseguem extrair sua renda unicamente de seu estabelecimento rural. Segundo Mazoyer e Roudart (2010) a busca por renda fez com que algumas famílias se dividissem entre o trabalho no campo e a busca por empregos temporários

e permanentes no mercado capitalista, o que enfraquecia a capacidade de produção e os forçava ao êxodo para as periferias da cidade. Ademais, a evasão da mão de obra familiar e a diminuição da renda originada do estabelecimento podem gerar o desenquadramento da família como agricultores familiares, já que a exigência é mão de obra predominantemente familiar e mínimo de 50% da renda familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento (BRASIL, 2006).

Nesse viés, é necessário saber se os agricultores familiares conseguem suprir a necessidade financeira total da família apenas com suas vendas/produção ou se é necessária a complementação, o que é representado pelo Gráfico 12:

Gráfico 12 - Possibilidade de as vendas provenientes da atividade rural atenderem às necessidades financeiras da família

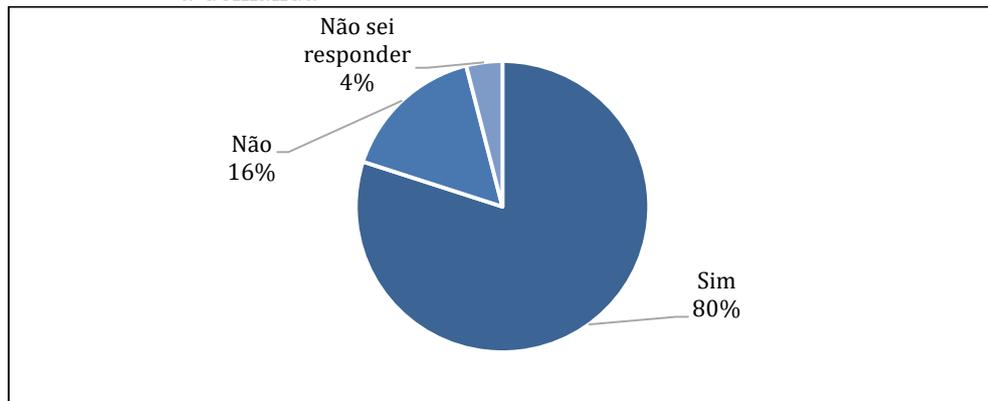


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como se vê a maioria dos agricultores julgam que têm conseguido atender suas necessidades financeiras a partir do trabalho rural. Aqueles que disseram que a complementação frequentemente ou às vezes é necessária informaram que fazem faxina ou possuem renda de aposentadoria.

Quando questionados se vendem ou já venderam para mercados, supermercados, hortifrutis ou cooperativas a maioria informa que não (64%), mas que gostariam de vender (52%). Todos os associados da AFFLA já venderam ou vendem para esses estabelecimentos, enquanto os da AAFAR somam 16% e as da AAMACORB nunca realizaram esse tipo de transação. O Gráfico 13 demonstra a opinião dos agricultores quanto à possibilidade de aumentarem a sua produção em razão de maior demanda.

Gráfico 13 - Perspectiva do produtor para aumento de produção em resposta à demanda

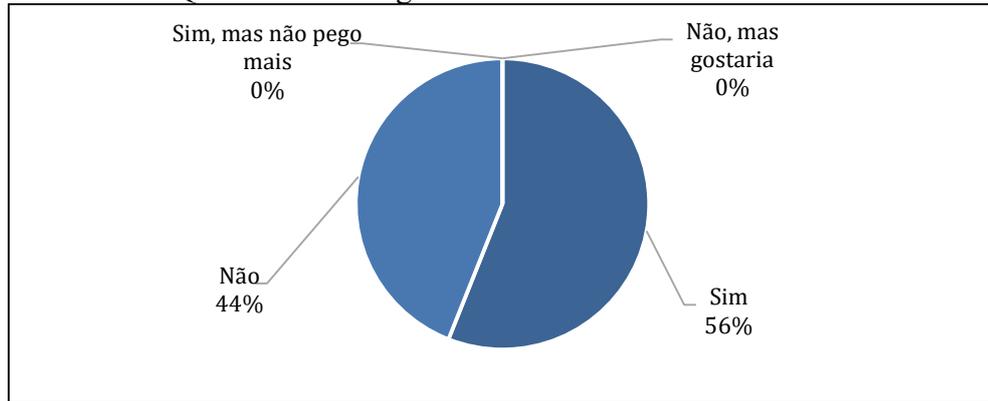


Fonte: elaborado pela autora (2023).

A maioria, entre as três associações, afirmou que se tivessem mais mercado, ou seja, mais formas de escoar a produção, conseguiriam produzir mais para atendê-lo (80%). Dois dos agricultores disseram não ter possibilidades de produzir mais para uma possível demanda, mas que isso ocorre em razão de considerarem que sua idade, um entre 55 e 65 anos e o outro de 75 anos ou mais, não os permitiria maiores esforços. Dentre os que não tem acesso a esse mercado e que gostariam de ter, se propondo a aumentar sua produção para atendê-lo, todos disseram que o intuito seria aumentar suas vendas para ganhar mais dinheiro. Um dos agricultores(as) destacou as dificuldades enfrentadas para ingressar nesse mercado: “Eles exigem nota fiscal e não temos, gostaria de vender porque tem produto que falta lá e não compram por causa da nota fiscal. É bom porque tem mais lugar para vender. Mas, pagam pouco para nós e vendem caro.” (RESPONDENTE 2)

Um dos fatores que podem contribuir para a sobrevivência da agricultura familiar é a política de crédito (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). O estudo buscou identificar quantos agricultores já tomaram empréstimo em bancos ou financeiras. A finalidade era verificar se estão, de fato, acessando o PRONAF ou se por qualquer motivo têm tomado outra linha crédito, o que poderá resultar em taxas mais elevadas e maior oneração. O Gráfico 14 retrata o quantitativo de agricultores que já tomaram crédito, que tomaram e não tem mais interesse, que nunca tomaram crédito ou que não, mas gostariam dele.

Gráfico 14 - Quantitativo de agricultores tomadores de crédito



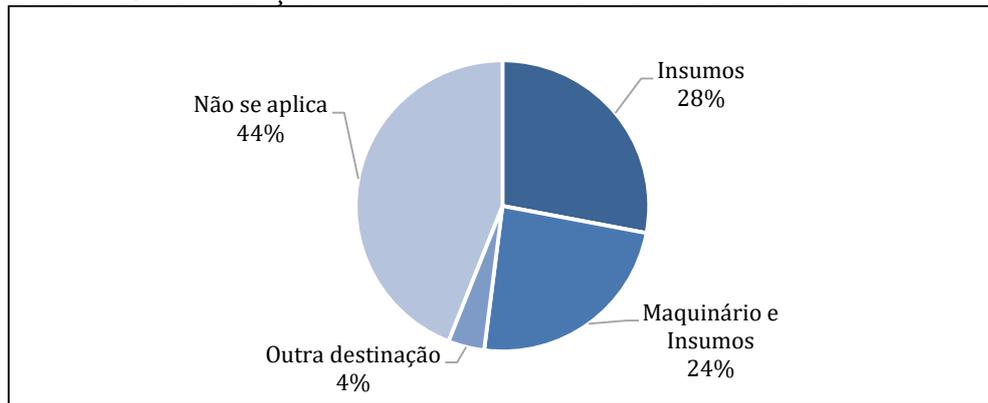
Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ficou identificado que 56% dos agricultores já tomaram crédito (Gráfico 14) e que 100% deles utilizaram o PRONAF – um respondente do pré-teste, que teve suas respostas desconsideradas, foi o único a dizer que tomou crédito de outra natureza, mas que o fez em razão de sua documentação de produtor não estar concluída e que após a resolução da questão passou utilizar-se do PRONAF.

Nesse cenário, para que a política pública seja realmente efetiva o acesso ao crédito deve ser amplo. Contudo, na visão de quase 65% dos respondentes que já tomaram crédito, há dificuldades no processo. A maioria justificou que a dificuldade seria em razão da grande quantidade de documentos que é exigida. O produtor acha difícil organizar a documentação solicitada pelas instituições financeiras, mas provavelmente a exigência deve ser padrão e realmente necessária. O cerne do problema pode ser o fato de grande parte deles terem baixa escolaridade (GRÁFICO 8) e, por isso, a dificuldade para apresentar a documentação. Alguns, ainda, relataram que as maiores dificuldades são: a necessidade de avalista; que somente os grandes são bem atendidos e que há tentativas de venda casada²⁹ por parte da instituição financeira. O valor liberado também é uma questão a ser avaliada, quase 79% dos respondentes informaram que a quantia foi compatível com suas necessidades e a utilização do crédito está descrita abaixo, no Gráfico 15:

²⁹ Prática vedada pelo Código de Defesa do Consumidor. Consiste em condicionar o fornecimento de produto ou de serviço (ou limitá-los quantitativamente) ao fornecimento de outro produto ou serviço (art. 39, I, da Lei 8.078/90).

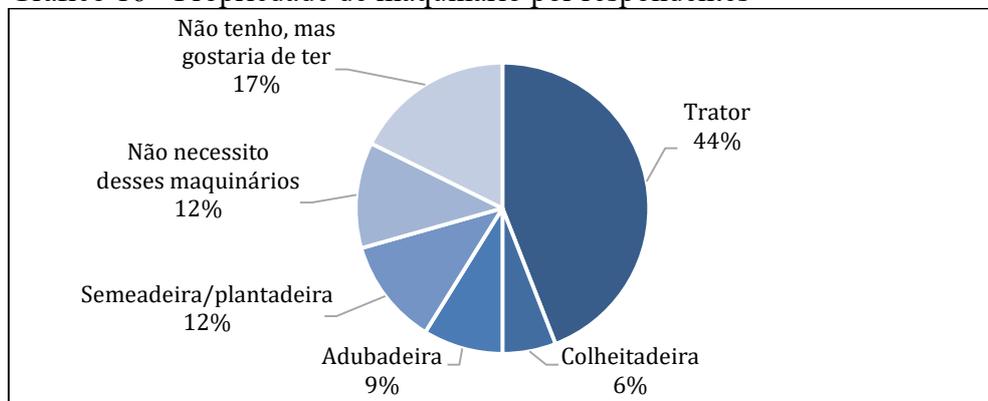
Gráfico 15 - Destinação do crédito obtido através do PRONAF



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os recursos foram utilizados para a compra de maquinário e insumos (24%), apenas insumos (28%) ou para outra finalidade (4%). Dos produtores que tomaram crédito (Gráfico 13) 78,5% encontraram dificuldade para realizar a quitação. O comentário geral sobre a questão é a normalidade em existir dificuldades para pagar “contas”, mas muitos dos respondentes apontaram a instabilidade do trabalho rural como principal dificuldade, pois convivem com diversas intempéries. Vários deles citaram a última geada que atingiu a região³⁰ e fez com que perdessem a sua produção. Inclusive, disseram quase ter desistido da atividade rural. Foram, ainda, questionados sobre a existência ou não da propriedade de maquinário, já que o gráfico acima demonstra o financiamento para tal e como demonstrado na Tabela 10, que categoriza a percepção de mudança no processo produtivo, a maioria julga que houve melhora devido ao avanço da tecnologia – aqui considerada apenas com relação ao maquinário. Desse modo, o Gráfico 16 demonstra a existência de maquinários por respondente:

Gráfico 16 - Propriedade de maquinário por respondentes



Fonte: elaborado pela autora (2023).

³⁰<https://www.otempo.com.br/cidades/geadas-nao- ficam-so-no-sul-e-atingem-diversas-regioes-de-minas-1.2670347>.

Ficou evidenciado que 29% dos respondentes não possuem qualquer dos maquinários descritos acima e que alguns possuem mais de um desses equipamentos. Aqueles que não possuem maquinário ou os que possuem algum, mas não todos, costumam suprir suas necessidades através de locação.

Um ponto importante deve ser apontado nesta questão, qual seja, que pelo fato da propriedade (tanto da terra quanto dos equipamentos) ser familiar alguns podem fazer menção aos mesmos equipamentos. Como já abordado, os respondentes foram selecionados a partir de sua habilitação no processo do PNAE no município de Alfenas e, por isso, dentro do mesmo estabelecimento mais de um agricultor foi chamado a responder o questionário. Por isso, destaca-se que essa questão não pode ser considerada por estabelecimento.

Os respondentes foram questionados a respeito da atuação do município, se há algum tipo de auxílio ou incentivo aos agricultores familiares, é o que aborda a Tabela 17, abaixo:

Tabela 17 - Percepção dos agricultores familiares quanto ao auxílio/incentivo municipal

| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Não há auxílio ou incentivo | 14 (56%) |
| Há auxílio ou incentivo pela disponibilização de trator | 5 (20%) |
| Há auxílio ou incentivo pela disponibilização do transporte escolar | 2 (8%) |
| Há auxílio ou incentivo, mas atrelados à alguma gestão municipal (não citam qual) | 2 (8%) |
| Merenda Escolar | 1 (4%) |
| Não sei responder | 1 (4%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

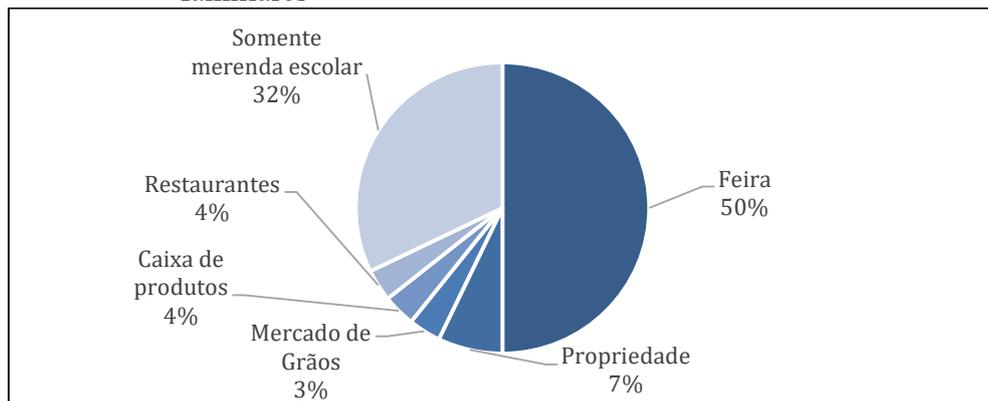
A maioria julga não haver auxílio ou incentivo por parte do município aos agricultores familiares e daqueles que acreditam haver o principal motivo é a disponibilidade de um trator para a comunidade. Esse veículo está na comunidade dos Bárbaras e pode ser utilizado desde que o agricultor solicite, entre na fila e pague pelos gastos de combustível e manutenção.

Uma outra forma de auxílio para o agricultor familiar, que poderia contribuir para o seu fortalecimento, é a EMATER-MG, já que oferece serviços que vão da orientação para tomada de crédito, emissão do CAF até o manejo do solo. Os técnicos da EMATER-MG são engenheiros capacitados que prestam atendimento presencial aos agricultores familiares, o que significa orientá-los sobre o crédito rural, plantio e colheita dos alimentos. Dessa forma, os agricultores foram questionados se eram cadastrados na EMATER-MG e se conheciam algum tipo de benefício oferecido por ela. O primeiro questionamento era meramente introdutório, pois para serem fornecedores do PNAE precisariam do CAF, que é emitido pela EMATER-MG, e, portanto, necessitam ser cadastrados. Já com relação aos benefícios oferecidos por ela

72% disseram conhecer e 28% não. É importante destacar que vários participantes mencionaram que a empresa deveria ter mais funcionários, especialmente mais técnicos disponíveis para atendimento a campo. Reconhecem que o trabalho deles “ajuda muito”, mas afirmam que o efetivo não consegue atender à demanda de produtores que buscam atendimento, que quando são chamados demoram muito e que se não forem cobrados não há a realização das visitas. Ressaltam que algumas demandas deveriam ser consideradas urgentes, tendo em vista a cultura plantada. Esse cenário pode ser contrastado aos números contidos na Tabela 8, que apresenta o demonstrativo de agricultores familiares atendidos pela EMATER-MG no município de Alfenas e sinaliza uma diminuição de mais de 50% dos atendimentos. Desse modo, o questionário contribuiu para demonstrar que essa queda substancial não ocorreu em razão de desinteresse dos destinatários do serviço, ao invés disso estão protestando pela demora no atendimento por parte da empresa.

Para investigar os limites e possibilidades do PNAE, seu impacto socioeconômico, buscou-se a visão dos próprios agricultores familiares. Inicialmente, foi identificado que 32% deles destinam seus produtos apenas à merenda escolar. O Gráfico 17 demonstra as formas de escoamento da produção, levando em consideração que há agricultores que vendem seus produtos através de mais de uma forma ou canal.

Gráfico 17 - Formas de comercialização da produção dos estabelecimentos familiares

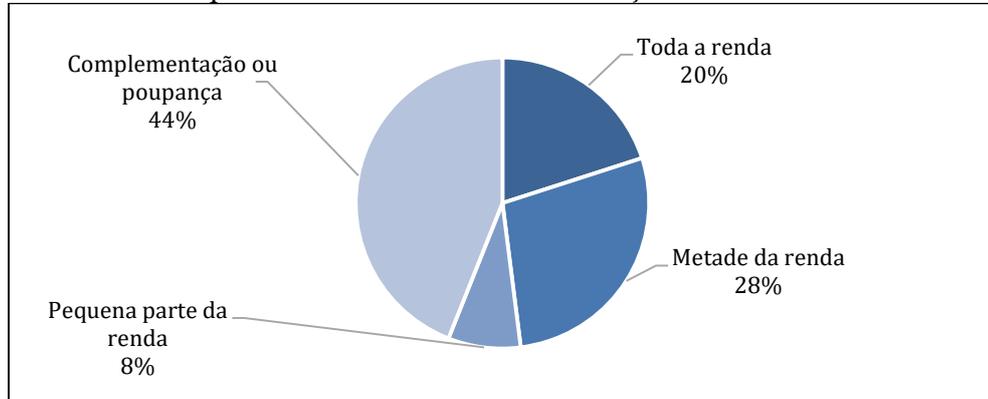


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Além da merenda escolar, os agricultores vendem, majoritariamente, seus produtos na Feira Livre de Alfenas, além de os venderem na propriedade, mercado de grãos, caixinha de produtos em domicílio/caixinha feita pelo PNAE na época da pandemia e restaurantes. Alguns agricultores mencionaram que sua produção é voltada para a merenda e o excedente é direcionado à feira livre. Diante disso, seria importante compreender qual a importância da

renda advinda da merenda escolar para o orçamento familiar e qual seria o impacto caso o PNAE não existisse ou deixasse de adquirir os produtos da agricultura familiar.

Gráfico 18 - Representatividade do PNAE no orçamento familiar

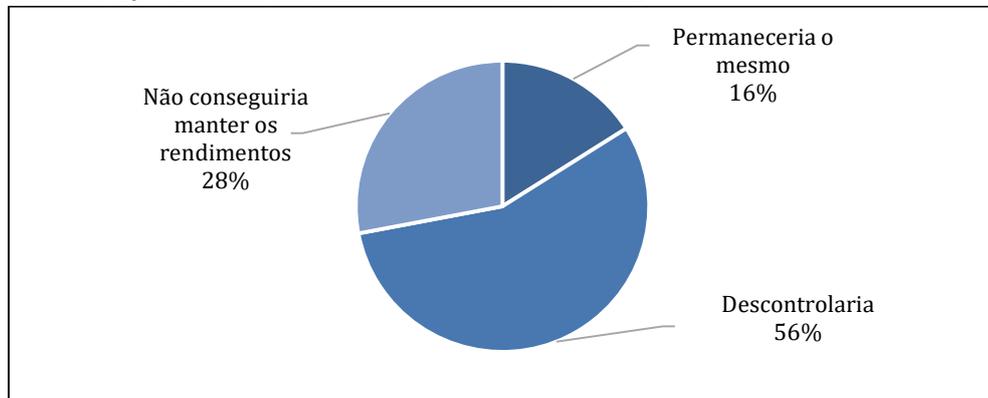


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Nota: “Pequena parte da renda” e “complementação ou poupança” foram respostas espontâneas ditas pelo respondente no momento da abordagem.

Nesse quesito seria importante destacar as respostas por associação. Na AFFLA o PNAE representa uma complementação (80%) ou pequena parte da renda (20%). Na AAMACORB, uma poupança ou complementação (42,9%), pequena parte (14,3%) metade (28,5%) ou toda a renda (14,3). Na AAFAR é uma complementação (30,77%), metade da renda (38,47%) ou toda a renda (30,77%). O programa não precisa representar toda a renda do produtor, o que de fato é necessário para ser fornecedor do PNAE é o enquadramento como estabelecimento de agricultura familiar. Entretanto, percebe-se que na comunidade dos Bárbaras, especialmente na AAFAR o programa é indispensável para o orçamento familiar. O Gráfico 19 demonstra o impacto da política pública nos rendimentos desses agricultores:

Gráfico 19 - Padrão de rendimentos sem o PNAE



Fonte: elaborado pela autora (2023).

De forma majoritária, entre todas as associações, ainda que represente uma complementação de renda, os rendimentos do PNAE se mostram estratégicos para o orçamento familiar. Nesse cenário de representatividade econômica, foi investigado como foram suas vendas durante o período da pandemia de COVID-19, já que as escolas estiveram fechadas, assim como a Feira Livre de Alfenas havia sido suspensa por um período. Ficou constatado que 80% tiveram suas vendas diminuídas e 20% permaneceram da mesma forma. Vale destacar que após o fechamento das escolas a Lei 13.987/20 assegurou o fornecimento de produtos ao PNAE, garantindo que os alunos matriculados nas escolas tivessem acesso a cestas de alimentos, por isso, os produtores voltaram a fornecer para o PNAE³¹, assim como a feira livre voltou a funcionar.

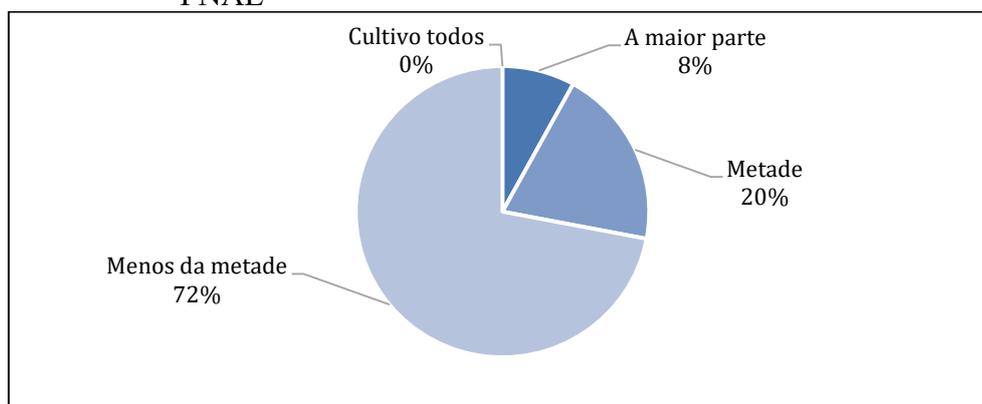
Como já abordado, as associações participaram do edital da chamada pública 001/2022 sendo compostas por diversos produtores individuais. Nesse cenário, os agricultores informaram que a associação e a EMATER-MG, de forma conjunta (64%), ou somente a associação (24%) ou apenas a EMATER-MG (8%), são responsáveis pela documentação do PNAE. De fato, a EMATER-MG emite o CAF, documento necessário para a habilitação como fornecedor e a associação é quem organiza a documentação e os representam nas chamadas públicas. O que de fato é importante é que 100% dos agricultores disseram nunca ter deixado de fornecer alimentos ao programa em razão de problemas ou ausência de documentação. Esse dado é relevante pelo fato da questão de a documentação ser algo que geraria dificuldade ao produtor, como evidenciado no assunto “crédito” em que a documentação é apontada como a principal dificuldade.

A maioria dos agricultores familiares (68%) fornecem alimentos à Merenda Escolar há mais de 5 anos, alguns há mais de 15 anos (20%). Todos já passaram por alguma mudança de gestão municipal e 36% acreditam que isso já modificou para melhor ou pior a quantidade e diversidade de produtos adquiridos pelo PNAE. Um(a) dos respondentes ressaltou que já houve gestão “que teve que devolver o dinheiro não utilizado pelo PNAE” (RESPONDENTE 2). Alguns afirmam que a gestão atual faz um bom trabalho e a maioria disse ter percebido grande diferença, para melhor, a partir da gestão de 2016 a abril de 2022.

Como identificado na chamada do município há a requisição de 31 tipos de alimentos diferentes. Sendo assim, cada agricultor foi questionado sobre a quantidade de produtos produzidos e requisitados pela merenda, é o que demonstra o Gráfico 20:

³¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/652552-lei-garante-alimentos-da-merenda-a-alunos-com-aulas-suspensas-por-pandemia/>.

Gráfico 20 - Quantidade de produtos produzidos a partir do portfólio do PNAE



Fonte: elaborado pela autora (2023).

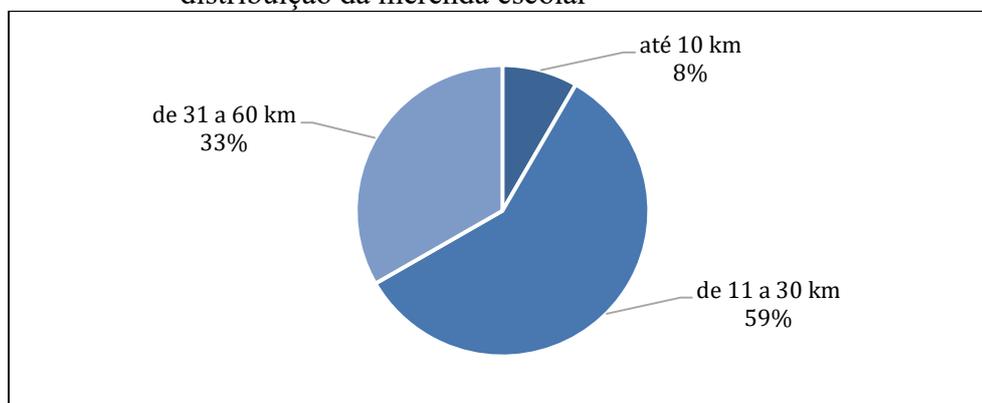
É possível identificar que a maioria produz menos da metade dos produtos e que, por isso, o fornecimento da merenda é composto pela união de diversos agricultores. Essa afirmação pode gerar duas interpretações distintas verificadas no trabalho de campo. A primeira de que algumas associações identificam a quantidade de produtos solicitados e divide entre os agricultores que os produzem e tem disponibilidade para aquela semana. Por exemplo, o quantitativo de abóbora madura (primeiro item da lista da merenda escolar) é de 150 unidades por entrega. A segunda, que alguns alimentos são fornecidos por poucos ou por apenas um agricultor, o que pode ocorrer pelo fato de que somente aqueles produzem determinado alimento ou porque se organizam para que cada um ofereça determinado produto.

Ainda em relação ao portfólio de produtos, buscou-se identificar se há culturas produzidas e não adquiridas pelo PNAE. É certo que o município atende ao requisito da Lei Federal que exige que esses produtos sejam relacionados pelo(a) nutricionista responsável pelo programa, mas julgamos importante conhecer esses produtos não relacionados pelo fato de que o próprio município pode desconhecer aquilo que é produzido, que poderia ser incluído nessa lista ou confirmar que de fato os alimentos produzidos já são requisitados ou, ainda, que não são amplamente consumidos, principalmente, por tratar-se da alimentação de crianças em idade escolar. A pesquisa demonstrou que a maioria dos agricultores produzem apenas o que é requisitado na lista da merenda escolar (64%) o restante também produz: milho, feijão, batata, frutas não utilizadas para a polpa, jiló e quiabo. Nesse cenário, é possível apontar que esses produtos poderiam ser substituídos por outros já requisitados, como é o caso da batata, que é adquirida pelo programa na qualidade de batata-doce. O jiló e o quiabo podem não ser tão bem recebidos pelo público destinatário. Entretanto, especificamente o feijão, tipicamente utilizado na culinária brasileira, é produzido por agricultores familiares fornecedores do PNAE e não é

relacionado no portfólio, sendo adquirido pelo município via pregão, o que não privilegia a agricultura familiar.

Finalmente, era importante entender como funciona a entrega desses alimentos, já que o que se sabia é resultado da pesquisa documental que demonstrou que é feita no centro de distribuição da merenda escolar, uma vez por semana. O questionário permitiu descobrir como os alimentos são entregues, a distância percorrida pelo agricultor(a) e demonstrou que pouco mais da metade deles tem seus produtos entregues pela própria associação. Isso ocorre porque a polpa de fruta produzida pela AAMACORB, ainda que temporariamente, é levada gratuitamente por um morador da comunidade que trabalha no setor da merenda escolar e pelo fato de que alguns associados da AAFAR - que é mais numerosa -, entregam a produção na sede da associação, onde os produtos são recolhidos, separados e levados até a distribuição da merenda - o frete é pago pela associação. Nem todos os agricultores da AAFAR fazem dessa maneira, alguns entregam pessoalmente o produto no centro de distribuição, como é o caso dos associados da AFFLA, que fazem a entrega individualmente. O Gráfico 21 retrata a distância percorrida pelos agricultores que fazem pessoalmente a entrega dos produtos, considerando a ida e a volta:

Gráfico 21 - Distância percorrida para a entrega dos alimentos no centro de distribuição da merenda escolar



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Nesse cenário, a maioria daqueles que fazem a entrega dos produtos pessoalmente precisam se deslocar até 30 km para sair de suas propriedades, entregar os produtos e retornar. Tendo em vista que as associações organizam a documentação de seus associados, participam dos certames das prefeituras e, em alguns casos, realizam a entrega dos produtos é possível inferir que elas têm participação ativa no dia a dia dos agricultores. Por isso, era importante descobrir se o processo para se tornar um associado era algo difícil ou não. A maioria (92%)

julga que se associar é fácil. As vantagens em ser um associado estão descritas a seguir, conforme Tabela 18:

Tabela 18 - Vantagens identificadas pelos agricultores em fazerem parte de uma associação

| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Busca por recursos públicos que auxiliem o produtor | 1 (4%) |
| Organização de documentação em geral | 7 (28%) |
| Possibilitar a participação e entrega de produtos à merenda escolar | 11 (44%) |
| Nenhuma | 4 (16%) |
| Não sei responder | 2 (8%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A principal vantagem identificada por eles é a possibilidade do agricultor se tornar fornecedor do PNAE através de sua associação e ter seus produtos entregues por ela. Por isso, também era importante saber se há algum custo ou mensalidade para se associar. Para 72% dos respondentes há um valor a ser pago, sendo que, 50% deles informam que há um percentual de 6% das vendas que é retido pelas associações para o pagamento de custos como folha salarial e eventuais despesas.

Diante de tudo isso e por esse trabalho emergir do âmbito das ciências sociais, que conforme Chauí (2000, p. 345) “refere-se àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto”, não seria possível abordar os agricultores para buscar conhecer diversos temas de suas vidas sem voltar o olhar para eles próprios, ou melhor, sem provocar que eles mesmos voltassem o olhar para si. Não bastaria a este estudo buscar apenas um diagnóstico que explorasse dados demográficos. Até o presente momento, diversas questões foram além desse objetivo, pois tocaram em assuntos que transcendem a realidade deles para buscar as suas aspirações ou percepções, como o interesse de que os filhos continuem ou não a vida rural.

Nesse viés, é relevante investigar como eles mesmos enxergam o papel determinante que exercem na sociedade através do seu trabalho. A Tabela 19 relaciona o que cada um julga significar ser um(a) agricultor(a):

Tabela 19 - Significado de ser agricultor na visão dos respondentes

| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Vocação | 2 (8%) |
| Importância para economia e para o consumidor | 6 (24%) |
| Subsistência | 4 (16%) |
| Realização pessoal | 11 (44%) |
| Trabalhar de forma autônoma | 2 (8%) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Para a maioria deles, a realização pessoal é o significado de ser agricultor. Isso fica evidente nas falas: (I) “Eu tenho o maior orgulho. O que nós produzimos alimenta as pessoas.” (RESPONDENTE 6) (II) “Gosto pela profissão. Mais importante que médico” (RESPONDENTE 4). É também expressiva a quantidade de agricultores que entendem que ser produtor significa ser importante para a economia e para os consumidores, como se percebe das falas: (I) “Somos o termômetro de preço, influenciemos os preços dos hortifrutis” (RESPONDENTE 7). (II) “Nós regulamos o preço, se não produzirmos os grandes colocam o preço que quiserem” (RESPONDENTE 8). Com relação à subsistência foi dito (I) “É através da atividade rural que tira o sustento da família” (RESPONDENTE 9). Há aqueles que acreditam que seu significado seja associado ao trabalho autônomo: (I) “Trabalhar para você mesmo, você trabalha mais que empregado, mas é gratificante e melhor trabalhar por conta própria” (RESPONDENTE 10). Esse último tema não deixa de ser uma realização pessoal, mas é mais voltado ao interesse da autonomia laboral. Por fim, a vocação também foi um significado informado, assim como identificado nestas colocações (I) “Cada um tem sua função na vida e na Terra, eu nasci para ser produtor, é o que eu gosto.” (RESPONDENTE 11) (II) “Herança de família” (RESPONDENTE 12).

No mesmo caminho de caracterização, foram questionados sobre o que é agronegócio e se seriam parte dele. Várias respostas foram apenas informando sim, não ou não sei responder (44%), sem haver a discussão a respeito do termo. Os que acreditam ser ou participar dele somam 60%, enquanto os que não se consideram 24% e 16% não souberam ou não quiseram responder. Apenas dois agricultores trouxeram uma abordagem mais direta em relação ao agronegócio: (I) “que planta feijão, milho e hortifrutis” (RESPONDENTE 13); (II) “fomenta muita coisa, mas há uma disparidade entre o agro e a agricultura familiar, pela remuneração. O agro trabalha com produtos pouco perecíveis e a agricultura familiar com produtos muito perecíveis” (RESPONDENTE 14). Os demais, que chegaram a fazer referência ao conceito, tiveram uma abordagem indireta, falaram sobre ele para justificar a resposta dada. Entre as justificativas estão:

Quadro 1 - Algumas das justificativas dadas pelos respondentes que informaram ser ou sentirem-se parte do agronegócio.

| |
|---|
| (I) “5 hectares para mim é uma empresa, dá mais dinheiro que muita empresa da cidade” (RESPONDENTE 5) |
| (II) “Os pequenos vendem aqui e os grandes para fora” (RESPONDENTE 2) |
| (III) “Porque eu gosto de trabalhar na atividade rural” (RESPONDENTE 15) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Quadro 2 - Algumas das justificativas dadas pelos respondentes que informaram não ser parte do agronegócio.

| |
|--|
| “Porque estou começando” (RESPONDENTE 16) |
| “Quem faz parte são os mais graúdos. Os pequenos não” (RESPONDENTE 17) |
| “Porque agronegócio é para produtor grande” (RESPONDENTE 3) |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como se vê, aqueles que informaram ser ou sentirem-se parte do agronegócio (Quadro 1) o fizeram em razão de associá-lo a uma atividade empresarial, de escala local ou não, havendo uma divisão que é determinada, provavelmente, em razão do destinatário da produção (I e II). Além de associarem que a atividade rural é sinônimo de agronegócio (III). Aqueles que não se consideram parte dele (QUADRO 2), apesar de estarem na direção inversa, também utilizaram o tamanho do estabelecimento como critério de qualificação – excetuando o(a) respondente que julga não ser parte dele porque está começando.

Assim, diante dessas respostas, é possível sinalizar que o termo agronegócio se apropriou, em certa medida, da própria agricultura. Aqueles que julgam ser ou fazer parte dele (60%) acreditam que tudo o que fazem é agronegócio, pois além de haver quem o trate como um sinônimo de agricultura, os produtores acreditam que a diferença está no tamanho da propriedade e no mercado consumidor, a destinação dada aos produtos. É certo que essas são algumas das características marcantes do agronegócio, mas para estes agricultores esses critérios parecem ser apenas uma divisão por escalas, como se tudo fosse o agro e houvesse uma subdivisão que os contemplasse, como se o agronegócio fosse um gênero que se divide em grandes e pequenos produtores.

Já para aqueles que disseram não ser ou não pertencer ao agronegócio (24%), as justificativas parecem ter o mesmo critério: o tamanho. Contudo, aparentemente, utilizam essa característica para se excluírem de tal universo. Nessa situação a palavra tamanho, que faz referência ao estabelecimento ou empreendimento, seria quase como um homônimo, sendo grafada da mesma forma, mas traduzindo significados diferentes.

Como trazido por esta pesquisa, o termo agronegócio se popularizou no Brasil a partir de 1990 como uma tradução literal da expressão estadunidense *agribusiness*. Representa atividades agropecuárias em grande escala e grandes extensões de terra, sendo identificado como sinônimo de eficiência, ganhos de produção e produtividade (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SAUER, 2008). Ainda segundo Van Der Ploeg (2008, p. 20), trata-se de um modelo fortemente centralizado “constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial”. A palavra, ainda, teve um duplo significado no Brasil. A mídia e, inclusive, autoridades políticas deslocaram o

sentido original da palavra transformando-a em uma designação para caracterizar as corporações da indústria alimentícia (POMPEIA, 2021).

Uma das aspirações daqueles que criaram e veicularam esse termo era a extinção dos pequenos estabelecimentos, razão pela qual é possível apontar incompatibilidade entre o agronegócio e a agricultura familiar - Davis sustentava que as pequenas propriedades agrícolas se tornaram inviáveis, devido a necessidade de maiores unidades produtivas agrícolas (DAVIS, 1955 *apud* POMPEIA, 2021)³². O quadro a seguir faz um compilado desses referenciais e estabelece um paralelo com as respostas encontradas a partir da aplicação do questionário, para demonstrar a alegada contraposição.

Quadro 3 - Compilação de principais conceitos de agronegócio extraídos do referencial bibliográfico e das respostas obtidas no questionário.

| | Referencial bibliográfico | Respostas do questionário |
|-------|---|--|
| (I) | O <i>agribusiness</i> representa atividades agropecuárias em grande escala e grandes extensões de terra, sendo identificado como sinônimo de eficiência, ganhos de produção e produtividade (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; SAUER, 2008) | Como identificado no Gráfico 3, a maioria dos agricultores (88%) possuem até 10 hectares de terra para morarem e produzir. |
| (II) | Trata-se de um modelo fortemente centralizado “constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 20). | Quando os agricultores familiares foram questionados sobre vendas para mercados, supermercados, hortifrutis ou cooperativas (p.94), a maioria deles informaram que nunca venderam ou que atualmente não vendem (64%), mas que gostariam de vender (52%). |
| (III) | O termo, ainda, teve um duplo significado no Brasil. A mídia e, inclusive, autoridades políticas deslocaram o sentido original da palavra transformando-a em um novo substantivo para designar as corporações da indústria alimentícia (POMPEIA, 2021). | A maioria dos agricultores abordados (64%) sempre trabalharam na atividade rural (GRÁFICO 1) e apesar de serem majoritariamente proprietários de suas terras (GRÁFICO 2) e conseguirem se manter financeiramente do trabalho rural (GRÁFICO 12) a maioria possui pequenas propriedades (GRÁFICO 3). |
| (IV) | Os fazendeiros mais inseridos nas atividades comerciais, deveriam ser estimulados gestonária e tecnologicamente, o que permitia a inclusão de agricultores familiares, apenas, de renda mais elevada. Os de renda mais baixa, poderiam buscar, junto ao governo, tentar aumentar suas terras ou, em sua grande maioria, buscar trabalhos fora do meio rural. É importante destacar que em outros momentos Davis já havia deixado claro que, para ele, o desenvolvimento rural não aconteceria junto ao governo, mas da relação com a iniciativa privada (DAVIS, 1955, <i>apud</i> POMPEIA, 2021). | A renda do produtor não foi abordada diretamente, entretanto, foram questionados sobre a possibilidade de as vendas provenientes da atividade rural atenderem às necessidades financeiras da família (GRÁFICO 12). Dos respondentes, 56% disseram que conseguem suprir suas necessidades apenas da atividade rural, enquanto 44% necessitam, às vezes, de complementação ou a renda rural se demonstra insuficiente. |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

³² DAVIS, J. Business Responsibility and the Market for Farm Products, **Boston Conference on Distribution**, 17 October 1955, box 1, folder 2, John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

O item I, do quadro acima, evidencia a distância da agricultura familiar para o *agribusiness* em razão das atividades em grande escala e grandes extensões de terra, necessárias à manutenção das monoculturas. Nessas propriedades há a produção das *commodities* agrícolas, produtos produzidos em maior quantidade, com maior valor e menos perecíveis do que aqueles produzidos pela agricultura familiar. Conforme Gráfico 5 (p. 77), 72% dos agricultores modificaram a forma de produção de seu estabelecimento, mas com a ressalva de que alguns aumentaram o quantitativo de produtos cultivados e outros deixaram de plantar alimentos como mandioca e alho para cultivar apenas folhas. A diversidade e perecibilidade dos produtos da agricultura familiar divergem da monocultura das grandes propriedades do agronegócio. Ademais, apesar de sustentarem o alcance de bons resultados com pequenas quantidades de terra, como demonstrado no quadro 1 (item I), possuem, em sua maioria, pequenas propriedades, realidade divergente do mundo do agronegócio.

O item II trata da constituição do agro, composto por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que operam progressivamente em escala mundial. Realizando uma comparação, é possível apontar que os estabelecimentos da agricultura familiar alfenense, além de pequenos em relação à extensão territorial, não tem conseguido nem mesmo vender seus produtos para cooperativas, supermercados e hortifrutis da cidade, que representariam um bom horizonte de mercado. Inclusive, alguns justificam essa dificuldade em razão de não emitirem nota fiscal dos produtos, um obstáculo que certamente é muito distante do mundo do *agribusiness*, não permitindo a sua equiparação.

O item III aborda a integração do mundo dos negócios à agricultura, representada pelo *agribusiness* e as corporações da indústria alimentícia, um contexto distante dos agricultores alfenenses em razão de nem mesmo trabalhando coletivamente, através de uma associação, poderem ser comparados às grandes corporações.

Por fim, no item IV, há a exposição dos interesses de John H. Davis, um dos criadores do termo *agribusiness*, que defendia a exclusão de pequenos produtores. Apesar de 56% dos agricultores familiares alfenenses terem dito que conseguem suprir a necessidade financeira da família através da atividade rural há 44% que não conseguem (Gráfico 12), necessitando de complementação às vezes ou sempre, o que ocorre através de aposentadorias ou faxinas. Ademais, aqueles que julgaram ter a necessidade financeira total atendida não explicaram se isso engloba apenas as despesas necessárias à subsistência ou também questões como lazer. Logo, a agricultura familiar alfenense não estaria contemplada nas disposições contidas no referido item.

Finalmente, este trabalho busca apropriar-se das percepções dos agricultores familiares participantes da pesquisa para propor ações que, talvez, possam auxiliá-los no desempenho de sua atividade. Para tanto, foram abordados para sugerir medidas a serem tomadas pelo poder público, transformando a pesquisa em uma espécie de fio condutor ou canal que conduziria suas ideias até os tomadores de decisão. Como resultado, a Tabela 20 lista as iniciativas que os agricultores julgam ser necessárias para o auxílio da atividade.

Tabela 20 - Sugestões dos agricultores familiares alfenenses para iniciativas que busquem auxiliar a atividade rural no município

| Tema | Frequência/percentual |
|---|------------------------------|
| Ações que envolvam auxílio/subsídio da atividade | 6 |
| Preferência para venda de produtos na feira e na merenda escolar para quem produz em Alfenas – MG | 2 |
| Aumentar a quantidade de produtos adquiridos para merenda escolar | 7 |
| Melhorar a qualidade das estradas rurais | 4 |
| Aumentar a quantidade de técnicos para consultoria | 2 |
| Oferta de treinamento ou orientação para os(as) responsáveis pelo preparo da merenda nas escolas | 2 |
| Criação de programas que forneçam cestas básicas a partir de produtos da agricultura familiar | 1 |
| Trabalhos ou campanhas de integração campo e cidade e valorização da agricultura familiar | 2 |
| Padronização e fiscalização da quantidade de produtos entregues por produtor para a merenda escolar | 1 |
| Não tenho sugestão | 5 |

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Como se depreende do quantitativo expresso na Tabela acima, mais de um agricultor sugeriu mais de uma ação a ser desenvolvida pelo poder público, por isso a Tabela não menciona percentuais. A maioria deles acredita que seriam auxiliados caso o município aumentasse o número de produtos adquiridos para a merenda escolar. Essa sugestão encontra embasamento no resultado encontrado pelo Gráfico 13 que demonstra que 80% deles afirmam que produziram mais se tivessem mais mercado para vender essa produção.

Como constatado anteriormente, a prefeitura realiza o pregão de produtos como o feijão, que é produzido por agricultores familiares fornecedores do PNAE e não é relacionado no portfólio. Seria esse um exemplo de que aumentar a aquisição de produtos da agricultura familiar é algo possível. Como já explorado, a aquisição desses produtos atinge 79% dos recursos destinados pelo FNDE. Esse percentual poderia alcançar a totalidade, como já reconhecido ser de interesse do município.

Como exemplo de ações que envolvam auxílio ou subsídio da atividade, um agricultor sugeriu o retorno do “fundão agrícola da prefeitura” (RESPONDENTE 11) e vários citaram que em algumas oportunidades o órgão, em parceria com a EMATER-MG já distribuiu sementes e adubos. A sugestão seria que isso ocorra com frequência (alguns citaram 6 meses como um bom intervalo) e que para ter acesso a esse auxílio haja uma padronização e aviso prévio. Vários disseram que não foram avisados quanto à necessidade de cadastramento e, por isso, ficaram fora da última distribuição dos insumos, o que, segundo eles, gerou desproporcionalidade em favor dos que tiveram acesso a medida. Ademais, vários questionaram o preço e a demora do trator que é de propriedade do município, mas está na Comunidade Rural dos Bárbaras. Outro tema bastante comentado foi o das estradas, que já foi oportunamente discutido.

Dois dos(as) agricultores sugeriram a preferência daqueles que produzem no município para a venda de produtos na feira e na merenda escolar (RESPONDENTE 7 e 19). Este estudo não explora as relações inerentes à Feira Livre de Alfenas, passando por ela apenas como ponto de encontro para localizar alguns dos agricultores. Desse modo, quanto à preferência para o fornecimento de produtos para o PNAE, vale destacar que o edital da Chamada Pública 001/2022 já concede essa preferência. O item 5.8 prevê: “o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos” (ALFENAS, 2022, p. 5), especificando o que considera local no item 5.8.1, que faz menção a cada tipo de DAP. No caso em questão, por tratar-se de associações e, por isso, pessoa jurídica, local seria “o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica” (ALFENAS, 2022, p. 5).

Outra sugestão foi o aumento da quantidade de técnicos para a prestação de serviço de consultoria. Essa opinião, vem de um ponto já explorado por esta pesquisa que demonstrou que a EMATER-MG não tem conseguido atender à demanda de produtores que buscam por atendimento. Nesse viés, sugere-se que a prefeitura do município revise seu convênio de ATER para que solicite a empresa maiores esclarecimentos e soluções.

A oferta de treinamento ou orientação para os(as) responsáveis pelo preparo da merenda nas escolas também foi uma opinião dada. Refere-se aos(as) funcionários das escolas e não aos responsáveis do centro de distribuição municipal. Os agricultores disseram que já entregaram alimentos diretamente nas escolas e que percebem que são deixados em cantos, sem refrigeração e que passam a noite ensacados, o que faz com que os alimentos fiquem feios e gerem reclamações posteriores.

Um(a) agricultor(a) sugeriu que o município, a exemplo das cestas fornecidas no período da pandemia, fornecesse cestas básicas às pessoas mais vulneráveis do município e, para isso, adquirisse os produtos da agricultura familiar (RESPONDENTE 14). Uma sugestão que através de uma mesma política pública atingiria os agricultores e os mais vulneráveis do município. Não se sabe a viabilidade econômica para tal, mas a ação certamente seria benéfica a vários públicos. Outros(as) dois alertaram pela necessidade de que haja campanhas de valorização da agricultura familiar, trabalhos que possam integrar produtores e consumidores (RESPONDENTES 6 e 14). Uma iniciativa seria excursões escolares às plantações da agricultura familiar, que seria uma forma de reconhecimento para os agricultores e proporcionaria às crianças o contato com o campo, uma atividade que, possivelmente, estaria distante de sua realidade. Além disso, poderá ocorrer a valorização da economia local, pelo fato de as crianças levarem informações aos familiares e até mesmo influenciar o interesse delas pela atividade rural. Por isso, um(a) dos agricultores(as) foi questionado a respeito desse tipo de visita e informou que em todo o seu tempo de trabalho só presenciou uma desse tipo e que foi uma boa experiência (RESPONDENTE 6).

A padronização e fiscalização da quantidade de produtos entregues por produtor à merenda escolar é preocupação de um(a) dos respondentes que sugeriu que cada um tenha quantidade fixa de alimentos a entregar para evitar que apenas um forneça determinada cultura (RESPONDENTE 14).

O que o edital da chamada pública fixa no item 14, das disposições finais, é uma limitação com relação ao limite individual de venda do agricultor familiar, que é o máximo de R\$ 20.000,00 e não quais as culturas produzidas e entregues por eles. Essa sugestão é relevante e poderia ser fiscalizada pela própria associação a que o agricultor pertença. Apenas 5 não apresentaram qualquer opinião ou sugestão.

5.2.2 Análise comparativa de dados do IBGE, EMATER-MG e resultados da pesquisa de campo

Alguns dados trazidos pelo Censo do IBGE 2017 podem ser comparados, em números, à realidade dos agricultores familiares de Alfenas – MG. Abaixo, será realizada uma comparação entre os dados da seção do Censo que versa sobre a estrutura produtiva dos estabelecimentos de agricultura familiar, a nível nacional; a agricultura alfenense considerada de forma geral (dados extraídos da seção 5.1.1) - familiar e não familiar – e os resultados obtidos na pesquisa de campo. Vale destacar que essa comparação não aborda todas as categorias

contidas no censo, em razão de não haver dados exclusivos da agricultura familiar para todas elas.

O primeiro quesito analisado foi a condição do respondente em relação à terra cultivada, é o que está representado no Gráfico 22:

Gráfico 22 - Condição do respondente em relação à terra cultivada pela agricultura familiar no Brasil, agricultura alfenense e agricultura familiar alfenense

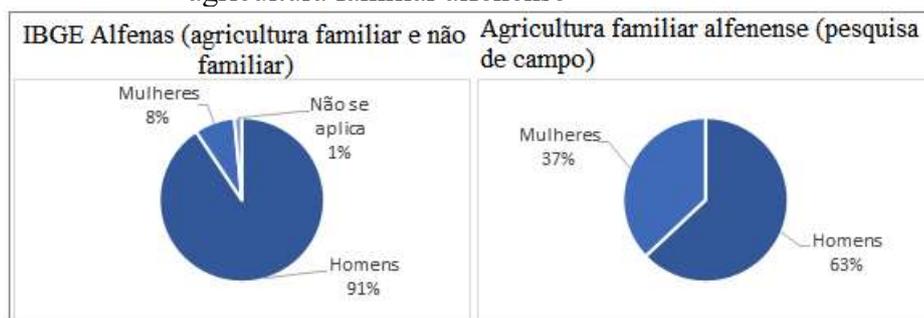


Fonte: elaborado pela autora (2023).

O que se pode perceber é que em todos os níveis - na agricultura familiar brasileira, na agricultura alfenense e na agricultura familiar alfenense - a maioria é proprietário(a) ou coproprietário(a) da terra cultivada. Em Alfenas quem não é proprietário é majoritariamente arrendatário. Neste estudo, a categoria posseiro foi utilizada no sentido de comodatário e registrou percentual de 5% na agricultura familiar no Brasil e 4% na agricultura familiar alfenense.

Algumas variáveis exploradas pelo IBGE não foram objeto direto da pesquisa, mas indiretamente poderiam ser tratadas. O sexo do produtor(a) não foi um questionamento, mas pela identificação deles(as) seria possível realizar algumas comparações. O Gráfico 23 traz os números do IBGE em Alfenas e o quantitativo de respondentes do questionário alocados por sexo.

Gráfico 23 - Quantitativo de produtores rurais por sexo em Alfenas e na agricultura familiar alfenense

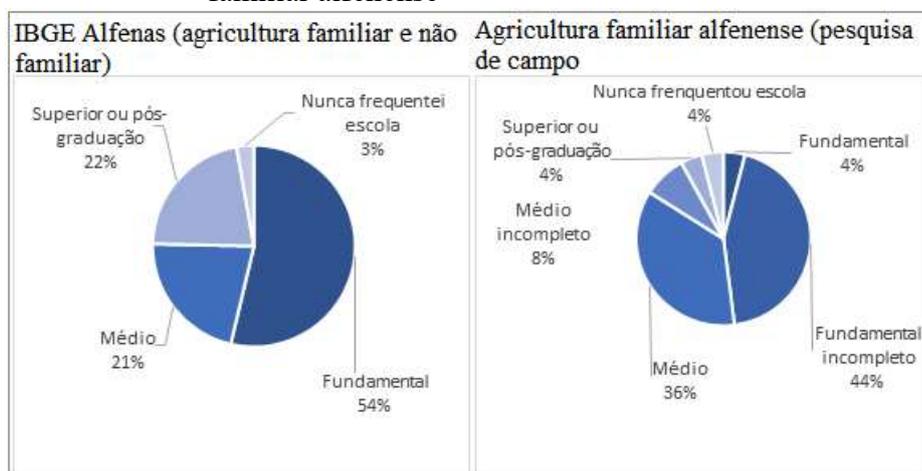


Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os dados do IBGE quanto ao sexo do produtor em Alfenas (para agricultura familiar e não familiar) foram trazidos na seção 5.1.1 e, como dito, demonstram uma grande diferença entre o número de chefes de estabelecimentos do sexo masculino para os de sexo feminino (83%). A pesquisa de campo levou em consideração os associados que fornecem alimentos à merenda escolar através da chamada 001/2022, um total de 54 agricultores. Desse universo, 37% são mulheres. Percebe-se uma diferença relevante entre os dois quantitativos. A pesquisa aponta percentual maior da presença feminina, o que pode ser justificado pela discrepância entre a data de realização das pesquisas (2016/2023) e pelo fato de que este trabalho não considera apenas um(a) agricultor(a) por propriedade. Ademais, a opção “não se aplica” não foi considerada nesse levantamento.

A nível Brasil 73% do total de produtores - não familiares e familiares - possuem, no máximo, o ensino fundamental (IBGE, 2017). O Gráfico 24 compara os números da agricultura alfenense (IBGE) e da agricultura familiar alfenense (pesquisa de campo), para que seja possível estabelecer um paralelo entre elas e o percentual nacional.

Gráfico 24 - Escolaridade do agricultor alfenense e do agricultor familiar alfenense



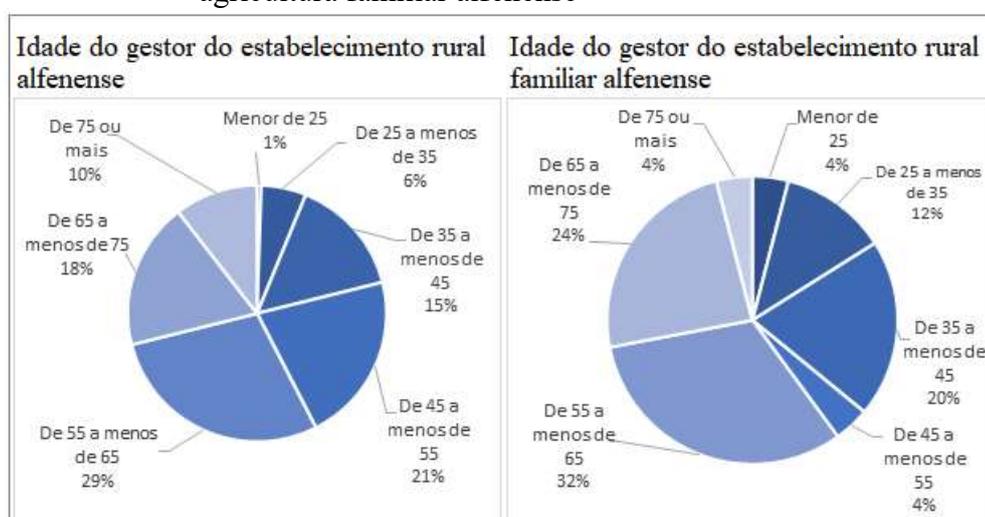
Fonte: elaborado pela autora (2023).

O Censo do IBGE não aborda etapas não concluídas, como fundamental e médio incompleto, demonstrando que o município reproduz a lógica nacional, de predomínio do ensino fundamental. Esta pesquisa inseriu as séries não concluídas e demonstrou que a maioria dos agricultores familiares alfenenses também estudaram até o ensino fundamental, mas que majoritariamente não chegaram a concluir a etapa (44%). O percentual da agricultura familiar que possui até o ensino médio (completo e incompleto) é 23% superior ao da pesquisa de 2016/2017 que levava em consideração a agricultura alfenense de maneira geral. Ademais, é

possível afirmar que, em 2023, a agricultura familiar alfenense não tem acessado o ensino superior ou pós-graduação, pois no mesmo município a agricultura que é familiar registra percentual de apenas 4%, enquanto a agricultura analisada como um todo registrou 22%, em um estudo que ocorreu há 6 anos.

A idade do gestor do estabelecimento rural também pode ser comparada, o Gráfico 25, abaixo, traz as informações referentes ao estudo do IBGE, para agricultura familiar e não familiar em Alfenas e os resultados da pesquisa de campo.

Gráfico 25 - Idade do gestor do estabelecimento rural alfenense e da agricultura familiar alfenense



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Para realizar as comparações propostas, foi retirada a opção “não se aplica” constante no Censo Agropecuário do IBGE (TABELA 2), já que o estudo de campo não considerou tal opção. Do Gráfico 25, acima, depreende-se que a gestão da agricultura familiar alfenense é realizada predominantemente por agricultores de 55 a 75 anos (56%), mas com uma tendência de gestão mais jovem, com crescimento de gestores a partir de 25 e 35 anos. Nesse quesito pode haver certo desencontro entre este estudo e a pesquisa do IBGE, vez que esta pesquisa considerou os agricultores familiares fornecedores do PNAE, o que pode implicar em mais de um agricultor(a) por estabelecimento. É possível que cada um dos respondentes se caracterize como gestor do estabelecimento, que atua em conjunto com algum familiar, conforme investigado pelo Gráfico 7. Esse cenário diverge do Censo do IBGE que autoriza o preenchimento do questionário eletrônico a apenas um agricultor(a) por estabelecimento agropecuário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o ser humano não nasceu agricultor também não surgiu como um comerciante, dono de empresa ou empreendedor. Sua preocupação era a sua sobrevivência e, por isso, passou a modificar tudo que o rodeava. As inovações humanas foram sendo “melhoradas” e modificadas ao longo de anos, assim como a finalidade de cada uma delas e o ambiente que as cercava. No tempo das grandes navegações, europeus se lançaram ao mar e “descobriram” terras como as brasileiras. Esse período, denominado colonial, gerou sérios impactos às terras “descobertas”, que sofreram um processo de expropriação de riquezas e morte da população nativa. No Brasil, esse período deixou essas e outras feridas, como a desigualdade fundiária e de renda.

Várias são as categorias sociais que enfrentam desafios estruturais neste país, mas diante da temática proposta por esta pesquisa é possível apontar a agricultura familiar como uma categoria que tem muito a oferecer, mas também a enfrentar. Por isso, este estudo realizou uma análise crítica do impacto gerado na dinâmica territorial brasileira pela mundialização da agricultura, conceituou o agronegócio como um modo social de produção hegemônico que, em várias perspectivas, promove o apagamento da agricultura familiar. Explorou a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e a sua contribuição para a soberania alimentar no município onde vivem. Ademais, analisou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Alfenas-MG, para compreender a representatividade da política pública para essa categoria, seus limites e possibilidades.

Ficou demonstrado que os estabelecimentos agropecuários familiares são maioria no Brasil, mas detêm percentual reduzido de terras, cenário que se repete no município de Alfenas. Além disso, verificou-se que a produção brasileira de alimentos tem mudado a sua rota para o cultivo de produtos “mais rentáveis” e menos perecíveis, intitulados *commodities* agrícolas. Uma opção que pode sujeitar o país a futuros riscos de desabastecimento de produtos básicos - que passariam a ser pauta de importações - e até mesmo a fome, situação já vivenciada, em algum grau, por mais da metade dos brasileiros. Inicialmente, pelo fato de que apesar do produto ser produzido no país, os preços das *commodities* são definidos no mercado internacional, cotados em dólar, o que pode torná-los mais onerosos para os consumidores nacionais, em conjunturas de moeda nacional muito desvalorizada. Um exemplo disso é a carne bovina que, embora o Brasil seja o maior produtor, apresentou em 2022 o menor nível de consumo interno da *commodity* em 18 anos, mesmo com a produção tendo subido 6,5% em relação ao resultado

de 2021³³. Em segundo lugar, o que é mais preocupante, a redução da área cultivada para produtos como arroz, feijão e mandioca, que não substituem a ingestão de proteínas oferecidas pela carne, mas fazem parte da dieta diária e são financeiramente mais acessíveis. Esse cenário de comoditização do território já é percebido em Alfenas e, além das consequências já mencionadas, pode contribuir para o abandono das práticas da agricultura familiar, que podem vender suas propriedades por valores financeiramente consideráveis e tentar buscar rendimentos equivalentes nas cidades. Situações que, mais uma vez, podem culminar em desabastecimento, necessidade de importação e os custos que dela advém.

Dessa forma, realizou-se um estudo exploratório com a finalidade de compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e a sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG, visto que se trata de uma questão vital, a alimentação. Para tanto, foi realizada pesquisa documental que caracterizou a agricultura familiar alfenense, bem como demonstrou que o município de Alfenas-MG atende aos requisitos legais estabelecidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tornando-se instrumento de valorização da agricultura familiar no município, além de materializar a soberania alimentar. Também foi realizada uma pesquisa de campo que, através de um questionário com perguntas objetivas e discursivas, proporcionou contato direto e presencial com os agricultores fornecedores do PNAE no município. Em conjunto à pesquisa documental confirmou a hipótese de que a agricultura familiar alfenense contribui para a concretização ou materialização da soberania alimentar no município e permitiu o alcance dos objetivos propostos.

Em um primeiro momento, foi investigada a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses fornecedores do PNAE, pois é questão relevante que garante ou não a continuidade do trabalho dessa categoria. Conforme demonstrado, é ela a responsável pela produção e distribuição de alimentos diversificados e frescos consumidos pelas crianças e adolescentes matriculados no ensino municipal de Alfenas-MG. Para isso, as contribuições da pesquisa documental foram estratégicas para, inicialmente, delimitar a agricultura no município, especificamente a familiar. Já a pesquisa de campo trouxe aspectos demográficos que descreveram a categoria, alguns deles são: a condição do produtor em relação a terra cultivada; a extensão do imóvel e a idade do gestor do estabelecimento. Ficou demonstrado que há interesse de que os filhos continuem a atividade rural, um ponto bastante próximo desse objetivo, pois era importante descobrir se as condições socioeconômicas desses(as)

³³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/consumo-de-carne-bovina-no-brasil-atinge-menor-nivel-em-18-anos-0>.

agricultores(as) estariam influenciando uma evasão do campo que começaria dentro da própria unidade familiar. É certo que a tradição ou a herança são os motivos determinantes para que as famílias optem pela continuidade do trabalho rural, mas se não existirem escolas e transporte de qualidade para seus filhos e se não conseguirem auferir renda suficiente da atividade rural, o que já é o caso de 44% dos respondentes (GRÁFICO 12), não continuarão no campo e, assim, deixarão de produzir os alimentos que de fato fazem parte da nossa alimentação.

Uma política pública que auxilia no desenvolvimento econômico da categoria é o PNAE. Neste estudo ficou evidenciado que ele representa toda ou a metade da renda de 48% dos respondentes (GRÁFICO 18) e que 28% deles não conseguiriam manter os rendimentos em sua ausência ou, em 56% dos casos, teriam sua vida financeira descontrolada (GRÁFICO 19). Assim, foi possível afirmar que a política exerce um papel estratégico economicamente, por isso, foram discutidos seus limites, possibilidades e sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG. Dos recursos destinados pelo FNDE, 79% foram utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores(as) familiares do município, somando a importância anual de R\$ 548.801,62 em compras de produtos. É certo que o programa deixa de adquirir o feijão, produzido pela agricultura familiar, para contratar através de licitação na modalidade pregão, o que não privilegia a categoria. Do percentual contratado (79%), que reconhecidamente fica bastante acima da exigência legal (30%), e dos produtos adquiridos (de hortifruti) é possível apontar que a maioria do valor gasto com o programa sai dos cofres municipais, pois seria necessário, ainda, adquirir arroz, feijão, farinha, carnes, o que, inclusive, foi informado pelo(a) pessoa responsável. Assim, há um universo grande a ser percorrido pela agricultura familiar que, talvez, estaria disposta a produzir tais produtos, se houvesse prioridade na venda.

Essa política pública pode ser indicada como um fio condutor que liga os agricultores familiares aos estudantes consumidores, como defendido por esta pesquisa ela constitui uma espécie do gênero circuito curto de produção ou comercialização e, por isso, materializa a soberania alimentar. É por meio dela que são adquiridos os produtos, garantindo a segurança alimentar dos alunos das escolas públicas municipais³⁴, ao mesmo tempo em que, garante o direito de que os povos tenham acesso a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, questões que estão em consonância com as definições de soberania alimentar elaborada nos fóruns realizados sobre o assunto. Sua contribuição também perpassa pela preocupação da ABRANDH (2013), quando aborda o conceito por outra vertente, pela autonomia e as

³⁴ Esta pesquisa não desconsidera que o Programa Nacional de Alimentação Escolar também atende às escolas estaduais. Devido ao seu recorte, a referência sempre será feita em âmbito municipal.

condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, que tem no programa uma boa forma de escoar a produção e fazer isso a preços justos.

Na perspectiva, da soberania alimentar, pode-se dizer que a contribuição dos agricultores familiares alfenenses ocorre pelo simples fato de que são eles os responsáveis pela produção de alimentos. Juntamente com os destinatários deles, são atores de um sistema agroalimentar que reestabelece a conexão com a cultura local e proporciona a diversidade dos alimentos. Através de formas variadas de interações - feiras, venda em domicílio e o próprio PNAE, dentre outros - viabilizam não apenas a existência de um produto que pode ser adquirido, mas proporcionam o direito de escolha dos consumidores, que deixam de estar vinculados apenas aos produtos vendidos pelas corporações da indústria alimentícia.

Por fim, o objetivo geral desta pesquisa, de compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e sua contribuição para a soberania alimentar no município de Alfenas-MG, foi alcançado em razão da resposta aos objetivos específicos listados acima. Este trabalho visa contribuir com um diagnóstico dessa realidade socioeconômica, ressaltar o papel fundamental da agricultura familiar para a realização da soberania alimentar, especificamente no município de Alfenas-MG e, a partir disso, ser fonte de informações capazes de subsidiar políticas públicas voltadas à categoria.

Esta pesquisa encontrou como limitação a ausência de fornecimento de dados quanto ao valor total efetivamente gasto na merenda escolar em Alfenas-MG, tendo em vista que o município presta contas ao FNDE apenas dos valores recebidos pelo órgão. Sugere-se que trabalhos futuros investiguem essa temática por tratar-se de mercado consumidor para agricultura familiar. Tendo em vista a tentativa de ao final propor medidas que auxiliem a categoria no município, também seria relevante que próximos estudos verifiquem a possibilidade de que a Prefeitura de Alfenas realize programas análogos ao período de distribuição de cestas de produtos aos alunos matriculados na rede pública municipal, fornecendo tais produtos aos mais vulneráveis do município. Também seria opção a investigação da possibilidade de o órgão adquirir maiores quantidades de alimentos através das chamadas públicas ou a possibilidade de que os(as) agricultores(as) familiares passem a produzir alimentos não contemplados na Chamada 001/2022, o que, possivelmente, passaria pela necessidade de incentivos públicos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA). **Institucional ABIA 2021**. [S. l.]: YouTube, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QTWC7Qhaaw0>. Acesso em: 02 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA). **Relatório anual da Associação Brasileira de Indústria de Alimentos 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z202283RelatorioAnual2021atualizadopresidencia.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

AFIUNE, Giulia. Como as gigantes de ultraprocessados avançaram sobre o estômago do brasileiro. **O Joio e o Trigo**. 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/04/como-as-gigantes-de-ultraprocessados-dominaram-oestomago-do-brasileiro/>. Acesso em: 03.out.2022.

ALFENAS (MG). Chamamento público. Edital 001/2022. Processo nº 229/2022. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural familiar. **Alfenas**: órgão oficial do município, Alfenas, 2022.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do livro I d' *o Capital*. Prefácio. In: MARX, Karl. **O Capital-Livro 1**: (crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital). Boitempo Editorial, 2015.

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas–Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021.

ALVES, Flamarion Dutra. Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de (org.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro**: dilemas estruturais à Covid-19. Alfenas: UNIFAL-MG, 2020. p. 127-139.

ANTUNES, Ricardo (ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista Usp**, n. 103, p. 13-24, 2014.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. Brasília: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 123-142, 2018.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BARBOSA JÚNIOR, R. C.; COCA, E. L. de F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. **Eutópia: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, v. 8, p. 13-27, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Pequenos e médios**. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/pequenos-e-medios>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Governo Federal lança Plano Nacional de Fertilizantes para reduzir importação dos insumos**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-nacional-de-fertilizantes-para-reduzir-importacao-dos-insumos>. Acesso em 07 abr. 2022.

CAMPANHOLA, Clayton; BETTIOL, Wagner. **Métodos alternativos de controle fitossanitário**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegociobrasileiro.aspx#:~:text=Por%20fim%2C%20o%20PIB%20dos,%2C6%25%20registrados%20em%202021>. Acesso em: 02 set. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, p. 345-349 2000.

CRIBB, André Yves. Sistema agroalimentar brasileiro e biotecnologia moderna: oportunidades e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 169-195, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/110877>. Acesso em: 02 set. 2022.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DECLARAÇÃO do Fórum sobre Soberania Alimentar. *In*: FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, Havana, Cuba. **CECANE Paraná**. 2001. Disponível em: <http://cecaneparana.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

DECLARAÇÃO de Nyéléni. *In*: FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Selingue, Mali. 2007. Disponível em: http://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

ELIAS, Lilian P.; BELIK, Walter; HOPPE ODERICH, Edmundo. A construção de um sistema alimentar sustentável e a agricultura familiar. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. 2019. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2019.

ETC GROUP. **Who will feed us?: the Industrial Food Chain vs. The Peasant Food Web**. 3. ed. 2017. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc-whowillfeedus-english-webshare.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

EVENSON, R. E.; WESTPHAL, L. E. Technological change and technology strategy. *In*: BEHRMAN, J.; SRINIVASAN, T.N. (ed.), **Handbook of development economics**. Amsterdam. [S. l.]: Elsevier Science, 1995. v. 3. p. 2209-2299.

FEENSTRA, G. W. Local food systems and sustainable communities. **American Journal of Alternative Agriculture**, Reino Unido, v. 12, n. 1, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 13 out. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Agricultura familiar: dos conceitos à prática**. 2022. FAO Capacitación, 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS (FAO). **United Nations Decade of Family Farming 2019-2028**. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming-decade/en/>. Acesso em: 13 out. 2022.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Sobre o PNAE**. Disponível em: [fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default](https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default). Acesso em: 20 jan. 2023a.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 jan. 2023b.

FRIEDMANN, H. 1982. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 88, supl., p. 248–286, 1982.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1, 2004.

GONÇALVES JÚNIOR, Valter. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. **Senado Notícias**. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpereforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 12 set. 2022.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Brasília: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 52, p. 125-146, 2014.

HARVEY, David. **Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, p. 159-176, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 11 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**: Censo Agropecuário. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 13 out.2022.

KOHAN, Nestor *et al.* **Teorias do imperialismo e da dependência do Sul Global**. [S. l.]: Editorial Cienflores, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENIN, Vladimir Il'ich. **El imperialismo, etapa superior del capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 61-74, 2001.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação Econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2010.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, [s. l.], v. 26, p. 281-295, 2009a.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The journal of peasant studies**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009b.

O CIO da terra. Intérprete: Milton Nascimento. Compositores: Milton Nascimento; Francisco Buarque de Hollanda. *In*: **Geraes**. Intérprete: Milton Nascimento. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. v. 1.

NOZOE, Nelson *et al.* Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

PALUDO, Rafael; COSTABEBER, José Antônio. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PERES, João. **Governo projeta redução de até duas vezes na área plantada de arroz**. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/08/governo-projeta-reducao-de-ate-duas-vezes-na-area-plantada-de-arroz/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and planning A**, [s. l.] v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

SADER, Emir. **David Harvey e Rosa Luxemburgo**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/02/29/david-harvey-e-rosa-luxemburgo/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília, DF: Enap, 2021.

SANCHEZ, Pedro A. Science in agroforestry. *In*: SINCLAIR, Fergus L. (ed.). **Agroforestry: science, policy and practice**. [S. l.]: Springer Dordrecht, 1995. p. 5-55.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa-Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 3, p. 3-8, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes: revista do desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 21, n. 3, p. 11-43, set./dez. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, MG, v. 17, n. 1, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, p. 99-122, 2003.

STEDILE, João P. **Questão Agrária no Brasil**: v. 1: o debate tradicional–1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998a.

SILVA, José Francisco Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998b.

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo: v. 23, p. 1-20, 2020.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de desarrollo rural**, Colômbia: v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2008.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP: v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Brasília: **Revista de economia e sociologia rural**, [s. l.], v. 52, p. 25-44, 2014.

WESTIN, Ricardo. **Há 60 anos, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso em: 12 set. 2022.

WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 20 set. 2022.

XAVIER, Glauber Lopes. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. Espírito Santo: **Revista Argumentum**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 147-160, 2017.

XAVIER, Glauber Lopes. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. Santa Catarina: **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 21, p. 387-395, 2018.

YOUNG, Anthony. **Agroforestry for soil management**. Reino Unido: CAB Internacional, 1997.

APÊNDICE - Questionário destinado aos produtores(as) rurais das associações credenciadas para abastecimento da merenda escolar do município de Alfenas – MG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Sala 314 E - Alfenas/MG- CEP 37130-000

Fone: (35) 3701 9153



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

-Participante da Pesquisa-

Dados de Identificação

Título da pesquisa: Sistemas Agroalimentares Locais: Diagnóstico da Agricultura Familiar Alfense

Pesquisador(a) responsável: Maria Luísa Monteiro Martins

Pesquisador(es) participante(s): Everton Rodrigues da Silva e Fernando Batista Pereira

Patrocinador (se houver):

Nome do participante:

Data de nascimento:

CPF:

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa Sistemas Agroalimentares Locais: Diagnóstico da Agricultura Familiar Alfense, de responsabilidade da pesquisadora Maria Luísa Monteiro Martins. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador(a) responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido(a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares alfenenses e o impacto do PNAE, como política pública. Ela se justifica pelo fato de a agricultura familiar constituir a maioria dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (77%) e por ser a responsável por fornecer 80% dos alimentos fornecidos no mundo. Logo, é uma categoria social que precisa ser compreendida e estimulada, por isso a realização da pesquisa.

2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário que possui questões abertas e fechadas, para que, posteriormente, suas respostas sejam analisadas e possibilitem compreender a realidade socioeconômica da agricultura familiar alfenense, a contribuição do PNAE/Merenda Escolar e, possivelmente, levar aos órgãos públicos um estudo detalhado que possa subsidiar a criação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar de Alfenas - MG. A aplicação do questionário será realizada pela pesquisadora Maria Luísa Monteiro Martins no local de entrega dos alimentos da merenda (sede de distribuição da prefeitura). Mensura-se que o tempo necessário para responder este questionário é inferior a uma hora. Estarão presentes os agricultores/fornecedores da merenda escolar que entregarem seus alimentos no setor de distribuição. Não haverá registro de som, vídeo ou imagem e os dados extraídos pelo questionário terão a única finalidade de contribuir para com a pesquisa.

3. O preenchimento deste questionário poderá expor os participantes a riscos como cansaço e desconforto, pelo tempo gasto no seu preenchimento, medo, vergonha, possibilidade de invasão de privacidade, quebra de anonimato, de sigilo e de arquivamento de dados. O respondente terá explicações necessárias para responder as questões e será esclarecido a respeito da garantia do anonimato e da possibilidade de interromper o preenchimento dos instrumentos, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio, podendo retomá-los, posteriormente, se assim o desejar. Tais riscos são minimizados pelo fato de o questionário trazer questões pré-definidas, deixando a pesquisadora adstrita a realizar aquelas perguntas, além da garantia de que suas respostas serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, sendo garantido o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.

4. Ao participar desse trabalho você contribuirá para demonstrar a realidade de uma categoria social que é fundamental para manter o abastecimento e a alimentação de qualidade no município de Alfenas – MG. Por isso, a pesquisa visa, ao final, gerar dados capazes de subsidiar políticas públicas específicas para agricultura familiar de Alfenas – MG. Busca-se refinar o olhar daquele que detém a função pública, demonstrando quais são os desafios enfrentados pela categoria ou, ainda, exaltar aquilo que está sendo feito corretamente, demonstrando que o caminho trilhado é correto e tende a, cada vez mais, favorecer a agricultura familiar do município.

5. Sua participação neste projeto terá a duração de menos de uma hora e poderá ocorrer por mais de um dia. Não havendo necessidade de deslocamento para locais específicos, já que a aplicação do questionário ocorrerá no local de entrega dos alimentos.

6. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo os questionários, entrevistas, aulas, cursos, palestras, consultas/exames/tratamentos/etc. totalmente gratuitos; e deixará de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

7. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à buscar ressarcimento.

8. Caso ocorra algum dano, previsto ou não, decorrente da sua participação no estudo, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo patrocinador e/ou pesquisador responsável), pelo tempo que for necessário; e terá o direito a buscar indenização. Atenção: De acordo com a Resolução 466/2012, Seção IV.3; IV.4; V.6; V.7, e a Resolução 510/2016, Seção IV, Art. 18 ao 20; devem ficar explícitos como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes; e como serão indenizados diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. No caso de pesquisas envolvendo gestantes, o pagamento de despesas, assistência integral e gratuita e/ou indenizações deve incluir a mãe e a criança.

9. Será assegurada a sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Caso você deseje, poderá

ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

10. Você foi informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.

11. Você poderá consultar o(a) pesquisador(a) Maria Luísa Monteiro Martins, no seguinte telefone (35) 98841-2383 ou email maria.monteiro@sou.unifal-mg.edu.br e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

*O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG) é um colegiado composto por membros de várias áreas do conhecimento científico da UNIFAL-MG e membros da nossa comunidade, com o dever de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento científico dentro de padrões éticos.

Eu, _____, CPF nº _____, declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alfenas, de _____ de 2023.

.....
(Assinatura do participante da pesquisa)

.....
(Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante)

1. Há quanto tempo é agricultor ou produtor rural?

- Eu mesmo
- Eu, mas conto com a ajuda de algum familiar
- Um familiar meu

12. Qual a idade do gestor do seu estabelecimento rural?

- Menor de 25 anos
- De 25 a menos de 35 anos
- De 35 a menos de 45 anos
- De 45 a menos de 55 anos
- De 55 a menos de 65 anos
- De 65 a menos de 75 anos
- De 75 anos ou mais

13. Qual seu nível de escolaridade?

- Ensino fundamental
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior ou pós-graduação
- Nunca frequentei a escola

14. Você tem filho(s)?

- Sim
- Não

15. Você mora no estabelecimento rural?

- Sim
- Não

16. Se sim, há dificuldades para se deslocar até a cidade? Quais são elas?

17. Seu (s) filho (s) estuda?

- Sim
- Nem todos
- Não

18. Há escolas na comunidade? Há dificuldade de deslocamento para as pessoas que estudam?

- Não sei responder

19. O município fornece transporte escolar? Em caso positivo, como é qualidade do serviço?

- Não sei responder
- Não se aplica

20. Seu(s) filho(s) trabalham com você?

- Sim

- Não
- Nem todos
- Não se aplica

21. Seu(s) filho(s) têm interesse em continuar a atividade/trabalho rural?

- Sim
- Não
- Nem todos
- Não se aplica

22. Se nenhum ou nem todos tem interesse em continuar a atividade, quais os motivos?

- Não se aplica

23. Você gostaria que seus filhos continuassem o trabalho rural?

- Sim
- Não
- Não se aplica

24. Qual o motivo da resposta anterior?

- Não se aplica

25. Suas vendas/produção conseguem suprir a necessidade financeira total da família ou exige complementação?

- Sim
- Não
- Às vezes a complementação é necessária

26. Você se sente parte do agronegócio? O que você considera como agronegócio?

- Sim Não

27. Você vende ou vendeu seus produtos para mercados, supermercados, hortifrutis ou cooperativas?

- Sim Não

28. Caso não tenha vendido, gostaria de vender?

- Sim
- Não

Não se aplica

29. Caso já tenha vendido ou tenha vontade de vender, quais os motivos?

30. Se você tivesse mais mercado, acredita que conseguiria produzir para atendê-lo?

Sim

Não

Não sei responder

31. Já "pegou" empréstimo em bancos ou financeiras?

Sim

Não

Sim, mas não pego mais.

Não, mas gostaria.

32. Qual modalidade de crédito?

PRONAF

PRONAMP

Outra

Não se aplica

33. Não se tratando de crédito rural (PRONAF ou PRONAMP) porquê optou por outra linha de crédito?

Não se aplica

34. Como foi o acesso ao crédito?

Fácil

Díficil

Não se aplica

35. O valor liberado atendeu às suas necessidades?

Sim

Não

Não se aplica

36. Houve dificuldade para quitação do crédito?

Sim

Não

Não se aplica

37. A utilização do crédito foi para maquinário ou insumos?

Sim

- Não
- Ambos
- Não se aplica

38. Você possui algum dos seguintes maquinários?

- Trator Semeadeiras/plantadeiras
- Colheitadeiras Não necessito desses maquinários
- Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário Não tenho, mas gostaria de ter

39. O município oferece algum tipo de incentivo/ajuda/auxílio? Se sim, qual seria?

40. Seus produtos são destinados apenas para a merenda escolar?

- Sim
- Não

41. Se não, onde mais vende?

- Na feira Outros _____
- Na minha propriedade

42. Qual a importância da Merenda Escolar para o orçamento de seu estabelecimento/propriedade?

- Toda a nossa renda vem da merenda Outros _____
- Metade da nossa renda vem da merenda

43. Sem o programa da Merenda Escolar você conseguiria manter seu padrão de lucro ou rendimentos?

- Sim
- Sim, mas me “descontrolaria” um pouco
- Não

44. Você conseguiu vender seus produtos durante a pandemia?

- Sim. Vendi para a Merenda Escolar Sim. Vendi de outras formas
- Sim. Vendi na Feira Livre Não consegui vender
- Sim. Vendi cestas de produtos (para retirada ou entrega em domicílio)

45. Durante o período da pandemia como foram suas vendas?

- Aumentaram Permaneceram da mesma forma
- Diminuíram

46. A documentação necessária para fazer parte da Merenda Escola quem prepara?

- A associação A associação e a EMATER-MG
- A EMATER-MG Eu mesmo

47. Alguma vez já deixou de fornecer produtos para a Merenda Escolar por falta de documentação?

- Sim
- Não

48. Quantos tipos de produtos você vende?
- Todos os relacionados na lista da Merenda Escolar
- A maior parte dos relacionados na lista da Merenda Escolar
- Metade dos relacionados na lista da Merenda Escolar
- Menos da metade dos relacionados na lista da Merenda Escolar
49. Você cultiva/vende produtos além dos relacionados na lista da Merenda Escolar? Se sim, quais?
- Sim. _____
- Não
50. A entrega dos alimentos da Merenda é feita no centro de distribuição da prefeitura, quantos quilômetros são percorridos para que essa entrega seja possível (ida e volta)?
- até 10 km de 31 a 60 km mais de 91 km
- de 11 a 30 km de 61 a 90 km minha associação faz a entrega
51. Caso a prefeitura solicitasse opiniões a para auxiliar, de alguma forma, os fornecedores da merenda escolar você teria alguma sugestão? Qual?
- Não tem sugestão
- Sim.
- _____
- _____
- _____
52. Há quanto tempo fornece alimentos para a Merenda Escolar?
- menos de 5 anos de 10 a 15 anos
- de 5 a 10 anos mais de 15 anos
53. Desde que começou a fornecer alimentos para a Merenda Escolar houve troca de prefeito?
- Sim
- Não
- Não sei responder
54. A mudança de prefeito já modificou para melhor ou pior a quantidade e diversidade de produtos entregues à Merenda Escolar?
- Sim
- Não
- Não sei responder
55. Suas vendas/produção conseguem suprir a necessidade financeira da família ou há necessidade de complementação através de atividades não rurais?
- Sim Não
56. Seu estabelecimento é cadastrado na EMATER-MG?
- Sim Não
57. Você conhece algum tipo de benefício por ser cadastrado na EMATER-MG?
- Sim Não

58. A associação a que pertence, foi difícil se associar?

Sim Não

59. Em caso de dificuldade, o que poderia ser feito para que o acesso fosse facilitado?

60. O que a associação, a que faz parte, lhe proporciona?

61. Há algum custo ou condição para ser associado?
